



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL/PPGAS



ANDREZINHO FERNANDES CRUZ

“Representantes” indígenas no Estado brasileiro: Análise da Trajetória Participativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira nas esferas do indigenismo estatal.

MANAUS
2018

ANDREZINHO FERNANDES CRUZ

“Representantes” indígenas no Estado brasileiro: Análise da Trajetória Participativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira nas esferas do indigenismo estatal

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Helena Ortolan

MANAUS
2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C957" Cruz, Andrezinho Fernandes
"Representantes" indígenas no Estado brasileiro: Análise da
Trajetória Participativa da Coordenação das Organizações
Indígenas da Amazônia Brasileira nas esferas do indigenismo
estatal / Andrezinho Fernandes Cruz. 2018
156 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Maria Helena Ortolan
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Movimento indígena . 2. Liderança indígena. 3. Política
indígena. 4. Participação . 5. Estado. I. Ortolan, Maria Helena II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANDREZINHO FERNANDES CRUZ

“Representantes” indígenas no Estado brasileiro: Análise da Trajetória Participativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira nas esferas do indigenismo estatal

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em 28 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Maria Helena Ortolan - PPGAS/UFAM
Presidente

Prof.^a. Dr.^a Ana Carla dos Santos Bruno (NPCHS/INPA e PPGAS/UFAM)
Examinadora

Prof.^o. Dr.^o. Gersem José dos Santos Luciano (Departamento de Educação Escolar Indígena - FACED/ UFAM)
Examinador

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial e ao meu pai, André da Cruz, minha inspiração para prosseguir com este trabalho na qual estendo aos meus irmãos Tomé Cruz e Mariano Cruz e a minha querida mãe, Lúcia Fernandes, pelo afeto e incentivo, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo agradeço a Deus por dar-me coragem para vencer os desafios, a minha família pela compreensão ao longo da minha formação, resultando neste trabalho.

A Universidade Federal do Amazonas – UFAM/Manaus e ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – PPGAS-UFAM.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Estudo no meu primeiro ingresso.

Ao Núcleo de Estudos e Políticas Territoriais na Amazônia – NEPTA/PPGAS-UFAM e a todos que dele fazem parte.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) os Coordenadores, ex-coordenadores e lideranças indígenas que contribuíram e contribuem bravamente pelas conquistas e permanência dos direitos indígenas, desde sua forma como Comissão Indígena da Amazônia até a atualidade, e em especial, aos meus familiares que fazem parte desta caminhada.

Ao Fórum de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas – FOREEIA/AM representado pela sua Diretora-Presidente, professora Clarice Arbella-Tukano.

A Gerência de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas – GEEI/SEDUC, na pessoa de seu Gerente, professor Alcilei Vale Neto, pelo incentivo e compreensão neste momento final de produção desta Dissertação

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Helena Ortolan pela imensurável contribuição na realização deste trabalho de pesquisa, resultante nesta dissertação.

A todos docentes do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social pela contribuição na minha formação.

Secretaria do Programa de Pós – Graduação Franceane Correa pela disponibilidade em me orientar diante da burocracia institucional.

Aos professores que contribuíram diretamente com minha vida acadêmica, professora Ana Carla Bruno, professor Raimundo Nonato, professora Thereza Cristina Menezes, professor Alfredo Wagner Almeida, Joao Pacheco de Oliveira.

Ao professor, antropólogo e líder indígena Gersem Baniwa pela provocação teórico-metodológica.

A Helen Catalina pelo incansável incentivo e pelas discussões sobre a temática entre Estado e povos indígenas.

A todos os povos e lideranças que contribuíram diretamente e indiretamente para a realização deste trabalho.

*“Destruíram nossas matas, destruíram nossas folhas,
[...], nossos galhos e troncos,
mas não destruíram nossas raízes”*

RESUMO

Esta dissertação propõe refletir sobre o modo de inserção e atuação das lideranças indígenas no Estado brasileiro, a partir do modelo político do indigenismo estatal marcado pela descentralização da política indigenista executada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, passando a ser exercida pela gestão governamental de acordo com os princípios da “democracia participativa”. Neste sentido, a pesquisa foi construída com base em diversas fontes etnográficas, que abarca desde documentos institucionais da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB até as trajetórias de lideranças indígenas que participaram e/ou participam da construção e implementação de políticas públicas para os povos indígenas. Seus depoimentos foram recolhidos tanto por meio de entrevistas direta com os “sujeitos” pesquisados, como também através dos discursos públicos proferidos em vários eventos referentes às questões indígenas. Para compreender este trabalho faz-se necessário considerar que os dados etnográficos foram analisados para além do arcabouço teórico-metodológico antropológico, pois envolve minha trajetória como indígena Kambeba com participação familiar efetiva no movimento indígena, incluindo experiência com as políticas indígenas e indigenistas. Procurei desta maneira, constituir analiticamente a “teia de relação” entre as lideranças indígenas da COIAB e sua dinâmica na produção de relações de poder, no intuito de compreender a inserção dos povos indígenas nas esferas estatais.

Palavras-Chave:

Movimento indígena, liderança indígena, política indigenista, política indígena participação, Estado.

ABSTRACT

This dissertation aims to reflect about the modes of entrance and action of indigenous leaders in the Brazilian State, from the political model of State indigenism marked by the decentralization of indigenist policy executed by the National Indian Foundation – FUNAI, which has been carried out by government management in accordance with the principles of “participatory democracy”. In this sense, the research was constructed based on diverse ethnographic sources that encompass institutional documents of the Coordination of the Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon – COIAB, as well as the trajectories of indigenous leaders that participated and/or participate in the construction and implementation of public policies for indigenous peoples. Their testimonies were collected not only through direct interviews with the studied “subjects”, but also through public discourse given in events regarding indigenous issues. In order to comprehend this study it is necessary to consider that the ethnographic data analyzed goes beyond the anthropological methodology-theoretical framework, as it involves my trajectory as a *Kambeba* Indian with effective family participation in the indigenous movement, including experience with indigenous and indigenist policies. In this way, I sought to analytically form the “*teia de relação*” (network of relations) between the indigenous leaders of COIAB and its dynamics in the production of relations of power, in order to comprehend the entrance of indigenous peoples into the State spheres.

Keywords:

Indigenous Movement, indigenous leadership, indigenist policy, indigenous policy, participation, State.

LISTA DE SIGLAS

AM: Estado do Amazonas

AMARN: Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

AMISM: Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé

APIRSUL: Articulação dos Povos Indígenas do Sul

CAFI: Centro Amazônico de Formação Indígena

CEEI/AM: Conselho Estadual de Educação Indígena do Estado do Amazonas

CIR: Conselho Indígena de Roraima

CIM: Conselho Indígena Mura

CIMI: Conselho Indigenista Missionário

CIVAJA: Conselho Indígena do Vale do Javari

CISI/MS: Conselho Interinstitucional de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

COIAB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COICA: Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONABIO: Conselho Nacional da Biodiversidade

CONDRAF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário

CONDEF/COIAB: Conselho Deliberativo e Fiscal da COIAB

COPIME: Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno

CUT: Central Única dos trabalhadores

CGTT: Conselho Geral da Tribo Ticuna

CGTSM: Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé

CNPI: Conselho Nacional de Política Indigenista

CPD/PPTAL: Comissão Paritária e Deliberativa do Programa de Proteção às Terras Indígenas da Amazônia Legal

DSEI: Distrito Sanitário Especial Indígena

DSEI/MAS: Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Solimões e Afluentes

DSEI/Manaus: Distrito Sanitário Especial Indígena de Manaus

ECO-92: Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)

FAPEAM: Fundação de Amparo as Pesquisas do Estado do Amazonas

FEI: Fundação Estadual do Índio.

FOIRN: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FOREEIA: Fórum de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas
FUNAI/MJ: Fundação Nacional do Índio vinculado ao Ministério da Justiça
FUNASA/MS: Fundação Nacional de Saúde vinculada ao Ministério da Saúde
GEEI-AM: Gerência de Educação escolar Indígena do Estado do Amazonas
INPA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MEIAM: Movimento dos Estudantes Indígenas do Estado do Amazonas
MEC: Ministério de Educação e Cultura
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MS: Ministério da Saúde
NPCHS/INPA: Núcleo de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais/INPA
OPAN: Operação Anchieta
ONU: Organização das Nações Unidas
ONG'S: Organizações Não-Governamentais
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OIBI: Organização Indígena da Bacia do Rio Içana
PAIC/INPA/FAPEAM: Programa de Iniciação Científica do INPA, financiado pela FAPEAM
PDPI/MMA: Projeto Demonstrativo Para Povos Indígenas vinculado ao MMA
PIAMA: Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus
PRONAF/MDA: Programa Nacional de Agricultura Familiar subordinado ao MDA
PPG7: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPTAL: Programa de Proteção as Terras Indígenas da Amazônia Legal
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC/AM: Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas
SECADI/MEC: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão vinculado ao MEC
SPI: Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN: Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais
STF: Supremo Tribunal Federal
UNI-Nacional: União das Nações Indígenas (Representação Indígena Nacional)
UNI-Tefé: União das Nações Indígenas do Médio Solimões e Afluentes
UEA: Universidade do Estado do Amazonas
UFAM/Manaus: Universidade Federal do Amazonas/Sede Manaus.
UNIPI/MAS: União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
- Contando um pouco mais sobre minha trajetória familiar e minha inserção no movimento indígena	15
- Falando Sobre meu tema e minha pesquisa	24
CAPÍTULO I - ESTADO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL PÓS- CONSTITUIÇÃO DE 1988: O PROCESSO HISTÓRICO DA INSERÇÃO DE REPRESENTANTES INDÍGENAS NAS ESFERAS DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	30
1.1- Sobre a história do "lugar" dos povos indígenas na política estatal brasileira.	31
1.2- Sobre as novas configurações do indigenismo e da política indígena após Constituição Federal de 1988	38
1.3- Sobre UNI e COIAB e suas representações indígenas	42
1.4- Novos modos de representar, outras formas de ser "liderança"	48
CAPÍTULO II - COIAB E A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM INSTÂNCIAS ESTATAIS: UM ESTUDO SOBRE A MUDANÇA NOS MODELOS DE AÇÃO INDÍGENA E INDIGENISTA NO BRASIL.	52
2.1- COIAB como interlocutora nos espaços públicos e no governo brasileiro	52
2.2- A dinâmica da política de participação indígena em instâncias estatais no Amazonas	59
CAPÍTULO III - O “ESTAR NO ESTADO” DE LIDERANÇAS INDÍGENAS: TRAJETÓRIAS ENTRECruzADAS DE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO ETNopolíticas NOS ESPAÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.	72
3.1- Tecendo trajetórias de lideranças.	73
3.2- Sobre ser liderança.....	80
3.3- Representatividade e Participação no Estado	83
3.4 - Movimento Indígena, organizações e suas redes de relações	98
3.5- Outros diálogos feitos, outras observações	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
4. REFERENCIAS	115
4.1-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
4.2- REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.	118
4.3- DOCUMENTÁRIO	120
ANEXO 1 - MAPAS E LOGOTIPO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS	121
ANEXO 2 – DOCUMENTOS / COIAB	123
ANEXO 3: DOCUMENTO FOREEIA: Posicionamento público da III Marcha da Resistência Indígena no estado do Amazonas.	149
ANEXO 4: REGISTRO FOTOGRÁFICO	152

INTRODUÇÃO

Iniciei minhas primeiras reflexões antropológicas sobre movimento indígena¹ cursando na Graduação o Curso em Ciências Sociais (2004-2008), na Universidade Federal do Amazonas, sem muita clareza de como seria assumir a posição de ser um Kambeba pesquisador no campo etnográfico das políticas indígenas, sendo pertencente a uma família atuante na própria organização deste movimento. Ainda sinto dificuldades em me posicionar como etnógrafo, mesmo a Antropologia Social, mas especificamente a etnologia, ter questionado a autoridade do antropólogo em campo, ainda mais quando este antropólogo é o próprio "nativo". Se, por um lado, pertencer ao universo pesquisado me proporciona ter autoridade de fala e de interpretação do campo pesquisado, por outro lado, tive uma formação na Graduação que me preparou metodologicamente para fazer pesquisa mais como um "observador participante" distante do universo cultural a ser apreendido do que sujeito deste universo disposto a refletir sobre ele a partir de orientações teóricas e metodológicas da Antropologia. Ou seja, iniciei aprendendo Ciência como qualquer estudante das Ciências Sociais, só que trazendo problemáticas específicas da minha vivência como Kambeba com a expectativa de obter na universidade instrumentos científicos para compreendê-las de uma maneira mais aprofundada. Só não esperava, na minha trajetória acadêmica, ter que aprender a questionar a própria Ciência.

Na Graduação, meu interesse de pesquisa voltou-se para a compreensão do processo de institucionalização do movimento indígena na Amazônia Legal (também designada como Amazônia Brasileira), resultando na monografia intitulada *Política estatal e o desafio indígena: COIAB- trajetória e novo campo de ação de uma organização indígena na Amazônia* (2008). Durante minha Graduação, desenvolvi dois projetos de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. No primeiro, fiz um trabalho de levantamento de documentação da COIAB, mas que não me foi permitido fazer cópia dos mesmos. Os Coordenadores, na época, só me autorizaram fazer leituras no local e fazer síntese do que me interessava para a pesquisa. Penso que esta atitude foi para preservar os assuntos internos mais complexos, os quais não gostariam que fossem divulgados sem o devido controle da publicização. O texto final deste primeiro PIBIC foi apresentado intitulado *COIAB - Trajetória*

¹ Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades, organizações e povos indígenas desenvolvem de forma minimamente articulada em defesa de seus direitos coletivos (LUCIANO (BANIWA) p.128. 2007).

e Luta de um organização indígena na Amazônia (2007). No segundo PIBIC, dei continuidade ao trabalho deste levantamento, mas agora acrescentado entrevistas feitas com os Coordenadores da COIAB. Por ser continuidade da primeira pesquisa, foi mantido o mesmo título do trabalho anterior para apresentação do texto final (2008).

Quando entrei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, estando bem mais inserido diretamente no campo de ações da política indígena, senti a necessidade de investigar, com um pretense esforço de estranhamento, a atuação de líderes indígenas em diferentes esferas estatais estando posicionados como "representantes" institucionais da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). A importância de compreender este posicionamento de representação pode ser melhor dimensionada aqui pelo leitor deste meu trabalho, se considerar o fato que a COIAB representa setenta e seis organizações indígena, cento setenta e cinco povos indígena, dos nove Estados da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) (ver Mapa de abrangência, logotipo e lema em ANEXO -1: figuras 1e 2). Após cursar as disciplinas da área antropológica, ter tido aulas de teorias e métodos antropológicos e também de fazer novas leituras sobre indigenismo no Brasil e na América Latina, revi minha posição de pesquisador e passei a valorizar minhas experiências no movimento indígena. Compreendi que não me caberia ser um simples observador externo do processo, mas sim um pesquisador-interlocutor indígena capaz de compreender melhor o universo da política indígena por ter conhecimentos das tramas internas da rede de relações estabelecidas entre os próprios representantes dos povos indígenas, entre os indígenas e indigenistas e entre todos estes e os agentes estatais. Como pertencente a este universo e com reflexões incentivadas pelos estudos em Antropologia Social, pude acreditar na minha capacidade de contribuir, ao escrever esta Dissertação, com a interpretação dos significados dos diversos discursos indígenas em cenários sociais e políticos específicos nos quais foram proferidos, compreendido por Gluckman como uma "situação social"².

Portanto, minha escolha em fazer pesquisa sobre a atuação de lideranças³ indígenas da COIAB em esferas do Estado brasileiro está diretamente relacionada à minha trajetória acadêmica como estudante Kambeba pertencente a uma família com participação efetiva no

² Uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões (GLUCKMAN, 1987:238).

³ Uso o termo "liderança" como sinônimo de líder por ser a designação mais recorrente no movimento indígena. Portanto, este uso está propositadamente sendo usado como afirmação dos próprios sujeitos pesquisados.

movimento indígena na região do Médio Solimões⁴, desde os anos 1970 com a atuação do meu avô paterno Valdomiro Cruz⁵, Kambeba da aldeia Jaquirí. Quando era pequeno, morando com meus pais, conheci um indigenista que anos mais tarde reencontrei na Universidade Federal do Amazonas, Benedito do Espírito Santo Pena Maciel. Ele me entregou sua Dissertação de Mestrado, intitulada *Identidade como articulação de novas possibilidades: etno-história e reafirmação étnica dos Kambeba da Amazônia Brasileira (2003)*, que trata sobre o movimento indígena no Médio Solimões com foco na atuação dos Kambeba. Foi lendo este trabalho, ainda cursando a Graduação, que obtive dados de pesquisa sobre a participação ativa dos Kambeba (MACIEL, 2003) no movimento indígena entre os anos de 1978 e 1979. Outro dado muito importante que chegou a mim por meio da leitura de um artigo de Benedito Maciel (2009, p.113) foi atuação do meu avô Valdomiro Cruz na organização do movimento indígena no Médio Solimões junto ao líder Miranha Lino Pereira Cordeiro, na época membro da União das Nações Indígenas (UNI)⁶, e também junto ao Mayoruna Euclides dos Santos, mais conhecido como Pagão (da aldeia Marajaí) e Miranha Gercino Mendes (aldeia de Méria).

- Contanto um pouco mais sobre minha trajetória familiar e minha inserção no movimento indígena

A família Cruz, da qual sou membro, participou de várias articulações políticas dos povos indígenas em diferentes esferas (nacional, regional e local), as quais resultaram na criação de organizações indígenas. A criação da representação da União das Nações Indígenas – UNI/Amazonas, nos anos 1980, contou com participação direta do meu tio Raimundo Cruz. O movimento indígena brasileiro, iniciado na década de 70, institucionalizou-se no ano de 1980 com a criação da UNI enquanto uma organização de representação nacional. No entanto, para sua atuação mais direta junto aos diferentes povos e regiões, foi necessário se reestruturar para criar instâncias regionais de articulação e representação. No “*Primeiro Encontro de Povos*

⁴ Pode-se dizer que desde o final da década de 1960, já havia movimento político na região do Médio Solimões com atuação dos indígenas Miranha das aldeias Miratú e Méria, que articulavam para garantir suas terras, melhoria na área de educação e saúde, sob a liderança de Lino Cordeiro, Miranha da Aldeia Miratú (MACIEL, 2009).

⁵ Faleceu em 23 de outubro de 2015, Manaus-AM.

⁶ Em 1981, em uma reunião em São Paulo, o Miranha Lino Pereira Cordeiro foi eleito por indígenas representantes de trinta e duas etnias para compor a direção da UNI, ocupando o cargo de secretário, enquanto Marcos Terena ocupou o cargo de Presidente e o Tucano Álvaro Fernandes Sampaio de vice-presidente (Ortolan Matos, 1997, p.171). No “1º Encontro Nacional de Povos Indígenas no Brasil” (7 a 9 de junho de 1982), Lino Miranha foi eleito como um dos representantes indígenas no âmbito nacional junto com Álvaro Tukano e Marcos Terena (Idem, p.199).

Indígenas” (Brasília, 7 a 9 do mês junho de 1982) foi criada a Coordenação Nacional da UNI; já no “Segundo Encontro de Povos Indígenas (Brasília, de 2 a 4 de abril de 1984) foi formado o Conselho Indígena da UNI (ORTOLAN MATOS, 1997, p.174). Para compor este Conselho foram escolhidos quarenta e seis conselheiros para representar os vários povos indígenas do Brasil. A região do Médio Solimões foi representada pelo meu tio Raimundo Cruz e por Lino Miranha.

Minha família esteve presente, também, nas discussões que levaram à criação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, desde 1986, quando a organização indígena era denominada como *Comissão Indígena da Amazônia*. Na articulação do movimento indígena na Amazônia, meu irmão, Mariano Cruz, atuou como *Coordenador de Rodízio* (função de representação para auxiliar no trabalho de coordenação por um período intercalado entre Manaus e a sua região de origem). Após a institucionalização da COIAB em 1989, Mariano Cruz ficou como articulador desta organização indígena na região até 1993, quando foi escolhido em Assembleia para representar o Conselho de Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB), na região do Médio Solimões. Além do meu irmão Mariano, a família Cruz esteve atuante na COIAB também com a participação do meu pai, André da Cruz, e de meu outro irmão, Tomé Cruz, que foram membros da Coordenação Executiva no período de 1993-1996 e 2001-2002, respectivamente.

Como pode ser observado, estou imerso neste contexto da metamorfose da política indígena e indigenista mesmo quando não tinha consciência ou percebia o que esta se tratando em determinados momentos. Quando se é nascido em uma família de lideranças não temos escolha quanto a participar das atividades, sejam elas reuniões na aldeia ou atividades do movimento indígena (encontros, assembleias, viagens de articulação/conscientização nas aldeias, etc.). Não tenho muita lembrança das atuações de meu avô Valdomiro Cruz e as de meu tio Raimundo Cruz no movimento indígena, em seu principio, na região do Médio Solimões de onde venho. No entanto, cresci identificando-os como lideranças pela atuação deles em outras esferas políticas da aldeia - meu avô como tuxaua e meu tio como agente de saúde na aldeia. Meu pai, André da Cruz, antes de atuar diretamente no movimento indígena, era o professor da aldeia, com quem iniciei minha vida escolar. Tuxaua, agente de saúde e professor são funções desempenhadas na aldeia com perfil político, considerando que essas atuações refletem sobre a vida coletiva dos que vivem neste local e em suas adjacências.

Por meados do ano de 1988, meu pai, André Cruz, deixou a função de professor na aldeia e passou a atuar como liderança do movimento indígena no Médio Solimões. Em

parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Tefé)⁷, organização não governamental atuante na consolidação do movimento indígena no Brasil, meu pai iniciou a articulação e a criação da Uni-Tefé. Na época, meu pai também convenceu meus dois irmãos mais velhos, Mariano Cruz e Tomé Cruz a fazer parte da equipe de articulação da mobilização política na região. Os dois eram jovens Kambeba, recém-chegados dos estudos na Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, situada em Manaus, que voltaram para a aldeia com um pouco mais de conhecimento escolar e passaram a ser aproveitados para a escrita dos documentos da articulação. Como ambos exerciam a função de professores das aldeias Kambeba, Jaquirí e Igarapé Grande, e participavam também do movimento de professores indígenas do Estado do Amazonas e Roraima, meus irmãos acompanhavam esporadicamente meu pai nas suas viagens de mobilização.

A participação tanto de Mariano como de Tomé no movimento indígena fazia parte do projeto familiar de meu pai, tanto é que ele não aceitou que um deles fosse trabalhar na Funai de Manaus, convite feito quando este ainda estudava em Manaus. Este engajamento mudou a rotina comunitária da minha família, antes mais inserida no cotidiano da aldeia, tendo agora que lidar com a nova demanda surgida com atuação no movimento indígena: viagens de articulação nas aldeias da região, com deslocamentos desde as mais próximas até as mais distantes (como, as dos municípios de Japurá e do Juruá), além de viagens para participar de eventos regionais, nacionais e até mesmo internacionais. Depois que meu pai se engajou totalmente no movimento indígena em 1988, uma de suas viagens mais relevantes para a história dos direitos indígenas no Brasil foi sua ida para Brasília com a finalidade de participar da mobilização indígena pela promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Com ele estava Algemiro Tikuna, que junto com meu pai era coordenador do movimento do Médio Solimões, e o Mayoruna Lourival Oliveira, que era na época representante dos tuxauas da região.

Como o movimento indígena inicial não tinha nenhuma infraestrutura para realizar sua agenda de trabalhos, os trabalhos em sua maioria eram realizados nas dependências da residência de meu pai, na aldeia Jaquirí, assim como as viagens para as aldeias da região foram realizadas usando um barco de pequeno porte, de modelo regional, que era de sua propriedade. Para viabilizar as viagens nacionais de participação em eventos que tratavam da política indígena e indigenista, a parceria era feita com o CIMI. Neste período até o início da institucionalização do movimento indígena na região do Médio Solimões com a criação da UNI-Tefé, convivi várias vezes com integrantes do CIMI hospedados em minha casa na aldeia

⁷ Sobre a participação do CIMI na articulação do movimento indígena sugiro a leitura de Ortolan Matos (1997).

enquanto realizavam seus trabalhos de assessoria à organização do movimento. Entre eles, estava o Benedito do Espírito Santo Pena Maciel, que posteriormente encontrei na Universidade Federal do Amazonas e recebi sua Dissertação sobre este movimento. Recordo-me também dos diversos “Ajurís⁸” para a realização das roças comunitárias nas comunidades indígenas dos municípios de Tefé, Alvarães e Uarini, que tinham como finalidade disponibilizar trabalhos comunitários e seus produtos para cooperar com as atividades de articulação do movimento indígena, por exemplo, na realização de encontros e assembleias indígenas, viagens de articulação financiadas coletivamente. Neste tempo, todas as aldeias tinham como cooperar com sua produção para a mobilização política no Médio Solimões. As aldeias que se situavam em solo de várzea, geralmente, forneciam peixes por sua abundância e as aldeias de terra firme contribuíam com a farinha de mandioca, entre outros produtos. Portanto, não dependiam de financiamento governamental ou outra fonte para a realização das atividades de articulação política.

No contexto desta complexidade de luta pelo reconhecimento de direitos específicos para os povos indígenas, com afirmação de lideranças na minha região (Médio Solimões), iniciei minha vida escolar, de início tendo como professor meu pai. Na época, não havia nenhuma diferença de educação escolar para os indígenas, sendo o ensino na modalidade igual para as demais comunidades rurais – escola rural. Meu pai aprendeu a ler escrever pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBREAL, sendo depois professor das comunidades ribeirinhas próximas. Quando estava concluindo a quarta série, como era denominado naquele tempo, do ensino fundamental, tendo como meu professor meu irmão Mariano Cruz, ouvia as discussões em casa sobre questões que até hoje são relevantes no movimento indígena. Passei a ouvir mais atentamente meus familiares tratarem de temas/conceitos que fazem parte de um discurso que José Bengoa chama de “*Panindigenismo cultural*”⁹. Falavam sobre direitos indígenas, entre eles o direito de ter educação escolar indígena diferenciada.

⁸ Era o nome que davam para os trabalhos em que participavam dos anciãos até as crianças, e entre estes os tuxauas das aldeias e os articuladores movimento indígena no Médio Solimões. Estes trabalhos eram planejados em assembleias e, geralmente, estava relacionado às etapas de limpeza do “roçado” (como a roçagem e a derrubada das árvores que iriam delimitar a área a ser ocupada com a plantação, depois disso, a queima e o encoivramento) até para plantação e capina que é o processo pós-plantio para a eliminação de ervas daninhas que iriam influenciar na produção.

⁹ Bengoa define como “*Panindigenismo cultural*” a formação de discurso comum entre diferentes povos indígenas da América Latina: “Así derechos indígenas, autonomía indígena, control político, control cultural, sociedades multiculturales, multiculturalismo, educación multicultural, bilingüismo, educación bilingüe, territorios indígenas, derechos tradicionales, patrimonio cultural, son algunas de las palabras que se escuchan cotidianamente en los discursos indígenas de todos los países latinoamericanos.” (BENGOA, 2000, p.139).

Vale lembrar que neste período só havia formação escolar na aldeia até a 4ª Série do 1º Grau, como era chamado na época, e com ensino multiseriado. Quando terminei esta etapa, para não ficar fora da escola, por não ter condição financeira para continuar os estudos na cidade mais próxima (Tefé ou Alvarães), continuei fazendo minha matrícula na escola da aldeia por, pelo menos, três vezes, quando iniciava os novos anos letivos. Com mais domínio de leitura e tendo mais horários livres, comecei a me interessar pelos assuntos relacionados a política do movimento indígena na região de Médio Solimões e passei a ler os relatórios de viagens, assembleias, informativo da COIAB, materiais produzidos pelo CIMI (ex: revista *Porantin*), todos disponíveis nas prateleiras da minha casa. Por meio destes documentos que tive acesso por estar toda documentação em casa, tive a possibilidade de conhecer os diversos problemas e realidades que os povos indígenas vinham enfrentando na época e conheci, por nomes, diversas lideranças que atuavam no movimento indígena, algumas delas posteriormente cheguei a conhecê-las em Manaus. Hoje, escrevendo esta Dissertação, reconheço que foi neste período que iniciei minhas reflexões sobre o movimento indígena.

Em 1994 e 1996, enquanto meu pai exercia a função de Vice Coordenador da COIAB, aproveitei a oportunidade para estudar na rede pública municipal em Manaus, por volta de três anos e meio. Nesta época, conheci o Movimento dos Estudantes Indígenas do Estado do Amazonas - MEIAM e comecei a participar de suas atividades. Entre suas reivindicações na época, destaco o acesso e a permanência dos estudantes indígenas ao Ensino Superior. A partir desta ocasião, passei a conhecer a política do movimento de forma mais ampla e a conhecer lideranças indígenas das diversas regiões do Amazonas e de outros Estados da Amazônia.

Passei a participar mais conscientemente das reuniões da COIAB e do MEIAM, no entanto, esta minha participação e meus estudos foram interrompidos com o final do mandato de meu pai na COIAB por ter que retornar para aldeia. De volta ao Médio Solimões, meu pai retomou os trabalhos como Coordenador Geral da Uni-Tefé, passando a ter uma vida bastante atribulada pelas muitas demandas do movimento, deixando a família mais na aldeia e passando a viajar mais para cidade de Tefé para desenvolver trabalhos na sede da organização. Esta fase me marcou por ter havido uma ruptura na minha trajetória de formação escolar e pelo meu pai ter passado mais tempo se dedicado aos afazeres do movimento indígena na sede da Uni-Tefé.

Só retornei aos estudos escolares em 1998, quando ingressei, em regime de internato, na Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, localizada na BR-174 em Manaus, frequentada por não

indígenas (os de família rural e os de família urbana)¹⁰ e indígenas. Esta Escola possuía um convênio na época com a Administração Regional da Fundação Nacional do Índio de Manaus (ADR-Manaus) para promover a formação escolar técnica de indígenas de vários lugares do Amazonas. Assim como ADR-Manaus, outras Administrações Regionais da FUNAI também mantinham convênio com esta Escola, com intuito de formar indígenas técnicos em agropecuária. Na época, necessitei voltar a ter aulas de Ensino Fundamental como exigência desta Escola por não ter frequentado antes disciplinas do curso técnico, que já eram oferecidas desde a chamada 5ª série.

Esta minha volta aos estudos em Manaus ocorreu por incentivo do meu irmão Tomé Cruz, que era quem articulava o movimento de professores como Coordenador da Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre (COPIAR)¹¹. Passei então a desejar concluir o Ensino Médio, para poder acessar o Ensino Superior que tinha ouvido falar nas reuniões do movimento estudantil que participei em Manaus. O período de seis anos que frequentei a Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos foi de experiências de aluno indígena em regime de internato, com dificuldades em se adaptar à rotina não indígena imposta e ao “autoritarismo” da direção da Escola. Encontrei indígenas de outros povos que também passaram por momentos difíceis no internato, sobretudo aqueles com dificuldade por não ter habilidade em falar e compreender a Língua Portuguesa, entre eles Hiskaryana e Sateré-Mawe (principalmente, os procedentes do rio Marau). Essa e outras dificuldades resultavam em reprovação de muitos alunos indígenas, reforçando os preconceitos e a discriminação na comunidade escolar e o desrespeito à diversidade de culturas indígenas que ali se faziam presentes. Não havia nenhuma preocupação da FUNAI e nem preparo da Escola para receber os alunos indígenas, ao contrário, aplicavam um rigor disciplinar nos alunos indígenas que se caracterizaria como violência cultural, além de atos de violência moral.

Hoje, reflito que o sistema escolar em que vivenciei como aluno interno na Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos assemelhou-se aos tratamentos disciplinares impostos aos indígenas no início do século XX com as escolas das missões na Amazônia. A prática de política indigenista de internatos para indígenas como meio de habilitá-los tecnicamente à vida “civilizada” que era recorrente no início do século XX, como aborda Souza Lima (1995),

¹⁰ Por princípio, os alunos nesta escola eram matriculados para obter formação técnica em agropecuária - agricultura ou zootecnia. No entanto, havia famílias não indígenas que colocavam seus filhos em regime internato por conta de comportamentos indisciplinados anteriores.

¹¹ A COPIAR foi criada como Comissão, sendo transformada anos mais tarde em Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia (COPIAM). Atualmente, encontra-se desarticulada.

continuou sendo usada até o início do século XXI, como comprova a minha geração de estudante indígena na Escola Agrícola, onde permaneci internado de 1998 até 2004. Entre os atos disciplinares, lembro-me da obrigação de rezar no café da manhã, nos horários do almoço e do jantar, além do lanche da noite. Aos domingos, frequentávamos obrigatoriamente a missa, com punições se houvesse falta. Quando cheguei da aldeia, me obrigaram a cortar, quase raspar, os cabelos como norma da escola. O fardamento da Escola também seguia normas rígidas.¹²

Se por um lado, o ingresso de alunos indígenas, em regime de internato, na Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos representou vivenciar outra orientação cultural diferente da aldeia, rompendo a experiência de coletividade dos jovens indígenas com seu povo, em seu território, e impondo a eles relações individualistas como as dos não indígenas. Por outro lado, a participação de indígenas na Escola Agrícola teve resultado contrário do que pretendia o Estado brasileiro com a formação escolar de alunos indígenas em internatos. Muitos deles conseguiram com esta formação se instrumentalizar para atuar politicamente tanto como líderes do movimento indígena e de organizações como também como professores, que são agentes políticos.

Esta observação cabe para a trajetória de Mariano e Tomé Cruz, do Médio Solimões; Darcy Marubo, do Vale do Javari; Bonifácio Baniwa, do Alto Rio Negro; Amarildo Maciel Munduruku, da Região do Baixo Rio Madeira, entre outros. Todos aqui citados são exemplos de indígenas que atuam como lideranças do movimento indígena e também que ocupam (ou ocuparam) cargos em órgãos governamentais. Portanto, o aprendizado na Escola Técnica também proporcionou conhecimentos de atuação no campo político das relações interétnicas entre indígenas e não indígenas. Lembro-me, da mesma situação, dos estudantes indígenas de escolas salesianas com regime internato, com a mesma dinâmica vivenciada por mim na Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos¹³. No período em que fiquei no internato, de 1998 até 2004, apesar de estar distante da minha família e do movimento indígena da região de onde venho, não me afastei totalmente de estar participando da política do movimento. Quando era possível eu obter autorização para sair da Escola, nos primeiros anos de internato, consegui participar algumas vezes dos Encontros dos Professores do COPIAR, quando realizados em Manaus. Esta autorização de saída de alunos indígenas do internato dependia quase que exclusivo da FUNAI,

¹² Todo o conjunto de atos disciplinares que vivenciei neste período comparo com cenas e depoimentos do documentário *Remissões sobre o Rio Negro* (2010), que trata das missões salesianas e o processo de colonização dos povos indígenas do Alto Rio Negro, no Estado do Amazonas.

¹³ Esta dinâmica está muito bem retratada no filme *Remissões sobre o rio negro*. Também se encontra citada na Tese de Antropologia de Gersem Luciano Baniwa (2011), intitulada *Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*.

que era responsável legal por nós junto à Escola. Neste período, meu irmão Tomé Cruz era o Coordenador do COPIAR, sendo ele que solicitava a minha autorização para a saída da Escola. A permissão era dada dependendo da direção da Escola e da FUNAI, o que não era tão simples e nem acessível aos demais alunos indígenas. Geralmente, os alunos indígenas que recebiam mais autorização eram parentes de lideranças. A participação nestes encontros significava momentos para reencontrar familiares e outros “parentes” e, principalmente, renovar o compromisso e consciência de contribuir com o movimento indígena.

Tratei de terminar o Ensino Médio já desejando ir para a universidade, sem ter interesse em finalizar o curso técnico, o que me exigiria gastar mais tempo na Escola para terminar a monografia obrigatória. Fiz inscrição para prestar vestibular na UFAM já tendo escolhido o Curso de Ciências Sociais, pelo interesse nas disciplinas das Ciências Humanas, que me proporcionariam estudos de temas mais ligados à política. Minha escolha foi baseada na leitura do Edital do vestibular que apresentava o Curso de Ciências Sociais, pois estava decidido não seguir os estudos na área de Ciências Agrárias como era recomendado pela Escola Técnica. Cursei a Graduação na Universidade Federal do Amazonas de 2005 a 2008, apropriando-me do diploma de Bacharelado em Ciências Sociais. Depois complementei com a habilitação em Licenciatura, obtendo em 2009 o diploma de Licenciado em Ciências Sociais. No mesmo ano de 2009, fiz Curso de Especialização em Ciências Políticas, oferecido por meio de um convênio entre o Serviço de Ação e Reflexão Social (SARES), vinculado à Igreja Católica, e a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Assim como na Graduação, neste Curso de Especialização fiz como trabalho final pesquisa sobre o movimento indígena e as ações do Estado, porém, enfatizando a atuação política dos Kambeba. Depois, continuei interessado em estudar mais sobre política indígena e política indigenista e resolvi ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFAM, incentivado pela Professora Thereza Cristina Cardoso Menezes, que foi minha orientadora de monografia na graduação. Durante meus estudos universitários também não deixei de participar do movimento indígena, mas de um modo mais específico de atuação. Desde a Graduação e depois na Pós-graduação, fui convidado a participar de algumas atividades envolvendo tanto o movimento indígena como também órgãos indigenistas. Por exemplo, atuei em uma campanha contra alcoolismo nas aldeias, realizada pela FUNAI de Brasília, por volta de 2005. Outro exemplo foi minha participação nas viagens de discussão e pactuação dos Territórios Etnoeducacionais junto aos povos indígenas do Amazonas.

Minha atuação nas atividades do movimento indígena não era como porta-voz, falando em público nos eventos como meu pai, meus irmãos e primos costumavam fazer. Como já

explicado, minha família é composta por lideranças atuantes em esferas públicas do movimento indígena, mas nesta família eu desempenhava a função mais de mediador das atividades do que orador. Participava das discussões do movimento indígena, junto aos meus familiares ou com outras lideranças, mas sempre mais nos "bastidores" e não me expondo mais publicamente. Minha participação em eventos do movimento indígena também foi limitada pelos meus compromissos acadêmicos e depois, principalmente, profissionais, desde 2012 na função de funcionário público estadual como professor efetivo de Ensino Médio.

Destaco aqui minha participação em eventos relevantes que contribuíram com discussões entre povos indígenas e o Estado: *Conferência Regional dos Povos Indígenas do Amazonas e Roraima*¹⁴, realizada em Manaus, de 30 de outubro a 06 de novembro de 2005; *Conferência Nacional dos Povos Indígenas do Brasil*, realizada em Brasília-DF, de 12 a 19 de abril de 2006¹⁵; *I Seminário Participativo da Gestão na Atenção Integral e Diferenciada aos Povos Indígenas do Estado do Amazonas*, realizado em Manaus, de 28 a 30 de maio de 2008¹⁶ e *Consulta da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas*¹⁷,

¹⁴ Realizado pelo Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio – MJ/FUNAI. Esta Conferência tinha como objetivo apresentar sugestões para subsidiar uma nova política indigenista para o Estado brasileiro, considerando as especificidades étnicas, socioculturais, econômicas e políticas de cada povo.

¹⁵ Estive presente como Delegado pela UNI-TEFÉ, organização indígena representante da região do Médio Solimões. Esta condição credencia ao participante para falar em plenário e exercer o poder de voto nas propostas. Segundo o *Relatório Final da Conferência Nacional dos Povos Indígenas*, a FUNAI organizou e realizou nove Conferências Regionais durante os anos de 2004 e 2005, originando nove Documentos Regionais com significativas propostas das lideranças indígenas de cada região do Brasil. Estas propostas serviram de base para as discussões e reflexões da *Conferência Nacional dos Povos Indígenas*, em seus mais diferentes temas como: revisão do *Estatuto do Índio*, tutela, autodeterminação, educação indígena, saúde, fundiária, gestão territorial, impactos ambientais e sociais ocasionados por empreendimentos, direitos e participação indígena em órgãos de deliberação e execução do governo e no fortalecimento do órgão indigenista oficial FUNAI. Participaram novecentos delegados, representando cento e setenta e seis povos indígenas do Brasil (FUNAI/CGDTI, 2006).

¹⁶ Teve principais organizadores a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS, organismo internacional de saúde pública que também faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). E Pelo Ministério da Saúde do Brasil (MS), órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros (Site: BRASIL. Ministério da Saúde, 2018).

¹⁷ Este evento teve como organizadores a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil – APIB, Fundação Nacional do Índio/Ministério da Justiça –FUNAI/MJ e Ministério do Meio Ambiente- MMA, com apoio da cooperação internacional e de organização não governamentais da sociedade civil (The Nature Conservancy-TNC, Conservação Internacional- CI, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ, Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GmbH, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF e Instituto Socioambiental – ISA) . Este processo de construção de política de gestão territorial para as Terras Indígenas deu-se entre setembro de 2008 e junho de 2010 e tinha como finalidade discutir a criação da Política Nacional de Gestão Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), e segundo Oliveira (2011), sua principal marca de construção foi a “participação indígena” na composição do Grupo de Trabalho Interinstitucional responsável pela PNGTI e a participação de representantes e lideranças indígenas nas Consultas Regionais.

realizada em Manaus, de 25 a 28 de junho de 2010. Como citei anteriormente participei das discussões de implantação e pactuação dos Territórios Etnoeducacionais (TEE'S¹⁸) no Estado do Amazonas, no ano de 2011. Também fiz parte do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAAM do Estado do Amazonas, indicado pela COIAB, entre os anos de 2010 e 2012. Atualmente, saí da função de professor em sala de aula por ter sido cedido para trabalhar na Gerência de Educação Escolar Indígena - GEEI/SEDUC-AM, para auxiliar na construção de políticas de educação adequadas para as escolas indígenas do Estado do Amazonas, por solicitação do Fórum de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas – FOREEIA¹⁹ junto a SEDUC-AM. O atual Gerente da GEEI/SEDUC-AM, que é indígena, também foi indicado pela FOREEIA. Portanto, eu mesmo sou, nesta ocasião, um exemplo de representante indígena que assumiu função em órgão do Estado do Amazonas, por articulação do movimento indígena, mais especificamente do movimento de educação escolar indígena.

- Falando Sobre meu tema e minha pesquisa

Diante de toda essa complexidade que envolve minha trajetória e o movimento indígena, minha Dissertação busca refletir sobre o modo de inserção e atuação das lideranças indígenas no Estado, a partir de um novo modelo político do indigenismo estatal brasileiro, com a descentralização do papel estatal indigenista da FUNAI e da gestão governamental orientada

¹⁸ De acordo com o Artigo 6º do Decreto N°6.861 de 27 de maio de 2009, o qual dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais: "Para fins do apoio de que trata o art. 5º, a organização territorial da educação escolar indígena será promovida a partir da definição de territórios etnoeducacionais pelo Ministério da Educação, ouvidos:

I - as comunidades indígenas envolvidas; II - os entes federativos envolvidos; III - a Fundação Nacional do Índio - FUNAI; IV - a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena; V - os Conselhos Estaduais de Educação Escolar Indígena; e VI - a Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI.

Parágrafo único. Cada território etnoeducacional compreenderá independentemente da divisão político-administrativa do País, as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações lingüísticas, valores e práticas culturais compartilhados.

¹⁹ De acordo com as informações de seu histórico de criação, o FOREEIA foi lançado oficialmente no dia 30 de abril de 2014, nas comemorações de vinte e cinco anos de mobilização e luta dos professores indígenas - *Seminário 25 de COPIAR* (Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima). O COPIAR, por sua vez, desencadeou no Brasil no ano de 1989 a luta por uma educação escolar indígena específica, diferenciada, bilíngue e de qualidade, com importantes avanços e conquistas alcançadas. Porém, na avaliação dos professores ainda havia muitos problemas estruturais e educativos e o FOREEIA seria esse espaço para fomentar o debate, trocas de experiências, elaborar propostas de política pública referente à educação, reunir periodicamente os professores das diversas regiões do Estado do Amazonas e servir de experiência para a criação do Fórum Nacional de Educação – FNEI, fato acontecido em 2015, segundo sua Ata de criação (FOREEIA, 2015).

pela “democracia participativa”. A vigência dos Decretos Presidenciais de nº 23²⁰, 24²¹, 25²² e 26²³, de 04 de fevereiro de 1991, dará uma nova dinâmica na prática do indigenismo no Brasileiro com a abertura de assentos para representação dos povos indígenas em órgãos estatais. A partir da vigência destes Decretos, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB tornou-se o principal interlocutor dos povos indígenas da Amazônia e do Brasil frente ao governo e à sociedade brasileira. Apesar de ter sido criada como organização indígena com representatividade regional, a COIAB passou a ser convocada pelo Estado brasileiro como representante institucional do movimento indígena em nível nacional.

Nos últimos anos, lideranças que fizeram parte da organização inicial do movimento indígena, ao analisar suas experiências atuais, passaram a questionar se o “estar no Estado” estaria causando enfraquecimento ao potencial político dos povos indígenas de atuar com autonomia em defesa de seus direitos, enquanto cidadãos etnicamente diferenciados. Tendo como referência tal questionamento, decidi analisar algumas das trajetórias de lideranças da COIAB para poder compreender a inserção de representantes indígenas no Estado brasileiro. Em minha monografia de Graduação (CRUZ, A.F, 2008), obtive dados apresentados pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), até o ano de 2005, sobre a recomendação de “lideranças indígenas”²⁴ para ocupar vinte e três representações em órgãos federais e regionais (Amazônia Legal²⁵), dez estaduais (Amazonas) e três em nível

²⁰ Transferiu para o Ministério da Saúde a responsabilidade pela Coordenação das ações de saúde destinadas aos Povos Indígenas, estabelecendo os Distritos Sanitários Especiais Indígenas como a base de uma organização dos serviços de saúde. Foi então criada, no Ministério da Saúde, a Coordenação de Saúde do Índio (COSAI), subordinada ao Departamento de Operações (DEOPE), da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com a atribuição de implementar o novo modelo de atenção à saúde indígena (FUNAI, 2018).

²¹ Dispõe sobre as ações visando à proteção do meio ambiente em terras indígenas: Artigo 4º - "A coordenação dos projetos mencionados no art. 2º caberá à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, e sua elaboração e execução serão realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pelo órgão federal de assistência ao índio" (DE PAULA et.al, 2011).

²² Atribui ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária o fomento a programas e projetos para assegurar a autossustentação dos povos indígenas: Artigo 5º- "Compete ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, por intermédio da empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e ao Ministério da Justiça, por intermédio do órgão federal de assistência ao índio, a coordenação das ações decorrentes deste Decreto" (DE PAULA et.al, 2011).

²³ Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil: Artigo 1º - "Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a Funai" (DE PAULA et.al, 2011).

²⁴ As aspas estão aqui para chamar atenção para a necessidade de problematizar a categoria, em decorrência dos próprios dados etnográficos.

²⁵ A Amazônia Legal, estabelecida no Artigo 2º da Lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás. Ela representa 59% do território brasileiro.

internacional (CRUZ,A.F, 2008).²⁶ Em 2009, a COIAB contava com vinte e uma representações em órgãos federais (Conselhos, Comissões, Comitês Gerencia Técnica, Grupos de Trabalho) e permaneceu com dez representações no Estado do Amazonas.

Nas duas últimas décadas, a participação de indígenas em representações públicas em instâncias estatais é crescente, juntamente com o aumento de interesse dos antropólogos em compreender de que forma essas lideranças estão lidando com a entrada de indígenas em órgãos do Estado brasileiro (esferas federal e estadual) e como eles têm atuado nas políticas nacionais que afetam os povos indígenas. Em minha pesquisa, busquei entrevistar essas lideranças para ter seus entendimentos sobre suas participações em ações de políticas públicas, a fim de refletir sobre a dinâmica do posicionamento do movimento indígena a partir das configurações das relações interétnicas no país. Uso como fontes etnográficas desta pesquisa, os documentos institucionais da COIAB e as próprias lideranças indígenas²⁷ que participaram e/ou participam na construção e implementação de políticas públicas para os povos indígenas, cujos depoimentos foram recolhidos tanto por meio de entrevistas diretas do pesquisador com os sujeitos pesquisados, como também por meio dos discursos públicos proferidos em vários eventos.

Minha pesquisa foi realizada em etapas com algumas dificuldades. Iniciei a primeira delas com o levantamento de documentos nos arquivos da COIAB, porém já enfrentando dificuldades pela falta de organização dos mesmos, o que demandaria maior tempo para consultá-los. Quanto aos arquivos digitais gravados nos computadores da COIAB, a última informação que obtive foi a de que se perderam com o roubo dos mesmos por arrombamentos constantes na casa-sede da organização, desde que o lugar ficou sem vigilância. Também tive dificuldades pelas lideranças indígenas estarem enfrentando incertezas políticas relacionadas à continuidade da organização indígena, desde que a COIAB entrou em crise financeira

²⁶ Os dados numéricos apresentados referem-se aos espaços políticos de representação nos órgãos e não ao número de indígenas ocupantes, visto que uma mesma liderança pode ocupar um ou mais assentos de representação em órgãos distintos.

²⁷ Aproprio-me, neste caso do discurso de Tomé Cruz – Kambeba, para buscar compreender a interpretação das lideranças indígenas dadas para essa definição, segundo ele, uma liderança política indígena são aquelas pessoas que são escolhidas para coordenar e representar o seu povo e posteriormente a sua região. É responsável para articular em várias instâncias, buscando melhoria para as organizações indígenas e que reflete em conjunto com outras lideranças suas decisões e por fim, é responsável pela atualização de seu povo na política de fortalecimento dos povos indígenas. (Coordenador atual da CTL/FUNAI/Tefé, porém, com experiência nas diversas esferas da política indígena, em entrevista realizada por mim na sede da União dos Povos e Organizações Indígenas do Médio Solimões e Afluentes -UNIPI/MSA, Tefé, 2017).

provocada pela situação de inadimplência institucional com a gestão do Distrito Sanitário Especial de Indígena (DSEI)-Manaus. Com penhora judicial da sede, dívida trabalhista, falta de recursos financeiros para manter a política institucional e o auxílio aos Coordenadores, entre outros constrangimentos, a COIAB perdeu poder político nos campos da política indígena e indigenista, como ocorreu com outras organizações indígenas regionais que também assumiram DSEIs.

Na época desta crise, a instituição passou a funcionar em endereços incertos em Manaus, ora na casa-sede, ora em outros espaços, não me oferecendo disponibilidade para pesquisa no acervo dos documentos institucionais e tornando indisponíveis seus Coordenadores para realização das entrevistas. Com toda esta situação política e financeira complicada da COIAB, não consegui dar continuidade à minha atividade de consulta referente ao período de 2009 até os dias atuais, sobre os relatórios anuais de atividades, relatórios de eventos e de Assembleias Gerais, bem como relatórios do Conselho Deliberativo e Fiscal da COIAB. Apesar do site da COIAB não estar mais disponível desde 2011, consegui fazer consultas a sites de instituições governamentais que traziam dados sobre a participação de indígenas nas esferas estatais. Mesmo diante de todos esses problemas, me mantive vigilante para os novos acontecimentos e comprometido em encerrar a pesquisa, não apenas por interesse acadêmico, mas, sobretudo, pelo meu compromisso com os interlocutores indígenas que concordaram com a importância da pesquisa, participando de eventos que discutiam a política indígena (como, por exemplo, do Seminário *25 anos de COPIAR*²⁸, realizado em abril de 2014).

Considerei neste trabalho a realização das entrevistas como espaço de interlocução fundamental (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988), devendo os dados obtidos ser analisados a partir da contextualização dos momentos das narrativas (OLIVEIRA FILHO, 1988). Desta forma, foi possível reconstruir o processo de institucionalização do movimento indígena na Amazônia, a partir da interpretação das lideranças sobre suas próprias *trajetórias*. Busquei entender a narrativa das *trajetórias* a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu, que as discute como *matrizes das relações objetivas e envelhecimento social*²⁹. Consegui entrevistar oito

²⁸ Comissão de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima - COPIAR, como se tornou conhecido o movimento dos professores indígenas do Amazonas, de Roraima e do Acre. A partir do ano de 1989, estes professores, articulavam-se principalmente em seus encontros anuais e surgiu como resposta à necessidade de refletir sobre problemas comuns vividos pelos professores indígenas destes Estados e de encontrar alternativas para uma mudança nos rumos educação escolar que contemplasse os interesses e a realidade dos povos indígenas (DIAS, R.H.D, 1999).

²⁹ Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes espaços sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que

lideranças indígenas da COIAB, selecionadas por sua atuação em diferentes fases da institucionalização do movimento e da organização na Amazônia. Busquei conhecer a atuação, a legitimidade e a representatividade destas lideranças, no processo de afirmação como “representantes indígenas” na política indigenista brasileira.

Também recorri a depoimentos das lideranças da COIAB realizados por meio de discursos públicos, que foram considerados por mim pronunciamentos institucionalizados do movimento indígena, o que permite identificar elementos que constituem a representatividade indígena nas esferas estatais, representatividade legitimada tanto por referências políticas no campo das relações indigenistas como no campo das relações indígenas.

Minha experiência com esta pesquisa, por ser feita em um campo etnográfico no qual também sou sujeito pesquisado e não apenas pesquisador, colocou-me reflexivo sobre a orientação teórico-metodológica de Bourdieu (1997), que aprendi no Curso de Graduação em Ciências Sociais. Segundo este autor, o pesquisador não deve deixar de considerar que a *relação de pesquisa* é uma *relação social*, portanto, produz *efeitos* na medida em que sua proximidade com o pesquisado vai se ampliando. Estando essa aproximação circunscrita na estrutura da relação social, segundo Bourdieu, existirão distorções que precisam ser percebidas e dominadas. Fiquei refletindo como esta orientação teórico-metodológica me caberia como pesquisador, sendo eu procedente de uma família indígena atuante no movimento indígena, estando inserido em campo etnográfico formado pela relação entre as políticas indígenas e indigenistas. Passei então a compreender que quando eu assumia o lugar do pesquisador e, por exemplo, meu pai ou meus irmãos o lugar do pesquisado, eu deveria estar bastante atento para a situação na qual nos encontrávamos - ao mesmo tempo em que mantínhamos relações familiares consideradas próximas, mantínhamos certos distanciamentos enquanto gerações indígenas distintas com vivências interétnicas diferenciadas. Ao me aproximar cada vez mais de meus familiares no transcorrer da pesquisa, poderia me causar também um posicionamento analítico mais comprometido com o lugar de fala deles e, portanto, resultar em algum efeito de distorção na pesquisa.

Todas estas preocupações abordadas são pertinentes pela minha condição de sujeito pesquisador que faz pesquisa de campo diferente do modelo clássico da Antropologia, por conviver continuamente com os anseios, conquistas e decepções dos sujeitos pesquisados. Mantenho uma relação simétrica entre pesquisador e pesquisados, neste sentido, e por isso

estão em jogo no campo considerado, sem esse contexto, não podemos entender trajetória (Bourdieu, 1996, pág.82).

devo ser mais cuidadoso para não comprometer a trajetória das lideranças e a trajetória do próprio movimento indígena na Amazônia brasileira.

Na fase de análise dos dados etnográficos, coube um enfoque processual, considerando as configurações sociais (ELIAS, 1980) e as redes de relações entre os agentes (ORTOLAN MATOS, 2006). A partir das entrevistas feitas, dos depoimentos analisados e da minha experiência com as políticas indígenas e indigenistas, pude constituir analiticamente a teia de relação entre as lideranças da COIAB e sua dinâmica na produção de relações de poder, para poder formular a compreensão da inserção dos povos indígenas nas esferas estatais.

CAPÍTULO I - ESTADO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL PÓS- CONSTITUIÇÃO DE 1988: O PROCESSO HISTÓRICO DA INSERÇÃO DE REPRESENTANTES INDÍGENAS NAS ESFERAS DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Neste capítulo, apresento o processo histórico que reconfigurou as relações políticas entre indígenas e agentes estatais no campo do indigenismo, no contexto da Constituição Brasileira de 1988. Para tanto, vou trazer as experiências de lideranças indígenas sobre este processo e elaborar reflexões a partir de autores que também o analisaram ou que possuem referências teóricas para apoiar minha análise. Este processo inclui a institucionalização do movimento indígena, por meio da criação de organizações indígenas e da definição do perfil de liderança com traços específicos para atuar nas novas condições políticas do campo indigenista.

Para compreender as várias mudanças ou estratégias na política indígena me orientei teoricamente em autores que realizaram trabalhos na África, a cerca da relação com o Estado e a população de governo “tribal” - M. Fortes e Evans-Pritchard (1981) e Gluckman (1987). As teorias propostas por estes autores me auxiliaram quanto ao tratamento do indivíduo como agente, capaz de modificar a estrutura social a partir de seus interesses ou na aglutinação dos interesses de grupos. Esses trabalhos realizados a respeito dos “sistemas políticos africanos” ressaltam que as relações sociais só podem ser observadas e descritas em relação à conduta recíproca das pessoas em jogo. Neste sentido, é possível situar a política indígena em face de vários agentes sociais (povos indígenas, agentes estatais, ONGs e etc.), com a perspectiva de que a rede de “relações sociais” ou “organização social” podem mudar conforme o conjunto de relações estabelecidas.

Iniciarei aqui a discussão, atualmente em pauta entre lideranças do movimento indígena e *profissionais indígenas*³⁰, sobre o perfil desta inserção indígena em esferas estatais. A complexidade desta discussão está na própria transformação das relações interétnicas no Brasil no que diz respeito ao "lugar" do indígena na sociedade brasileira e no Estado nacional. Como Alcida Rita Ramos (2015) nos faz lembrar, no período da Ditadura Militar e em especial diante do Decreto de Emancipação de indígenas brasileiros proposto pelo Ministério do Interior, o Estado brasileiro tinha como principal finalidade acabar definitivamente com a

³⁰ Neste caso para Alcida Ramos (2015), refere-se aos indígenas com formação em nível superior, que podem também exercer representação no Estado.

proteção oficial dos povos indígenas brasileiros, o que não conseguiram por conta da mobilização de várias entidades de classes profissionais (antropólogos, advogados, jornalistas, etc.) e de intelectuais em defesa dos direitos indígenas. Hoje, temos outra configuração da política indigenista, com a participação direta de indígenas em órgãos estatais que executam políticas públicas para os povos indígenas, mas sem com isto conseguir que as autoridades estatais brasileiras cumpram legalmente com o seu dever de proteção aos direitos indígenas.

1.1-Sobre a história do "lugar" dos povos indígenas na política estatal brasileira.

Apesar da minha proposta de pesquisa compreender a inserção de indígenas no Estado Nacional após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, compartilho aqui alguns pontos sobre os contextos históricos do "lugar" dos povos indígenas na política estatal brasileira. Entendam, estou propondo aqui fazer um breve apontamento histórico para permitir ao leitor deste meu trabalho uma visão mais complexa da atual situação de participação indígena nas esferas do indigenismo estatal.

Um ponto a ser considerado é o que afirma Rita Heloísa de Almeida (1997:36-51), em sua pesquisa sobre *Diretório dos Índios*: a legislação indigenista brasileira, desde os tempos coloniais, revela que as questões relacionadas aos povos indígenas foram sempre consideradas de Estado. Havendo a orientação política dos portugueses a de incorporar os nativos à colonização, Rita Heloísa de Almeida (1997) nos indica que a tutela dos povos indígenas foi instituída desde a colonização, sendo ela praticada mediante concessão do Estado a representantes tutelares (entre eles os missionários, até a secularização das aldeias com a assinatura do *Diretório dos Índios*), os quais assumiriam trabalhos de atração, civilização, catequese e assistência aos indígenas. Esta situação histórica torna-se ainda mais complexa se for considerada as possibilidades políticas dos povos indígenas no campo das relações interétnicas do Brasil Colônia. O trabalho de Maria Regina Celestino de Almeida (2010) traz uma exposição cuidadosa de pesquisadores da História Indígena cujos trabalhos tem demonstrando o poder de agência de indígenas na história do Brasil. Por exemplo, nas aldeias jesuíticas as relações entre os padres e os indígenas foram pautadas tanto por imposições como por acordos. Além da participação em expedições de descimento e de guerra, enquanto práticas de colonização, os indígenas também estiveram envolvidos na administração das aldeias junto aos jesuítas (ALMEIDA, 2010, p. 91). Lideranças indígenas receberam cargos, títulos, patentes e situações privilegiadas para prestarem este auxílio à gestão dos jesuítas. Maria Regina

Celestino de Almeida ressalta a estratégia dos padres de "identificar e, quando possível, manter os chefes originais, dando-lhes, no entanto, novas funções e regalias" (ALMEIDA, 2010, p.92). O governador, responsável por prover o cargo ao indígena, poderia remunerá-lo ou não. A autora tem o cuidado analítico de observar que tais relações entre os jesuítas e lideranças não devem ser compreendidas desqualificando a complexidade da situação histórica: "convém descartar interpretações simplistas que tendem a considerar os líderes como manipulados pelas autoridades e/ou como oportunistas em relação aos seus comandos" (ALMEIDA, 2010, p.101). E ainda acrescenta: [...] "os critérios de liderança também se alterava com a dinâmica dos processos históricos e das relações entre os atores" (IBIDEM). Quando da entrada em vigência do *Diretório dos Índios* (1757-1798), a participação de indígenas na gestão colonial dos assuntos que lhes diziam respeito teve um retrocesso, como nos explica Rita Heloísa de Almeida (1997, p.167): por considerar "limitada a capacidade de os mesmos constituírem governos próprios com os seus 'principais' e impor "o conceito de menor idade do índio e da necessidade de tutela". Passou-se a contar com a função (diretiva e coativa) de "diretor" secular, que deveria ser nomeado pelo governador do Estado e para o qual foi dado plenos poderes de representar os povos indígenas. Os abusos de autoridade dos "Diretores" de aldeias, com exploração intensa ao trabalho dos indígenas, conduziu o governo colonial abolir o *Diretório dos Índios* e, substituí-lo pela *Carta Régia* de 12 de maio de 1798. No entanto, foi mantida a tutela sobre os povos indígenas, mas desta vez pulverizando a autoridade do seu exercício, tirou-se a atribuição da figura do "diretor" e ficou estabelecido que 'comunicações', 'comércio' e 'trato' com os índios por meio da educação passa a ser atribuições de qualquer representante da civilização" (ALMEIDA, 1997, p.47). No entanto, a nova lei não conseguiu solucionar os problemas anteriores, por não ter definido a quem caberia à responsabilidade tutelar sobre os indígenas. Em um Brasil Império declarado independente da Coroa Portuguesa, a questão indígena prosseguiu com dificuldades em administrar a inserção destes povos na sociedade brasileira. Entrou em vigor com uma nova lei, *Decreto nº426*, de 24 de julho de 1845, que voltou a estabelecer funções e definir atribuições da administração tutelar, consolidando o "diretor" de aldeias como figura tutelar (ALMEIDA, 1997, p. 48). Agora com estrutura administrativa melhor definida e presidida pelo "diretor-geral" dos índios, consegue-se superar as contradições políticas provenientes da vinculação e da subordinação funcional dos diretores de aldeias aos governadores e capitães-gerais (Ibidem). Por meio deste Decreto, incentivou-se os indígenas organizarem espacialmente suas aldeias como qualquer outro povoamento não indígena, inclusive permitindo em seu interior maior convívio com a população não indígena -

medida legal que, segundo Rita de Heloísa de Almeida (Ibidem), gerou para os povos indígenas problemas fundiários que os ameaçam em tempos mais recentes.

Trago para a reflexão sobre os contextos históricos do "lugar" dos povos indígenas no Brasil, a leitura que fiz de Manuela Carneiro da Cunha (1998) sobre a política indigenista do século XIX, na qual a autora aborda como a questão indígena começa a ser pensada dentro de um projeto político mais amplo. Tratava-se de “chamar o índio” à sociedade nacional, chamar o índio ao convívio com o resto da nação, com debates a entre os cientistas e políticos para determinar a melhor forma para inserir o índio à comunhão nacional, discutindo sobre sua humanidade, o direito à terra e leis protecionistas (CARNEIRO DA CUNHA, 1998:134). Entre estudiosos, travou-se um embate sobre a humanidade ou animalidade dos índios, diante dos pressupostos do evolucionismo. Pelo lado da Antropologia Física, Blumenac, ao analisar o crânio de um indígena Botocudo, classificou-o como estágio intermediário entre um “orangotango e um homem”. Já pelo lado filosófico, o brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1823, optava pela “perfectibilidade dos índios”. Entre os políticos, destaca-se o presidente da província de Minas Gerais, Francisco Pereira de Santa Apolônia, exaltando a “animalidade” indígena ao processo civilizador, em 1827: “de tigres só nascem tigres: de leões, leões se geram: e dos cruéis Botocudos (devoram, e bebem o sangue humano) só pode gerar prole semelhante”. A discussão implicava no destino dos indígenas na nação brasileira. Para os estudiosos evolucionistas, os quais exaltavam a inaptabilidade indígena frente ao “processo civilizatório”, a tendência era a desaparecerem. Em contraponto, tem-se o “projeto de tutela” positivista, final do século XIX e início do XX (SOUZA LIMA, 1987). Discutir o "lugar" dos indígenas no século XIX estava diretamente vinculado à discutir o "lugar" das terras indígenas, que passam a ser de interesse do Império pela expansão de fronteiras (CARNEIRO DA CUNHA, 1998, p.141). E, como ressalta Manuela Carneiro da Cunha (Ibidem), a "política de terras não é, portanto, a rigor, independente de uma política de trabalho". Com a Lei das Terras, de 1850, deu-se permissão para liberação das terras indígenas, com argumento de que seus moradores teriam sido assimilados com a mistura de não indígenas nas aldeias - práticas estimuladas pelo próprio governo. Ou seja, usaram-se critérios de identidade étnica para liberar as terras de interesses estatais e privados.

Portanto, povos indígenas fazem parte do processo de constituição do Estado Nacional no Brasil, passando por diferentes iniciativas estatais de inseri-los em um regime político mais amplo, da Colônia, passando pelo Império até chegar à República. No século XX, política estatal continuou a investir na integração dos indígenas na sociedade nacional, mas agora, no campo ideológico, orientada pelo paradigma do humanismo positivista, que propunha o

“salvacionismo” estatal indígena, com práticas de proteção até sua completa integração. No projeto de construção da nação e do Estado brasileiro, caberia ao “índio” estar integrado à comunhão nacional para se tornar um cidadão brasileiro. Por ser merecedor desta inclusão, o Estado brasileiro, em pleno início do século XX, sentiu-se obrigada a garantir a sobrevivência, sobretudo física, de povos indígenas no Brasil frente às situações constantes de ameaça provenientes do tão desejado “progresso” nacional.

Para a política indigenista brasileira, historicamente pautada pela orientação integracionista (sobretudo, econômica), os conceitos “integração e a emancipação” eram de fundamental importância, pois estava vinculada à transitoriedade da identidade indígena. A ideia do Estado de transitoriedade indígena no século XX trazia consigo a necessidade de um tutor legal para mediar o contato entre indígenas e sociedade envolvente. O Código Civil (3.071, de 1/1/1916, artigo 16, IV) definiu os indígenas brasileiros como “relativamente incapazes”, sendo necessário exercer poder tutelar sobre os povos indígenas. É com essa finalidade que foi criada a instituição indigenista como o SPILTAN (Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais), vinculado ao Ministério da Agricultura. O SPI, como ficou conhecido, tinha a visão romântica do indígena brasileiro, os via como inocentes, não preparados e vulneráveis para o contato, porém, sua criação teve sempre vinculado às funções de proteção, e promover a localização de trabalhadores nacionais, sobretudo mestiços libertos da escravidão. O “índio” se integraria a sociedade nacional gradativamente, e isso justificava a necessidade de uma proteção especial do órgão indigenista (ORTOLAN MATOS, 1997).

Antônio Carlos de Souza Lima (1987 e 1992) nos ajuda a entender melhor este processo histórico que culminou na criação de do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTAN), em 1910 - depois, passou a ser Serviço de Proteção ao Índio (SPI), vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC).³¹ O organismo indigenista estatal abrangeu tarefas de fixação do campo da mão-de-obra rural, por meio de um sistema de controle do acesso a propriedade e treinamento técnico da força de trabalho, efetivado por meio de ações denominadas de centros agrícolas. Sua “ação positivista” teve como seu principal agente o militar, Marechal Mariano Cândido Rondon, que após sua extinção, foi substituído pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) no ano de 1967.

³¹ A leitura do texto de autoria conjunta de Antônio Carlos de Souza Lima e João Pacheco de Oliveira Filho (1983) é de grande valor para compreender o indigenismo brasileiro considerando o campo ideológico, político e econômico.

Com o Golpe Militar de 1964, a visão romântica e humanitária do SPI sobre os índios foi substituída por novos princípios baseados em “soberania nacional e desenvolvimento”. Neste contexto o SPI foi extinto sobre acusação de crimes administrativos contra os povos indígenas. Com a extinção do SPI, é criada a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) sob a Lei Nº 5.371, de 5/12/1967, órgão indigenista que nasce compromissado com interesses econômicos e tendo como objetivo acelerar o processo de integração do índio à sociedade torná-lo cidadão - o que significaria o Estado brasileiro liberar as terras indígenas para as explorações econômicas.

Em 1973, o *Estatuto do Índio* foi criado para regulamentar a prática estatal indigenista com a perspectiva integracionista dos povos indígenas à nação brasileira, embasada na ideia de uma transformação gradativa desde a condição de "índio" em estado mais isolado e com cultura caracterizada por menor interferência de "brancos" até a condição de permanente contato e já integrado totalmente à sociedade brasileira, portanto, na condição já de cidadão brasileiro sem a necessidade do Estado de lhe prestar proteção por sua diferenciação étnica. Com o *Estatuto do Índio* é mantida, mais uma vez, a tutela sobre os povos indígenas, mas com a intenção explícita do Estado brasileiro em se fazer desobrigado da tarefa protecionista assim que os indígenas atingissem a capacidade plena de exercer a tal cidadania brasileira. Para nossa reflexão sobre o tema, é bastante pertinente considerar a análise que Rafael José de Menezes Bastos (1982) fez da noção de tutela exercida pelo Estado brasileiro. Segundo este autor, o *Estatuto do Índio* (conforme Art. 7º. parágrafo 1º. Art.9º. Incisos I a IV) tende a reduzir a noção de tutela às esferas cognitivas e individuais, criando a falsa percepção de que a problemática da inclusão do índio na sociedade nacional brasileira (objeto específico do Estatuto, conforme Art. 1º, parágrafo único) se resumiria a que este, individualmente, conhecesse ou não os códigos vigentes na mesma. Por conseguinte, aplicada a redução, a proteção da tutela se faria necessariamente somente enquanto o "índio" fosse incapaz desse conhecimento. (BASTOS, 1982, p.52). Tal noção foi contestada por Rafael Bastos, assim como por outros antropólogos e juristas defensores dos direitos indígenas,

[...] a condição de tutelado do índio não lhe expropria a, primordial, de pessoa e, hierarquicamente logo abaixo desta, a de brasileiro nato; a incapacidade relativa do índio deve ser vista, antes, como capacidade relativa a tornar-se plena a assistência do tutor – a FUNAI, por delegação da União; entenda-se pois, tal assistência, no sentido de propiciativo e não limitativo, enquanto, pois, proteção, não dominação; finalmente, o fato de um indivíduo indígena saber operar os códigos da Sociedade Brasileira não lhe elimina a "indianidade" - para usar este neologismo tão a gosto do Indigenismo Oficial - e, assim, a condição de membro de uma minoria (sociológica) sob a proteção do Estado Brasileiro. (BASTOS, 1982, p.54).

Anthony Seeger (1992), em artigo publicado na mesma coletânea de Rafael Bastos, também fez críticas à condução da política indigenista estatal, pelo governo brasileiro, na época em pleno regime militar, estar totalmente comprometido com interesses econômicos de empresas nacionais e internacionais incumbidas de promover, juntamente com o Estado, o "desenvolvimento nacional". Esta orientação desenvolvimentista não incluía preocupações com impactos sociais, sobretudo quando se tratava de povos indígenas, cabendo atuação da FUNAI somente depois do "problema" já instalado com a desconsideração dos projetos econômicos sobre a existência dos indígenas. Neste contexto político e econômico, Anthony Seeger (1982) expressa seu pessimismo:

Uma vez em contato com a sociedade nacional e parcialmente integrados na economia da região (não integrados necessariamente do ponto de vista cultural e social), as comunidades indígenas correm o risco de perder ainda mais as suas terras, através da emancipação ou através de futuros esquemas de desenvolvimento. (SEEGER, 1982, p. 27).

A política indigenista da FUNAI, no período de governo do regime militar (1984-1985), foi marcada por duas tentativas de integração dos povos indígenas de grande ameaça à sua integridade étnica e territorial, que só não conseguiu ser efetivada por amplas manifestações de oposição por parte de segmentos da sociedade civil brasileira: o *Decreto de Emancipação*, anunciado pelo Ministro do Interior Rangel Reis, em 2 de fevereiro de 1978, a ser assinado pelo presidente Geisel (ORTOLAN MATOS, 1997, p.113); os *Crêterios de Indianidade*, proposto depois pelo Coronel Ivan Zanoni Hausen (Idem, p.114). Na presidência da FUNAI estava o Coronel José Carlos Nobre da Veiga (1979 a outubro de 1981), período considerado um dos mais violentos e ameaçadores para os povos indígenas do Brasil (ORTOLAN MATOS, 1997). O grande esforço por parte do órgão indigenista em efetivar a “emancipação” de indígenas individualmente e de comunidades indígenas consistia em liberar suas terras para ficar à disposição da sociedade nacional. Neste contexto o índio que participava da vida nacional deveria ser emancipado, pois significava “uma ameaça à segurança nacional” - a FUNAI estava vinculada ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e ao Serviço Nacional de Informação (SNI). O termo “integração” foi outra tentativa recorrente no ano de 1981, pois com o surgimento de lideranças indígenas e do movimento pan-indígena, para o Estado brasileiro tornava-se necessário integrá-los à nação brasileira, pois os líderes integrados perderiam sua identidade indígena e seriam reprimidos pelo Estado Nacional. Assim, a emancipação indígena significava expropriação das suas terras e a integração ou cidadania, repressão.

Contra o projeto político integracionista do Estado brasileiro, articularam-se manifestações indígenas e indigenistas nas décadas de 70 e 80, que foram fundamentais para a constituição da nova forma inserção dos povos indígenas nas esferas públicas. O ativismo indigenista “civil”³², organizado no ano de 1978, contra o Decreto de Emancipação Indígena (RAMOS,1994), promoveu ações e protestos em conjunto com líderes indígenas, os quais deram destaque à problemática indígena no cenário público e nos meios de comunicação. Considerado momento “heroico” do indigenismo atual, as contestações civis conseguiram engavetar o projeto de emancipação com a força de ser um movimento vitorioso em época de Ditadura Militar no país:

Na verdade, esta atitude ecoava uma prática da época: utilizar a questão indígena para ventilar críticas ao regime militar sem incorrer em maiores repressões. O tema “índio” era uma das poucas tábuas de salvação que flutuava no mar da censura e das represálias de expressão (RAMOS, 1994).

Neste cenário de ameaças aos povos indígenas, surgiram várias organizações não governamentais indigenistas, entre as primeiras estão Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Operação Anchieta (a OPAN, hoje Operação Amazônia Nativa) e a Comissão Pró-Índio, que passam atuar no campo do “indigenismo alternativo” (OLIVEIRA FILHO e SOUZA LIMA, 1983). Com apoio, principalmente, do CIMI iniciasse na década de 70 a mobilização política dos povos indígenas, por meio da realização de Assembleias Indígenas. Este momento das Assembleias foi fundamental para articulação do movimento indígena no Brasil, responsável pela formação de um coletivo pan-indígena de luta pelos seus direitos no Estado brasileiro (ORTOLAN MATOS, 1987, p. 120-151), nos moldes de movimentos organizados em outros países da América Latina. Além do movimento unificado como estratégia política, também devem ser consideradas outras formas de performance política desempenhadas pelos indígenas (ORTOLAN MATOS, 151-159) - entre as quais, ocupações de espaços públicos (exemplo, na Funai), tomar como reféns representantes governamentais (exemplo, os Txukahamãe, liderados pelo cacique Raoni, aprisionaram funcionários do Parque do Xingu para exigir a presença do presidente da FUNAI); eleger-se Deputado Federal (exemplo, Xavante Mário Juruna). Chegou-se o tempo em que lideranças indígenas passaram a se destacar, cada vez mais, por suas atuações políticas no campo indigenista nacional, regional e local, ocupando espaços antes preenchidos apenas por agentes indigenistas e ativistas não indígenas apoiadores das "causas indígenas". O desdobramento histórico da criação movimento indígena brasileiro foi a sua institucionalização com a criação de diversas

³²Trata-se do ativismo leigo que emergiu na sociedade civil, por iniciativa de antropólogos, advogados, jornalistas, religiosos e artistas (RAMOS, 1994).

organizações, com diferentes perfis (ORTOLAN MATOS, 2006). A primeira organização com proposta de articulação pan-indígena nacional foi a União das Nações Indígenas, criada em 1980 por duas mobilizações indígenas distintas que reivindicaram para si sua criação, diferenciando-se pela sigla da organização em UNI e UNIND e pela composição da direção (ORTOLAN MATOS, 1997, p. 160-174).

1.2- Sobre as novas configurações do indigenismo e da política indígena após Constituição Federal de 1988

Depois dos apontamentos históricos apresentados anteriormente, espero que fique mais claro o significado da reconfiguração do campo indigenista e da participação política de representantes indígenas no Estado Brasileiro em esferas estatais, após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Lideranças indígenas de movimentos e organizações indígenas, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB passaram tanto a atuar em instâncias estatais definidoras e executoras de políticas públicas, como a disputar a representatividade política desta participação.

Como vimos, o campo da política indigenista estatal no Brasil, anos antes de entrar em vigor a nova Constituição, estava configurado por relações antagônicas entre o Estado Nacional e povos indígenas: de um lado, o governo tentando impor sua política “integracionista”, favorecendo projetos econômicos estatais e privados em territórios indígenas; por outro lado, os indígenas, por meio de seus movimentos e organizações, exigem o respeito estatal à sua diversidade cultural, aos seus direitos territoriais e à formulação de políticas públicas específicas (BELLO, 2005). Com a promulgação da Constituição de 1988, os povos indígenas obtiveram um importante amparo legal para buscar seus próprios interesses no Estado Nacional brasileiro, com a inclusão de um capítulo exclusivo, *Capítulo VIII – Dos Índios*:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 2016)

Pelos Artigos constitucionais citados, aos "índios" são reconhecidos a cidadania brasileira em suas especificidades étnicas, sem o anterior pressuposto de sua condição transitória para se tornar cidadãos do Estado Nacional. No Artigo 232 da Constituição de 1988, os próprios indígenas foram reconhecidos legalmente como agentes de reivindicação de seus interesses e direitos específicos junto ao Estado Nacional. Com nova condição legal, a prática estatal da tutela teria sido abolida constitucionalmente, embora ainda vigore indevidamente o *Estatuto do Índio* de 1973. Agora, com amparo legal para a participação política e jurídica nos assuntos que lhes dizem respeito, os povos indígenas passaram a se reorganizar politicamente para atuarem de forma "representativa" quanto à suas demandas e direitos. Se antes da Constituição de 1988, o movimento indígena já vinha articulando novas formas de organização etnopolítica³³, diferenciada da vivenciada pelas "organizações tradicionais"³⁴ de cada povo; depois de sua promulgação, com o reconhecimento estatal da

³³ Por movimientos etnopolíticos (BARTALOMÉ, 1996) entiendo las afirmaciones protagónicas de la etnicidad, estructuradas en forma de organizaciones no tradicionales orientadas hacia la defensa de los intereses de los grupos étnicos.

³⁴ Destacamos o termo para ressaltar que a forma tradicional não implica em criar antagonismo entre o modo interno de exercer a política indígena de cada povo e o modo formalizado das organizações indígenas que atuam nas esferas interétnicas da sociedade brasileira e do Estado. Acreditamos ser esta uma relação bem mais complexa, envolvendo dinâmicas interativas que reconfiguram a política indígena como um todo.

capacidade indígena de exercer cidadania específica no Estado nacional, lideranças indígenas começam a atuar nas esferas estatais como interlocutores investidos de representatividade pluriétnica. Relato, como exemplo, a mudança do modo de atuação política de meu pai, André Cruz. No início de sua participação no movimento indígena na região do Médio Solimões, como liderança de articulação política convidava para participar com ele dos eventos regionais e nacionais as autoridades locais (tuxauas, agentes de saúde, professores) e mulheres lideranças que iniciavam, na época, o movimento de mulheres. Ou seja, formavam uma delegação de lideranças, como denominavam, para atuarem conjuntamente nos eventos. Com a institucionalização do movimento nos anos 90 (criação da organização regional), esta participação passou a ser feita, na maioria das vezes, apenas pelos Coordenadores. Portanto, mudou a dinâmica participativa, ao deixar de ser uma participação direta mais ampliada dos indígenas para ser uma participação mais reduzida, porém investida de uma representatividade política que deveria ser exercida por liderança capaz de abordar, no evento, assuntos que diziam respeito às várias aldeias da região, ao invés de tratar de problemáticas mais específicas a uma aldeia.

Quando do início da articulação do movimento, com as Assembleias Indígenas dos anos 70 e início de 80, o caráter de articulação era o pan-indígena, no qual o maior interesse das lideranças indígenas dizia respeito às questões relacionadas ao direito de ser "índio" dentro do Estado brasileiro. No transcorrer do processo de consolidação do movimento indígena, por volta dos anos 80 e 90, foram criadas organizações indígenas³⁵ em pequeno número e de caráter marcadamente político, sem muita preocupação com formalidades institucionais (Estatuto, CNPJ, etc.). Isto porque os interesses das lideranças indígenas, na época, consistiam em buscar apoio da sociedade brasileira e da comunidade internacional para suas reivindicações perante aos órgãos governamentais, tendo como eixo central a recuperação e garantia de suas terras. Segundo Gersem Luciano (Baniwa) (2007), foi esse movimento indígena articulado, apoiado por seus aliados não indígenas, que conseguiu convencer a sociedade brasileira e o Congresso Nacional Constituinte a aprovar, em 1988, os avançados direitos indígenas na atual Constituição Federal.

Nos anos seguintes à promulgação da Constituição Brasileira, uma vez situados constitucionalmente no Estado Brasileiro com direitos específicos, os povos indígenas

³⁵ LUCIANO (Baniwa) (2007) define organização indígena como uma organização de caráter jurídico, organização formal de modelo não indígena.

passaram articular reivindicações que até então tinham ficado com menos destaque pela urgência de ser reconhecido "índio" e ter garantido o direito à terra:

A pauta de reivindicações do movimento indígena teve importantes transformações conforme as expectativas indígenas sobre o destino da política indigenista oficial, após a democratização do Estado brasileiro. Uma vez assegurado o direito indígena à terra na Constituição de 1988, abriu-se espaço para outras preocupações emergirem com maior força reivindicativa, como, por exemplo, a proteção dos territórios e a sustentabilidade socioeconômica dos grupos indígenas na sociedade nacional. Um tom mais propositivo foi dado às reivindicações, ao direcionarem as demandas à esfera das políticas públicas, como, por exemplo, as políticas de educação e de saúde diferenciadas para as populações indígenas. Nos últimos anos, programas governamentais de apoio à sustentabilidade socioeconômica em terras indígenas ganhou um maior peso na pauta de reivindicações do movimento indígena. Apoiado no princípio legal da obrigação do Estado brasileiro em proteger os povos indígenas, o movimento tem reivindicado políticas e ações governamentais destinadas a promover o etnodesenvolvimento e/ou implementar alternativas econômicas para obtenção da tão desejada autonomia indígena. (ORTOLAN MATOS, 2006, p.14-15)

A participação indígena nas esferas do governo brasileiro também deve ser compreendida a partir da nova configuração do indigenismo³⁶ estatal, a partir dos anos 90:

Com os Decretos presidenciais de nºs 23, 24, 25 e 26, de 4 de fevereiro de 1991 (portanto, da presidência de Fernando Collor de Mello), as tarefas relativas a saúde, educação, desenvolvimento rural e meio ambiente foram descentralizadas, e passaram a ser exercidas, com enorme precariedade - salvo exceções pontuais - pelos Ministérios da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente. Mas foi durante as gestões de FHC que essas ações extra-Funai adquiriram contornos próximos à organicidade de políticas, conquanto cada uma delas tenha histórias muito distintas e tenham impactado de modo muito diferenciado os povos indígenas em todo o país (SOUZA LIMA, 2004, p. 297).

Como indicado acima, com esta nova organização do indigenismo estatal, lideranças indígenas tiveram que se relacionar com órgãos governamentais de distintos Ministérios Federais, que assumiram a execução de políticas indigenistas oficiais, descentralizando a função da FUNAI.

Achamos importante esta proposta do governo Collor (isso não significa puxar saco) por motivo que vários funcionários da FUNAI não entendiam da questão indígena, principalmente os militares, muitas vezes faziam de conta que não existiam os índios.

O governo Collor criou um grupo de trabalho ultimamente, os mesmos daqui uns dias apresentarão ao Congresso Nacional, propostas de interesses sobre as populações indígenas.

³⁶ SOUZA LIMA (pág. 15, 1995) define o conceito de indigenismo como o conjunto de ideias e ideais relativos à inserção de povos indígenas em sociedades submissas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de métodos para o tratamento das populações originárias, operados segundo uma definição do que seja índio. Pode-se supor que o indigenismo é de caráter mais ideológico, que antecede a prática intervencionista da política indigenista, contudo, são complementares: o indigenismo é conduzido pela prática indigenista.

Portanto irmãos, nós também temos que elaborar nossas propostas e apresentar ao Congresso Nacional segundo nossos interesses. Não podemos ficar calados e nem parados, temos que gritar até onde pudermos.

A COIAB, uma organização que representa os povos indígenas em nível da Amazônia brasileira, está enviando os seus membros para discutirem esta questão em Brasília junto com assessoria jurídica nos dias 14 a 16 do corrente mês. E com outras organizações ecológicas. Para definir a FUNAI, (COIAB, 1991).

A emergência de novos agentes e agências no campo do indigenismo trouxe novas parcerias à rede do movimento indígena e ampliação do exercício de representatividade indígena frente ao Estado. A atuação neste complexo campo político resultou na reflexão do movimento indígena sobre o perfil da formação de “lideranças”:

Não basta ter curso superior, tem que aprender na prática, no começo nós sabíamos nos mobilizar para pressionar o governo, hoje nós nos tornamos administradores dos recursos (CONDEF/COIAB, 2003).

1.3- Sobre UNI e COIAB e suas representações indígenas

Como vimos, a experiência de articulação ampliada por meio de Assembleias, com a definição coletiva dos principais problemas a serem enfrentados, levou os povos indígenas à organização do movimento pan-indígena no Brasil em confronto ao Estado tutelar brasileiro, que insistia em considerá-los "categorias transitórias" e não cidadãos com direitos etnicamente diferenciados. Como desdobramento da atuação política neste movimento, lideranças indígenas criaram a União das Nações Indígenas, em 1980, utilizando o conceito de "nação" para diferenciar-se de outros movimentos sociais que também surgiam neste contexto histórico. No entanto, o uso do termo “nação” provocou suspeitas ao poder estatal (na época, governo militar) quanto às intenções dos indígenas (RAMOS, 1993:02). A criação de uma organização reconhecendo os povos indígenas como "nações" foi compreendido como uma “ameaça à soberania do país”, considerando o conceito implicar intrinsecamente a sobreposição de poder e prestígio sobre algo (WEBER, 1999). O Estado brasileiro, por meio de seus diversos órgãos, distorceu os objetivos do movimento indígena com este embate e investiu contra esse processo emancipador político dos povos indígenas de caráter nacional.

Marcos Terena, em seu discurso pronunciado no Seminário *Bases Para Uma Nova Política Indigenista Nacional*³⁷ apresentou sua interpretação sobre a gênese do movimento

³⁷ Seminário realizado no Museu Nacional, de 28 a 30 de junho de 1999, com apoio da Fundação Ford, FAPERJ, PPGAS e Museu Nacional, por meio do Projeto Política Indigenista e Políticas Indígenas no Brasil, coordenado por João Pacheco de Oliveira e Antônio Carlos de Souza Lima.

indígena nacional, legitimando-se como um dos fundadores do movimento indígena nacional e tendo como referência o cenário político do indigenismo no Brasil:

Posso dizer que convivo com vários matizes da questão indígena desde a época em que fundamos a União das Nações Indígenas. Nós começamos a fazer isso de maneira mais simples, mais inocente possível, através do time de futebol. A União das Nações indígenas era uma equipe de futebol formada por 15 estudantes. Naquele tempo não tinha movimento indígena no Brasil, tinha as assembleias do CIMI, que eram assembleias marginais, não se podia fazer reunião de índio, a polícia federal ia lá, etc. De maneira inocente, então, nós fomos precursores do primeiro movimento indígena do Brasil e acredito inclusive que ele foi o ponto de partida da liberdade do país com relação à Ditadura, porque o jornalista não podia falar, mas podia falar traduzir na língua de jornais a nossa linha de pensamento. O Juruna foi importante neste processo porque ele falava, xingava todo mundo, xingava as autoridades e o povo vibrava com isto, tanto que ele foi eleito pelo Rio de Janeiro. [...]. A União das Nações Indígenas nunca foi uma ONG. Está aí o Ailton Krenak que deu continuidade a esse trabalho, nunca montamos uma ONG chamada União das Nações Indígenas, era uma frente de luta, uma ação, que deu certo naquele tempo. [...]. (PPGAS/Museu Nacional, 1999).

A partir das experiências de articulação do movimento indígena de âmbito nacional, lideranças indígenas criaram organizações de caráter regional e também local, em um contexto de mudanças políticas no Brasil - o Estado brasileiro passou de ditatorial para um perfil neoliberal, no qual seria permitida maior participação da sociedade civil, desde que organizada da forma representativa esperada. Foi o momento dos povos indígenas passarem a reivindicar seus interesses e direitos por meio de organizações próprias, por meio das quais atuariam coletivamente no campo das relações políticas com o Estado Nacional e a sociedade brasileira. Uma das organizações criadas no final dos anos 80 e que nos interessa, especialmente, conhecer mais sobre sua criação é a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB. No transcorrer de processo de articulação política da região Amazônia, alguns líderes do movimento indígena destacaram-se mais, como por exemplo Manoel Moura Tukano³⁸, considerado uma das principais lideranças indígena na Amazônia por sua relevância como um dos idealizadores e fundadores da COIAB.

Segundo depoimento de Manoel Moura e José Urias, apresentado na Primeira Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (realizado em Manaus, de 17 a 21 de abril de 1989, com dezessete organizações indígenas presentes, vinte três povos indígenas e cinquenta e dois representantes indígenas, de cinco Estados - Amazonas, Rondônia, Amapá, Acre e Roraima), foi realizado em Itacoatiara (AM) um encontro de

³⁸ Manoel Fernandes Moura foi uma das principais lideranças indígena na Amazônia, principalmente como um dos idealizadores e fundadores da COIAB. Até a data de seu falecimento, em 03 de agosto de 2014, era um dos representantes indígenas da região amazônica na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). Participou também da formação da FOIRN e articulador da UNI no Amazonas.

lideranças indígenas, com apoio do Conselho Indigenista Missionário, para organizar o movimento indígena na região Amazônica. Avaliação dos participantes da Primeira Assembleia sobre o que lhes foi apresentado por Manuel Moura (Tukano) e José Urias (Manchinery) foi a de que, apesar do movimento ter crescido nas "bases" (com a criação de organizações locais e com ações de lutas de âmbito também local), não conseguiram êxito na organização de forma mais ampla - "O que se pensava fazer em 3 meses, para criar uma 'Coordenadoria da Bacia Amazônica', já está custando 3 anos (Relatório da Primeira Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, também intitulada Primeira Assembleia da COIAB, 1989). O encontro referido em Itacoatiara, trata-se "Formação e Informação para lideranças indígenas da Amazônia Brasileira, realizado na Prelazia de Itacoatiara, com objetivo de preparar lideranças e organizações indígenas para o que consideravam uma nova fase de lutas com a promulgação futura dos Artigos 231 e 232 com a futura Constituição Brasileira (ver ANEXO 2: Documento 1- Dados de povos e organizações indígenas presentes).

Conforme o Relatório da Primeira Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, nos trabalhos de grupos das lideranças participantes um dos principais problemas relatados foi a tentativa do Estado, por meio da FUNAI, de desarticular o movimento e as organizações indígena da região amazônica existentes, usando a estratégia de cooptação de lideranças (oferecendo cargos, por exemplo) ou então, quando estas não aceitavam a tal proposta, usavam de ameaças quanto ao uso de possíveis atos de violência contra as lideranças. Como resultado dos trabalhos em grupos, ficou decidido que deveriam funcionar em Manaus uma *Comissão Permanente* para trabalho de articulação das diferentes organizações indígenas da Amazônia. Houve uma primeira tentativa de escolha dos representantes para compor esta *Comissão Permanente*, que foi desconsiderada por justificativa do método escolhido (por indicação e aclamação) não ter dito êxito. A segunda tentativa foi feita por meio de votação secreta, sendo que cada votante tinha direito de escolher apenas uma pessoa em que votar. As organizações indicaram seus candidatos para concorrer a eleição, o que contabilizou oito concorrente. O resultado final foi: Manuel Moura, representante da Uni-Amazonas; Pedro Mendes, representante do CGTT; Jaci José de Souza, representante do CIR; Sebastião Maia Ferreira, representante da FOIRN; Alírio Mendes, representante da OGPTB. Foi decidido que o mandato da Comissão seria por quatro anos.

Na Segunda Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, realizada em Manaus, de 16 a 19 de abril de 1990, com cento e sessenta e cinco participantes, foi discutida a questão das eleições para Coordenação da COIAB e foi aprovada a

permanência da Coordenação (ver ANEXO 2 – Documento 2: Dados de povos e organizações indígenas presentes). No entanto, um de seus componentes, Sebastião Maia Ferreira foi substituído por José Urias (representante da UNI-Acre). Também foi ampliada a composição da Coordenação com a entrada de Amarildo Machado (representante da FOIRN); Messias Sateré Mawé (representante do rio Andirá-AM) e Orlando Melgueiro Baré (representante do Rio Negro-AM). Segundo informações do Boletim Informativo n.04, do ano de 1991, a Coordenação foi composta por representantes de diversas "nações" (termo usado no Boletim) e articula vinte e nove organizações. Segundo o mesmo Boletim, os objetivos da criação da Coordenação foi o de dar prosseguimento à continuidade da luta dos povos indígenas da Amazônia quanto à demarcação e garantia dos territórios, preservação das tradições culturais (língua, medicina tradicional, economia alternativa para cada região) e a autodeterminação dos povos indígenas (indicada pelo Boletim como a principal luta) Na Terceira Assembleia Geral da COIAB, realizada em Manaus de 17 a 22 de abril de 1992, foi discutida e aprovada um novo Estatuto, redefinindo a estrutura interna da organização que funcionaria com uma equipe de Coordenação, um Conselho Fiscal e uma Coordenação Executiva. A Coordenação seria composta de representantes eleitos na "base" a partir das principais organizações regionais. A Assembleia Geral confirmaria a equipe de Coordenação e elegeria o Conselho Fiscal e a Coordenação Executiva da COIAB, esta trabalharia em Manaus. Segundo informações do Boletim Informativo n.11 (maio de 1992)³⁹, esta nova forma de funcionamento pretendia superar as grandes dificuldades de comunicação e isolamento dos povos de organizações indígenas da Amazônia e favorecer a participação de todos das as organizações, estimulando as que possuem menor experiência. O mesmo Boletim informa que a iniciativa de definir esta estrutura tinha como propósito fazer da COIAB uma organização realmente representativa que seja mantida pelas suas bases e cujas linhas de ação sejam traçadas a partir da vontade política e da participação direta dos povos e organizações de toda Amazônia Brasileira. Participaram desta Terceira Assembleia mais de cento e oitenta líderes indígenas de toda Amazônia Brasileira, representando quarenta e cinco povos e trinta e duas organizações (regionais e locais) provenientes do Estado do Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso e Acre, além de representantes do Sul do Brasil. O mandato da nova Coordenação da COIAB seria por quatro anos. Foram indicados como Coordenadores por suas regiões: Orlando Baré (FOIRN), Amarildo Tukano (FOIRN), Pedro Mendes

³⁹ Este Boletim Informativo foi traduzido na língua francesa, por Silvio Cavuscens, provavelmente para maior divulgação internacional com intuito de obter aliados que pudessem prestar apoio político e financeiro para a estruturação da COIAB.

(CGTT), Clóvis Rufino (CIVAJA), Midas dos Santos (UNI-TEFÉ), Antenor Karitiana (Articulação -RO), José Urias (UNI-ACRE), João Sateré (CGTSM), Paulo Galipi (Amapá), Claudio Mura (CIM),. Para Coordenação Executiva foram eleitos pela Assembleia Geral: Coordenador Geral - Orlando Melgueiro da Silva (Baré, FOIRN); Coordenador Regional- João Ferreira de Souza (Sateré-Mawé, CGTSM); Coordenador Administrativo - José Severino da Silva (Manchinery, UNI-ACRE); Coordenador de Educação, Saúde e Subsistência- Pedro Mendes (Tikuna, CGTT); Coordenador de Comunicação, Divulgação e Imprensa -Amarildo Machado Tukano (FOIRN). Como Coordenação de Rodízio ficaram: Cláudio Mura, Antenor Karitiana, Paulo Roberto Galibi, Clóvis Rufino, Midas Mayoruna. Foram eleitos para o Conselho Fiscal: Lúcio Menezes (Sateré-Mawé); André Cruz (Kambeba); Orlando Katukina (Katukina), Cecílio Mura (Mura), Messias Batista (Sateré-Mawé) e Darcy Comapa (Marubo). Foi deliberado que o Conselho Fiscal faça reunião duas vezes por ano, conjuntamente a Coordenação nos encontros de avaliação. O mesmo Boletim Informativo nº 11 (1992), traz dados sobre uma grande mobilização realizada em Brasília, no final do mês de abril, logo após a Terceira Assembleia Geral da COIAB. Cento e trinta e um líderes indígenas da Amazônia Brasileira participaram desta mobilização em Brasília, entre os mais de trezentos e cinquenta líderes indígenas de todo o país. Esta mobilização foi organizada por uma equipe de articulação indígena que vinha se reunindo regularmente desde junho 1991, composta por membros da COIAB, da articulação Leste/Nordeste, da UNI/Sul e do Comitê Terena. É importante falar aqui sobre esta mobilização pelos seus objetivos dizerem respeito diretamente a questões abordadas neste meu trabalho de pesquisa - a inserção dos povos indígenas no Estado brasileiro e a representação política indígena. Quanto à primeira questão, o Boletim Informativo n. 11 (1992) informa que um dos objetivos desta mobilização em Brasília foi de apresentar as três versões que estavam sendo propostas para substituir o Estatuto do Índio (1973), mediante revisão da Lei 6001/73 pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias do Congresso Nacional brasileiro - a versão apresentada pelo Governo Federal (intitulada "Estatuto do Índio"); a versão apresentada pelo Conselho Indigenista Missionário-CIMI ("Estatuto dos Povos Indígenas") e a versão apresentada pelo Núcleo de Direitos Indígenas-NDI ("Estatuto das Sociedades Indígenas"). Quanto à segunda questão, o Boletim Informativo informa que outro objetivo da mobilização indígena em Brasília era de "discutir a questão polêmica da representação nacional" (Boletim Informativo n.11, 1992, p.6). Entre as propostas submetidas pelas organizações regionais e locais, decidiram, após votação, pela criação do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil - CAPOIB, composta de vinte e oito representantes de

organizações regionais do país, que foi encarregada, entre as várias atribuições que lhe foram definidas: acompanhar todos os projetos de lei referentes aos povos indígenas em trâmite no Congresso Nacional; elaborar uma política de aliança com setores populares da sociedade brasileira; elaborar uma agenda de trabalho e indicar membros do Conselho para realizar tarefas de representação e, a partir de uma avaliação coletiva, procurar responder pelos povos e organizações quando participando de eventos, frente ao governo e às organizações internacionais. Citei estas atribuições por implicar em atividades de representação junto à sociedade brasileira e ao Estado nacional. Uma última informação que obtive nos Boletins Informativos citados que gostaria de ressaltar aqui é sobre atuação do movimento indígena brasileiro e da COIAB, sobretudo, é que desde o início de sua criação, tiveram a proposta de se manter articulados com movimentos indígenas da América Latina (Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Argentina, Chile, etc..) para compor uma luta comum em garantia dos direitos indígenas dentro dos respectivos Estados Nacionais.

Pela história de atuação da COIAB na articulação dos campos políticos indígenas e indigenista, com diversas participações em tomada de decisões e em ações de organizações governamentais e não governamentais (nacionais e internacionais), constatamos a presença de indígenas em espaços outrora inimagináveis, constituindo ampla rede de relações do movimento indígena na sociedade nacional e internacional e no Estado brasileiro. A atuação da COIAB nas várias instâncias estatais está fundamentada diretamente ao papel que lhe foi atribuído desde a sua criação:

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira é uma organização Indígena de direito privado sem fins lucrativos, para a promoção do bem estar social, político, econômico e dos direitos humanos dos povos indígenas. Fundada por iniciativa de lideranças de organizações indígenas, no dia 19 de abril de 1989, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, com prazo de duração por tempo indeterminado. (COIAB, 2001).

A estrutura organizacional da COIAB, segundo seu *Estatuto Social*, datado de 2001 tem como principal instância de deliberação a *Assembleia Geral (Ordinária ou Extraordinária)*, composta por representantes delegados das organizações indígenas regionais filiadas. De acordo como o Capítulo II – Dos Objetivos e Fins, Artigo 3º:

§1º: " dentro de sua base territorial de atuação e com o objetivo de estabelecer a composição e representatividade de seus membros, a COIAB ficará organizada nas seguintes regiões: I – Estado do Amazonas (1- Rio Negro; 2- Santa Isabel; 3- Alto Solimões; 4- Médio Solimões; 5- Baixo Solimões; 6 – Alto Madeira; 7- Médio Madeira; 8- Baixo Madeira; 9 – Médio Amazonas; 10- Rio Purus; 11- Vale do Javari; 12- Barcelos e 13- Manaus). II – Estado do Amapá (1- Oiapoque e 2- Macapá). III- Estado do Acre. IV- Estado do Maranhão (1- Norte; 2- Centro –Oeste e 3- Sul). V- Estado do Mato Grosso (1- Vale do Araguaia; 2- Cuiabá/Pantanal). VI- Estado do Pará (1- Belém/Marabá; 2- Altamira; 3- Jacareacanga e 4 – Tapajós). VII – Estado de Rondônia (1- Cacoal; 2- Porto Velho). VIII- Estado de Roraima (1- São

Marcos e 2- Raposa Serra do Sol). IX- Estado do Tocantins (1- Tocantins; 2- Ilha do Bananal). (COIAB, 2001)

Os representantes delegados das organizações indígenas são escolhidos pelos indígenas participantes de assembleias regionais para representar-lhes na Assembleia Geral e também são por eles legitimados para concorrer a função da Coordenação e do Conselho Deliberativo e Fiscal da COIAB (CONDEF/COIAB), além de estarem respaldados por eles para participar de quaisquer decisões atribuídas na Assembleia. O CONDEF/COIAB é responsável pela fiscalização do cumprimento das finalidades estatutárias, regimentais e das decisões emanadas da Assembleia Geral.

Assembleia Geral, como instância política máxima deliberativa, tem competência para alterar o Estatuto Social, decidir sobre a composição do CONDEF/COIAB e da Coordenação Executiva, além de outros assuntos pertinentes ao funcionamento da organização. Uma segunda instância política da COIAB é o Conselho Deliberativo e Fiscal (CONDEF/COIAB), formado por um indígena de cada região de atuação da COIAB, para fiscalizar as atribuições deliberadas pela Assembleia Geral. A terceira instância é a Coordenação Executiva, composta por lideranças indígenas eleitas pela Assembleia Geral, com a função de administrar o patrimônio da instituição e gerir os recursos financeiros, apresentar os balancetes financeiros e relatórios de atividades nos encontros semestrais do Conselho Deliberativo e Fiscal da COIAB (CONDEF/COIAB) e etc. (Cruz, 2007).

1.4- Novos modos de representar, outras formas de ser "liderança"

Antes de encerrar este capítulo, trago a discussão bastante recorrente sobre lideranças do movimento indígena e *profissionais indígenas*, questão diretamente relacionada à inserção indígena em esferas estatais. A antropóloga Alcida Rita Ramos (2015), refere-se como "profissionais indígenas" aqueles com formação em nível superior, que podem também exercer representação no Estado:

Yo estaba segura que ese tiempo llegaría, pero no sabía cuándo. Casi treinta años después, mucho de aquel camino utópico está siendo recorrido, en gran parte gracias a los grandes cambios que llevaron al Brasil a promulgar la Constitución de 1988, la cual trajo importantes beneficios jurídicos y políticos a los pueblos indígenas. Hoy tenemos más de trece mil estudiantes universitarios indígenas (Gersem Baniwa, comunicación personal), dos decenas de abogados indígenas y diversos profesionales indígenas especializados en varias áreas, como por ejemplo, agronomía. Aún es muy poco pero en fin, la sociedad nacional no es más un misterio impenetrable para ellos y siendo conocida, puede ser, si no transformable, al menos, administrable. (RAMOS, 2015: p. 57).

Aproveito aqui para também citar análise do antropólogo chileno José Bengoa (2000):

Los dirigentes indígenas de los años sesenta fueran en su mayoría de origen campesino. Sus reivindicaciones consistían en la tierra (agrarismo y reforma agraria) y en la integración de sus comunidades a la sociedad global (camino, escuelas, desarrollo comunitario). Ese dirigente conocía su cultura porque había nacido en ella. No poseía demasiada educación formal, a veces no sabía siquiera leer y escribir en español, y su contacto con el mundo urbano había producido en la lucha política.

Este nuevo dirigente migrante urbano de los años noventa es totalmente diferente. Ha "recreado" sus comunidades en su imaginación. Ha replanteado su identidad en contacto con el "mundo occidental". Ha cursado muchas veces estudios universitarios de política, economía, ciencias sociales e incluso antropología, y desde allí reinterpreta su cultura de origen. No tienen ningún objetivo personal de "integración" sino, por el contrario, su objetivo es la "diferenciación", lo que le hará marcar las características propias de la cultura indígena y su diferencia radical con la "cultura occidental". Es evidente que la fuerza política de este nuevo dirigente está en ser capaz de manejar todo los códigos occidentales y al mismo tiempo manejar la distinción, el hecho de ser indígena, vestirse como indígena, pensar, también, como indígena.

Las nuevas identidades indígenas, como lo hemos visto en este trabajo, expresadas por los nuevos dirigentes indígenas, no son las antiguas identidades rurales que se ten pedido o se están irremediamente. Son las identidades "recreadas" por la nueva dirigencia a partir de una lectura desde lejos, desde la ciudad o, más lejos aún, desde fuera de sus países, de lo que habría sido la cultura indígena tradicional. **El dirigente indígena moderno en América Latina maneja al mismo tiempo, dos códigos: el de la sociedad global y el de la nueva identidad creada a partir de las identidades tradicionales que le otorgan sentido y razón a sus planteamientos.** (BENGOA, 2000, p.82-85, Grifo Meu).

Com a criação do movimento indígena brasileiro e, posteriormente, sua institucionalização com a criação de organizações, os povos indígenas no Brasil modificaram a sua forma de representatividade no campo político indigenista e, conseqüentemente, o perfil da liderança, como também ocorreu com povos indígenas inseridos em outros Estados Nacionais. O papel de líder do movimento pan-indígena surgiu a partir de uma nova estratégia de enfrentamento dos índios frente aos "brancos", que têm por princípio garantir a participação indígena na vida política do país. Em quase toda a América Latina, não devemos esquecer, os movimentos indígenas reivindicam o direito de autodeterminação e de autonomia para os índios, dentro dos Estados nacionais. E esse direito implicaria nos grupos indígenas poderem participar das esferas de decisões políticas do país, através de seus representantes, no sentido de garantir seus interesses e de impedir que ocorram ações da sociedade nacional que os prejudiquem.

O antropólogo Miguel Bartolomé nos lembra de que estes novos mediadores da "política interna" e "externa" surgem em um contexto da política indígena de busca de uma atuação com "mais eficiência" no campo político interétnico:

Las autoridades tradicionales no siempre actúan como "líderes" comunitarios en su relación con instancias externas; los llamados líderes son generalmente "cultural brokers", agentes o corredores interculturales, que actúan o pretenden actuar como mediadores entre las comunidades y la sociedad envolvente. Muchas veces la función

de mediador es delegada por la comunidad en su búsqueda de una articulación más eficiente con el exterior; ello no significa necesariamente una redefinición del liderazgo tradicional, sino la ampliación de sus ámbitos de acción política. (BARTOLOMÉ, 1996, p.07)

Esta necessidade de estar bem preparado para atuação interétnica também foi ressaltada pelo antropólogo Gersem Luciano (Baniwa):

O esforço para dar conta das responsabilidades técnicas e políticas gerou também a necessidade de avançar no conhecimento e na formação acadêmica, qualificando a relação de diálogo ente os índios e destes com os não índios. Assim, posso testemunhar que na relação com os não índio, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto no âmbito da academia, não basta ser indígena ou uma prestigiada liderança indígena. Precisa-se também de *status* acadêmico, profissional e político (LUCIANO (BANIWA), 2011, p.33)

Em períodos anteriores à institucionalização do movimento, o modo de atuação política dos indígenas era outra, assim como também o perfil da liderança ((ORTOLAN MATOS, 1997, p.120-150). A política indígena ocorria de forma particularizada, isto é, cada etnia tinha sua forma própria de reivindicação ou estratégia para as várias interferências no seu povo. Já foi dito que nos anos 70, estes interesses foram sendo articulados por meio da realização das primeiras Assembleias Indígenas, com apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Eram convidados para participar das assembleias autoridades indígenas atuantes nas comunidades e na articulação de grupos étnicos, identificadas pelos missionários como possuindo papéis representativos (caciques, xamãs, chefes de grupos familiares). Já com organizações, foram constituídas “novas lideranças indígenas”, chamadas assim na época com perfil que exigia estar preparado para atuar no novo contexto indigenista, no qual os povos indígenas se fizeram mais participativos nos espaços públicos da sociedade brasileira e nas esferas do Estado (nos seus vários níveis, municipal, estadual e federal). Estas lideranças costumavam ser referidas como “para fora”, em oposição aos líderes tradicionais⁴⁰ (“para dentro”), justamente por atuar em centros urbanos reivindicando demandas do movimento articulador de vários grupos indígenas, em busca de parcerias junto à sociedade civil e apoio da opinião pública brasileira e estrangeira. Como observa Gersem Baniwa, é preciso ressaltar que não se trata de leitura antagonista entre “os de dentro” e “os de fora”, mas sim de dinâmica complementar da política indígena:

É consenso entre os índios que as organizações indígenas formais e as lideranças que as dirigem sirvam de interlocutoras com o mundo extra-aldeia e particularmente com o mundo dos brancos, enquanto que a organização interna é de responsabilidade de

⁴⁰ As atribuições destas lideranças estão relacionadas à organização social da aldeia, comunidade ou apenas de seu grupo social. Dessa forma torna-se difícil defini-las em termos gerais, pois são pertinentes a cada povo indígena.

lideranças tradicionais. É consenso também, que essas funções e tarefas, sendo claramente distintas, precisam estar articuladas entre si para dar conta da totalidade dos direitos, demandas e interesses de todos. Assim como as lideranças formais precisam de apoio sinergia de todos os membros da aldeia, as lideranças tradicionais das aldeias precisam das organizações formais para responder as várias necessidades novas e velhas das aldeias. É necessário, portanto, uma clara e forte relação entre essas modalidades de trabalho e luta dos povos indígenas no pós-contato (LUCIANO (BANIWA), 2007, p.134).

A condição de representatividade e legitimidade dessas “novas lideranças” está vinculada diretamente às articulações locais e regionais de criação de organizações indígenas representativas, ou seja, ser reconhecido entre as demais lideranças indígenas e agências que tratam da política indigenista e principalmente pelas comunidades indígenas, para se afirmar como representantes indígenas. Essas “novas lideranças” passaram a acumular funções em outras instituições na sociedade civil e também no Estado, tendo como desafio garantir o equilíbrio entre o que se aprende com a sociedade atual e a experiência tradicional.

O grande desafio para o movimento indígena na atualidade é saber lidar com toda essa diversidade em que precisam ser articuladas as perspectivas tradicionais e modernas dos povos indígenas e ainda saber lidar com a diversidade de povos em diferentes níveis de contato, de histórias, de interesses e de projetos societários que orientam e dão sentido a própria luta e existência. (LUCIANO (BANIWA), 2000, p. 130-131).

Mesmo tendo sido uma estratégia do movimento indígena e de suas organizações atuar em diversos campos da esfera estatal, esta participação não surtiu o efeito esperado pelas comunidades indígenas. Embora a maioria das lideranças acreditasse ser de grande importância às parcerias vinculadas diretamente com a esfera estatal, percebe-se que faltou ainda uma definição política do próprio movimento indígena diante desta nova fase da politização (CRUZ, A.F 2008).

CAPÍTULO II - COIAB E A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM INSTÂNCIAS ESTATAIS: UM ESTUDO SOBRE A MUDANÇA NOS MODELOS DE AÇÃO INDÍGENA E INDIGENISTA NO BRASIL.

Pela sua importância histórica enquanto uma organização indígena de representação macro-regional amazônica e atuação política de âmbito nacional e internacional, escolhi a Coordenação das Organizações Indígenas Brasileiras - COIAB como campo etnográfico da pesquisa sobre a inserção de representantes indígenas nas esferas estatais. Neste capítulo, selecionei alguns dados elaborados por mim a partir de meu trabalho de campo junto aos documentos e lideranças da COIAB. Não farei aqui um mapeamento quantitativo, mas sim uma apresentação qualitativa sobre os "lugares" dos representantes indígenas da COIAB no Estado brasileiro. A intenção principal é compartilhar com os leitores desta Dissertação de Mestrado o meu esforço reflexivo de compreender o significado da participação indígena em esferas públicas responsáveis pela definição e execução de políticas públicas para os povos indígenas. Esta reflexão, por envolver meu pertencimento a uma família cujos membros fazem parte da trajetória do movimento indígena na Amazônia Brasileira e em âmbito nacional, reveste-se de um sentido peculiar pela posição que ocupo, atualmente, como estudante Kambeba de Mestrado em Antropologia que, frequentemente, é convidado assessorar estas participações. Portanto, o que vou narrar neste capítulo é minha própria reflexão sobre formas de ações da política indígena da qual também faço parte.

2.1- COIAB como interlocutora nos espaços públicos e no governo brasileiro

Como mencionei anteriormente, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB foi criada em 1989, primeiro como *Comissão Permanente*, com a intenção de representar os povos e organizações indígenas dos nove Estados da Amazônia brasileira, comprometendo-se com os seguintes objetivos: a) articular e conscientizar os povos e organizações indígenas; b) lutar pela demarcação e garantia da terra; e c) estimular e incentivar a tradição cultural. Novas demandas foram criadas para que fossem cumpridos os objetivos propostos pelos indígenas, entre elas a necessidade de aprender a lidar com a burocracia administrativa exigida para o funcionamento legal da organização, de acordo com normas estabelecidas pelo Estado brasileiro.

Segundo o depoimento de Manoel Moura, a primeira discussão sobre a formação de uma organização em nível de Amazônia ocorreu no ano de 1986, com a participação de lideranças do Amazonas, Roraima e Acre. Apesar de terem escolhidos os primeiros representantes (denominados *Coordenadores de rodízio*), as lideranças não assumiram a responsabilidade e deixaram sozinho Manoel Moura para atender as demandas do movimento indígena amazônico. Neste período, a COIAB se chamava Comissão Indígena da Amazônia. Manoel Moura fez questão de ressaltar que, nesta mesma ocasião, embora tenha sofrido perseguições em Manaus, por parte de políticos locais, governo federal, através da Polícia Federal e, principalmente, pela FUNAI, contou com o apoio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e de antropólogos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, entre eles Paulo Monte, Ricardo Parente e Ademir Ramos.

A Assembleia eletiva foi realizada em 1989 e são percebidos diversos problemas, eu só conhecia o do Rio Negro (Projeto Calha Norte e mineradoras). O que mais me chamou atenção foi o problema que os Mura de Autazes estavam passando, tinham perdido sua terra para fazendeiros e outros empreendimentos privados. Neste ano começa a busca de parceria no exterior para manutenção da sede e para contratação de funcionários e, principalmente, para assessoria. (Entrevista feita por mim com Manoel Moura Tukano, 2008).

Por ocasião da realização da Iª *Assembleia Extraordinária* da COIAB, no ano de 1993, com uma adequação do Estatuto Social, foram acrescentadas ações políticas envolvendo diretamente o Estado Brasileiro. Desde então, a participação indígena por meio das “lideranças políticas indígenas” passaram a atuar nas novas demandas da política indígena e indigenista. A partir de 1994, a COIAB passou a ocupar assento em diversas instituições governamentais: Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT); Comissão Paritária Consultiva e a Câmara Executiva do Projeto Demonstrativo do Tipo A – PD/A; Comissão Paritária do Programa Piloto para a Demarcação das Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL); acompanhou todas as discussões na Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI) e do Núcleo Intersetorial de Saúde do Índio- NISI (Informações prestadas pelo "Projeto de Revitalização do Movimento Indígena da Amazônia-1999 a 2001", maio de 1999, p. 6). Na Quinta Assembleia Geral Ordinária da COIAB, realizada em Manaus, de 6 a 10 de maio de 1996, em Manaus:

Gersem Baniwa/FOIRN, Jadir Neves/ CIR e Vitorino Guajajara do Estado do Maranhão coordenaram uma mesa de discussão de propostas de emendas ao *Estatuto Social* da COIAB, propondo aos presentes as etapas: 1) apresentação das propostas de emendas; 2) debate e; definições . Entre as emendas que foram aprovadas, destaco a alteração no *Capítulo III- Da Coordenação Executiva*, onde foi acrescentado ao *Artigo 14, a alínea g*: "Assinar convênios com organizações governamentais e Não Governamentais (Ad Referendum) o Conselho Geral " (COIAB, 1996).

A partir dos anos 2000, foram estabelecidas as principais parcerias entre o Estado brasileiro e a COIAB, por meio da qual se consolidou sua condição de maior representação indígena na Amazônia, cuja função de articuladora lhe proporcionou ser a principal organização indígena de referência para discussão e reivindicação dos povos indígenas no contexto político nacional. O ano de 2000 tornou-se marco fundamental das parcerias e do aumento da participação indígena em órgãos estatais, principalmente no Governo Federal, com destaque para os Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Saúde (MS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). No entanto, os líderes da COIAB já refletiam sobre a situação da inserção no âmbito estatal, como o depoimento do Coordenador Euclides Macuxi:

Entender muito o nosso papel na qualidade de movimento indígena e de atores da Sociedade Civil Organizada, a fim de que o nosso envolvimento na execução de alguns projetos não nos distancie de nossos objetivos primordiais (COIAB, 2000).

Essa nova realidade fez com que representantes indígenas fossem ocupando os “espaços” políticos que discutem a temática indígena em instituições governamentais e entidades não governamentais, principalmente naquelas que tratam de Meio Ambiente. A ocupação desses “espaços⁴¹” políticos possibilitou que a COIAB se tornasse um dos principais interlocutores dos povos indígenas da Amazônia e do Brasil frente ao Estado e à sociedade brasileira, por meio de sua atuação para a consolidação de direitos indígenas e cidadania diferenciada etnicamente. Portanto, para os líderes indígenas era preciso compreender como a proposta de atuação política da COIAB foi sendo reconfigurada para atuar nestes “espaços políticos” como “representantes” dos povos indígenas. (Cartilha de Reestruturação do Movimento Indígena COIAB, 2005).

Entre os objetivos definidos no *Estatuto Social* da COIAB de 2001, destaco alguns elencados no Capítulo II, Art. 2º. (*Dos objetivos e Fins*) :

- I - promover de maneira coordenada e unificada a organização social, cultural, econômica e política dos Povos e Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; [...]
- III - desenvolver programas de sustentação econômica **em parceria** com povos e organizações indígenas, com base na economia tradicional e específica de cada povo;
- IV - formular estratégias, **parcerias** de cooperação técnica e financeira com Organizações Indígenas nacionais e internacionais e com organismos de cooperação, objetivando a garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas;
- V – promover ações e acompanhar através de suas organizações a demarcação, regularização e garantia dos territórios indígenas; [...]

⁴¹ É o termo como as lideranças denominam os assentos governamentais e da sociedade civil que ocupam como representantes indígenas.

VIII - promover ações judiciais, incentivar e apoiar a proteção do Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, em especial referente aos territórios indígenas;

IX – organizar e participar de debates sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, para obter resultados sociais justos e de maneira equilibrada, respeitando o patrimônio ambiental, tradicional e cultural dos povos indígenas;

[...]

XII – promover programas, visando à formação de quadros de membros de povos e organizações indígenas [...] (ESTATUTO SOCIAL DA COIAB, 2001, Grifos Meus).

Os objetivos contemplados na versão de 2001 do *Estatuto Social* da COIAB exemplifica mudanças que foram feitas para consolidar a participação da organização em políticas estatais do indigenismo contemporâneo. Este processo político de aproximação com as esferas do Estado brasileiro teve início a partir da *Iª Assembleia Extraordinária*, realizada em 1993, foi intensificado na *IVª Assembleia Geral Ordinária*, realizada no ano de 1994, e resultou nas chamadas “parcerias” a partir do ano 2000.

Para exemplificar as instâncias estatais nas quais havia participação dos representantes da COIAB, transcrevo, a seguir, o slide "Representações Políticas a Nível Governamentais e Outras a Nível Nacional", apresentado para conhecimento dos participantes da Oitava Assembleia Geral da COIAB, realizada de 21 a 25 de abril de 2006, na aldeia Maturuca-Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta Assembleia, a Coordenação apresentou um resumo das ações da COIAB, no período de 2002 a 2005, tendo como Coordenador Geral Jecinaldo Barbosa Cabral, da etnia Sateré-Mawé:

A NÍVEL NACIONAL

CBMF/Brasil - Conselho Brasileiro de Manejo Florestal – Titular: Agnelo Xavante;
PDPI - Comissão Executiva do - Titulares: Edílson Ribeiro Guajajara, Antonio Sarmiento dos Santos, Francisco Avelino Batista e José Adalberto da Silva e Suplentes: João Kwanhã Xerente, Coaraci Macial Gabriel, Valmir Parintintin;

CISI – Conselho Interinstitucional de Saúde do Índio - Titular: Genival de Oliveira dos Santos e Suplente: Jecinaldo Barbosa Cabral;

Conselho Indigenista da FUNAI - Titular: Joênia Batista Carvalho e Suplente:

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente - Titular: Escrawen Sompré Xerente;

Comissão Nacional de Educação Indígena - Titular: Cloves Rufino Marubo;

PPTAL – Comissão Paritária Deliberativa do PPTAL - Titulares: Francisco Avelino Batista, Renato Pereira Tukano, Agenor Paumari e Jairo Macuxi e Suplentes: Antonio Sarmiento dos Santos, Cecílio Corrêa, Valéria Paye Pereira e Estevão Carlos Taukane;

Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas - Gerente Técnico: Escrawen Sompré Xerente;

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético/MMA - Titular: Jorge Miles da Silva – Terena e Suplente: João Neves da Silva – Galibi Marworno;

Conselho de Análise de Projetos da FUNAI - Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral;

Comissão Nacional da Biodiversidade/MMA - Titular: Lúcio Flores e Suplente: Joênia Batista Carvalho; Silva – Kaxarari/AC, 1º Suplente: Ari Paliano – Kaingang/SC e 2º Suplente: Etelvina C. Santana – Xukuru Kariri – Palmeira dos Índios/AL;

Grupo de Trabalho Interministerial do PROAMBIENTE - Titular: Estevão Lemos Barreto – Tukano;

CONDRAF/MDA -Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável — Titular: Zilma Saldanha da Silva – Dessana e Suplente: Maria Miquelina B. Machado;

CONAFLOR/MMA - Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Floresta — Titular: Antonio Marcos de Alcântara Oliveira Apurinã (Cunpir/RO) e Suplente: Uilton Tuxá (Apoime/NE) ;

Conselho Assessor Nacional – CAN do Sistema Embrapa de Gestão da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Titular: João Neves da Silva (Galibi-Marworno);

Conselho Técnico-Científico do Museu Goeldi - Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral; GT do Programa de Apoio ao Agroextrativismo da Amazônia – SCA/MMA - Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral;

Comitê Consultivo da Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas/FUNASA - Titular: Genival de Oliveira dos Santos;

Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional / MMA - Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral e Suplente: Genival de Oliveira dos Santos;

Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia - Titular: Maria Assunta Pedrosa Ferreira e Suplente: Jacimar de Almeida Gouveia;

GT coordenado pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural/MINC - Titular: Fidélis Baniwa e Suplente: Vitor Aurape;

SEJUS – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - Titular: Professor Benjamim Baniwa.

A NÍVEL ESTADUAL - AMAZONAS

Grupo de Trabalho do Amazonas para Coordenação do Projeto de Gestão Integrada - PGAI – AM/PPG7 - Titular: Maria Miquelina B. Machado;

IPAAM – Comitê Central da Amazônia – Projeto Corredores Ecológicos - Titular: Maria Miquelina Barreto Machado e Suplente: Marcelo Gusmão;

Conselho de Política Indigenista da FEPI - Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral;

Conselho Estadual de Educação Indígena do Estado do Amazonas – CEEI/AM - Titular: Maria Miquelina Barreto Machado;

Conselho Estadual de Saúde – CES - Titular: Celina Cadena da Silva – Baré 1º Suplente: Esaú André Florentino – Tikuna e 2º Suplente: Manoel Garcia dos Santos – Mura;

GTAA – Grupo de Trabalho de Assessoria e Articulação (Formulação de Projeto de Lei Ambiental p/ o Amazonas) - Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral;

Conselho Gestor do Pólo Pioneiro do PROAMBIENTE no Estado do Amazonas - Titular: Estevão Lemos Barreto e Suplente: João Paulo Lima Barreto;

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (SEMASC) - Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral e Suplente: Marques Aleixo da Silva – Baré;

Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS - Titular: Zilma Saldanha da Silva – Dessana e Suplente: Maria Miquelina B. Machado;

Grupo Técnico de Cooperação do Programa de Ecoturismo para a Amazônia Legal – GTC / Amazonas (Amazonastur) - Titular: Estevão Lemos Barreto – Tukano e Suplente: Guilherme Fernando – Baniwa

Conselho de Segurança Alimentar do Amazonas/CONSEAAM do Programa Fome Zero - Titular: Ismael Pedrosa Moreira (Tariano) e Suplente: Lorena Araújo (Tariano);

Conselho Curador da Fundação Djalma Batista: Titular Estevão Lemos Barreto – Suplente Mesias Pereira Batista.

A NÍVEL INTERNACIONAL

1. COIAB é integrante da COICA, cuja representação é feita através do representante legal ou seu delegado: 2001-2005, Sebastião Manchineri foi o Coordenador Geral em representação da COIAB.
2. Conselho Diretor da COICA – 2005 a 2009 - Jecinaldo Barbosa Cabral;
3. Aliança Amazônica: Jecinaldo Barbosa Cabral;

4. Conselho Deliberativo do Fundo Indígena para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe – Conselheiro Indígena do Brasil:

Com a mesma intenção de exemplificação, transcrevo, abaixo, o documento digital *Apresentação Institucional da COIAB*, do ano de 2009, elaborado pelo então Secretário Executivo da COIAB, Sebastião Manchinery, com informações sobre a participação de lideranças da COIAB nas instâncias nacional e internacional:

Instâncias com representação da COIAB -

Nacional:

Conselho Brasileiro de Manejo Florestal – CBMF, Titular: Crisanto Rudzo Tseremey'wá;

PDPI - Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas - Gerente Técnico: Euclides Pereira - Comissão Executiva, Titulares: Edílson Ribeiro Guajajara, Antonio Sarmiento dos Santos, Francisco Avelino Batista, Iranilde Barbosa e Suplentes: Maria do Socorro, João Kwanhã Xerente, Coaraci Macial Gabriel, Crisanto Rudzo Tseremey'wá;

IPAAM – Comitê Central da Amazônia do Projeto Corredores Ecológicos, Titular: Edílson Martins Melgueiro e Suplente: Marcelo Cantuário Gusmão;

CISI – Conselho Interinstitucional de Saúde do Índio - Titular: Valdenir França;

CNS – Conselho Nacional de Saúde do Índio - Titular: Valdenir França;

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, Titular: Escrawen Sompré Xerente; Conselho Nacional de Educação Indígena – Titular: Fausto Mandulão;

CGEN - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético/MMA - Titular: Agnelo Temrité Wadzatsé e Suplente: Francisco Avelino Batista;

CONABIO - Comissão Nacional da Biodiversidade/MMA, Titular: Joenia Batista Carvalho e Suplente: Lúcio Flores;

CONDRAF/MDA -Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Titular: Saturnino Wapotowé Rudzane'edi e Suplente: Maria Miquelina B. Machado;

CONAFLO/MMA - Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Floresta, Titular: Francisco Avelino Batista;

CNPI – Comissão Nacional de Política para os povos indigenista - Titulares: Jecinaldo Barbosa Cabral, Ak'Jaboro Kaiapó, Pierlângela Nascimento Cunha Wapixana, Almir Narayamoga Surui, Kohalue Karajá, Francisca Novantino Pareci, Elcio Severino da Silva Manchineri, José Arão Marize Lopes, Simone Vidal e Suplentes: Sanção Ricardo Flores, Antonio Sarmiento dos Santos, Dilson Domenté Ingaricó, Heliton Gavião, Crizando Rudzô, Tseremey Wa'Xavante, Lourenço Borges Milhomem e Aikyri Waiãpi;

GT de Saúde Indígena - Titular: Edmundo Xavante, Sebastião Alves Rodrigues Manchinery e Antonio Sarmiento dos Santos;

Comitê orientador do Fundo Amazônia – Titular: Francisco Avelino Batista e suplente: Kleber Luiz Santo dos Santos;

GT de Política Nacional de gestão ambiental em terras indígenas – Titular: Francisco Avelino Batista e Almir Narayamoga Surui e suplente: Lourenço Borges Milhomem e Elcio Severino da Silva Manchineri.

Internacional:

COICA - Conselho de Coordenação, Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral;

COICA - Conselho Diretor, Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral;

Aliança Amazônica, Conselho Diretor, Titular: Jecinaldo Barbosa Cabral;

Conselho Deliberativo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, Conselheiro Indígena do Brasil: Sebastião Alves Rodrigues Manchineri.

Para compreender as configurações assumidas por esses espaços políticos estatais de participação indígena, é necessário problematizar o modelo participativo no qual o governo brasileiro está inserindo os representantes indígenas, nas últimas décadas, assim como problematizar os desdobramentos dessa participação para afirmação da representatividade das lideranças entre os povos indígenas. É preciso considerar também questões de poder político das lideranças no contexto participativo estatal. O exercício participativo de indígenas na atual reconfiguração da arena política das relações interétnicas pode ser problematizada partir da conceituação de governamentalidade, proposta por Foucault (2009):

Por essa palavra ‘governamentalidade’, quero dizer três coisas. Por ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto por um lado, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2009, p. 291)

Também Alcida Rita Ramos (2015) nos ajuda a problematizar a participação indígena nas esferas públicas do Estado nacional a partir da complexidade cultural e política que envolve os povos indígenas:

Hasta que la historia me desmienta, la democracia, adjetivada o no, no le va bien al mundo indígena porque no se ajusta fácilmente al ritmo y al involucramiento integral que el régimen del consenso exige. Al contrario de lo que puede parecer a una mirada insuficientemente atenta, consenso no quiere decir, de ninguna manera, armonía. Aún en situaciones de gran porte contencioso, el consenso continua siendo el modo canónico de toma de decisiones. En contextos indígenas, por más afectadas que se sientan las personas por causa de las exigencias de acomodación al sistema nacional vigente, los litígios raramente se resuelven por el voto y sí por la búsqueda por el consenso, aunque eso implique largas argumentaciones y contraargumentaciones que, en sí mismas pueden generar animosidad. No es inusual que debates acalorados prolonguen el tiempo para tomar decisiones durante días enteros.

De hecho, podemos afirmar que cuanto mayor es la disputa, más extenso es el proceso consensual. (RAMOS, 2015,p. 62).

O conceito “participativo” também pode ser problematizado, como fez Ortolan Matos (2006), por meio da perspectiva teórica do diálogo intercultural, considerando que as organizações indígenas parte desse processo de definição de espaços interculturais no Estado brasileiro, nos quais as relações interétnicas têm sido estabelecidas entre agentes indígenas e não indígenas. A abordagem do diálogo intercultural permite questionar se o Estado brasileiro está realmente disposto a superar as dificuldades de comunidades culturalmente distintas ou se tem mantido o sistema hierárquico não indígena. Para além da perspectiva teórica do diálogo intercultural, Alcida Ramos (2015) nos faz refletir sobre os problemas causados, principalmente para aqueles que têm ocupado posições de destaque neste contexto das relações interétnicas, pelo que denomina de "fricção epistêmica":

Con la creciente concientización viene la participación en fóruns que les eran ajenos a la mayoría de los indios hasta la segunda mitad del siglo XX. Y con la participación viene la exposición a un mundo semántico, a veces impenetrable, que le ha causado grandes trastornos a los indígenas, principalmente a aquellos que han ocupado posiciones destacadas en el contexto interétnico. Los desencuentros semánticos generados por aquello que Paul Ricoeur (1978) llamó conflicto de interpretaciones, tal vez sean la complicación más notable que los indígenas enfrentan en este inicio de siglo XXI. Me voy a limitar aquí a tres conceptos y prácticas que ejemplifican esa nueva cara de la fricción interétnica, la cual podríamos llamar fricción epistémica. Como ya apunté, esos conceptos son: democracia, poder y nepotismo (RAMOS, 2015,p. 58).

2.2- A dinâmica da política de participação indígena em instâncias estatais no Amazonas

Finalizo este capítulo apresentando alguns "eventos"⁴², dos quais participei, que exemplificam a dinâmica da política de participação indígena em instâncias estatais no Amazonas. Descrevo os eventos por meio de minha vivência neles, ressaltando as questões que dizem respeito ao meu trabalho de pesquisa. Portanto, são minhas narrativas sobre os eventos e não descrições detalhistas com a pretensão de trazer o maior número possível de informações sobre eles. Falo dos eventos não para abordá-los em si mesmos, mas sim as complexidades e problemáticas da inserção indígena nas esferas do indigenismo estatal.

- Primeiro Evento

⁴² Refiro-me aqui a "evento" enquanto categoria analítica inspirada no trabalho de Gluckman (1987) de análise de uma situação social.

Este evento envolveu a transformação da Fundação Estadual dos Povos Indígenas-FEPI em uma Secretaria, em 2007. Particpei de uma audiência dos movimentos indígenas do Estado do Amazonas, no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus, com o então governador Eduardo Braga, em que um dos pontos era a troca do presidente da FEPI Bonifácio Baniwa por outro indígena (vários nomes foram cogitados, um deles Amarildo Munduruku). A surpresa maior foi que o governador anunciou que ia criar, no ano de 2009, a Secretaria Estadual de Política Indígena no lugar da FEPI, o que enfraqueceu a mobilização indígena quanto à demanda de substituir Bonifácio Baniwa, ficando os indígenas somente ouvindo o governador sobre a mudança para Secretaria. Na época Jecinaldo Sateré era o Coordenador da COIAB. Na foto que tenho arquivada está registrada a presença de Cloves Marubo, Walmir Parintintim, Miquelina Tukano, Adir Tikuna, Edivaldo Munduruku, Zenilton Mura; Zé Mário Mura; Marta Sateré; meu irmão, Tomé Cruz; entre outros. Depois um tempo, foi feita a mudança para Secretaria de Estado para Povos Indígenas-SEIND e foi nomeado Jecinaldo Sateré, que estava acabando o mandato da COIAB. Na época a FEPI tinha Conselho Indígena que orientava suas ações institucionais. Quando a nova Secretaria foi criada, o Conselho não se reuniu mais, Segundo Bonifácio Baniwa, sem portaria nomeando os conselheiros e não podiam convidá-los.



Fonte: Jornal Em Tempo/2007.

- Segundo Evento

O evento a ser apresentado envolve a dinâmica mais recente de articulação do movimento indígena no Amazonas, com uma nova articulação a partir da questão da educação escolar indígena, estou me referindo à criação do Fórum de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas-FOREEIA-AM. Vários encontros de lideranças foram feitos para

discutir a política indigenista atual, até agora tivemos três encontros de lideranças no Amazonas, com a perspectiva de um quarto em 2019. Quando a COIAB perdeu a força política, a partir de 2012, devido à crise institucional financeira, foi aberta uma lacuna quanto ao papel de articulador da política indígena no Amazonas. Em 2014, foi lançado oficialmente a FOREEIA em um evento comemorativo da Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima - COPIAR, realizado em Manaus. Foi quando FOREEIA-AM assumiu a articulação do movimento. Segundo seus próprios articuladores, o FOREEIA é um grande pacto de professores e lideranças indígenas, formando uma grande rede ou teia que articula, mobiliza e desenvolve ações estratégicas, a partir de ideias, princípios, prioridades temáticas e metas coletivamente afirmadas. Estive presente em diversos eventos articulados por FOREEIA-AM, nos quais discutiam os principais temas de interesse dos povos indígenas no Amazonas, principalmente nas áreas de educação, saúde e política.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO SEMINÁRIO DE 25 ANOS DA COPIAR



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Manaus, 2014.

- *Terceiro Evento*

O evento aqui exposto trata o que entendo ser "faccionalismo" indígena no campo indigenista, devido às disputas⁴³ por cargos no governo. Na época, estavam ocorrendo práticas

⁴³As motivações para disputas de cargos no governo são várias e as "brigas" se configuram de diferentes maneiras. Na maioria das vezes, as partes conflitantes estão organizadas por regiões de atuação do movimento indígena no Amazonas.

de ocupação a instituições públicas, como aconteceu na FUNAI e na SEIND, como estratégia de reivindicação. Manifestantes indígenas ocuparam a sede da SEIND por, mais ou menos um mês, afirmando que somente iriam desocupar depois da exoneração do então Secretário, Bonifácio Baniwa. Esta ocupação foi noticiada pela imprensa local do Amazonas, registrando as divergências na política indígena do Amazonas quanto a gestão de órgãos indigenistas. O site de reportagem *D24am*, em 25 de agosto de 2015, noticia: "Coiab diz que protesto contra Secretário é 'ato isolado' (Organização diz que houve tentativa de acordo com os manifestantes, mas sem sucesso)". De acordo com a reportagem, o então Coordenador da COIAB, o Tukano Maximiliano Menezes, afirma que esse fato representava apenas a posição da regional indígena de Manaus:

Temos 44 regionais em todo o Estado do Amazonas e só uma está se manifestando a respeito do atual secretário da Seind. A maioria dos indígenas nem sabe o que está acontecendo na capital (Entrevista de Maximiliano Menezes a *D24am*, de 25/08/2015)

Disse também que a COIAB funciona como instrumento de luta e de representação dos povos da Amazônia, sendo investida deste papel já tinha recebido sete cartas de repúdio à ocupação das Regionais de repúdio. E afirma que na avaliação da COIAB, Bonifácio Baniwa estava fazendo um bom trabalho em frente à Secretaria. Informou também que no final de 2014, havia tido uma votação em todas as quarenta e quatro regionais indígenas do Estado do Amazonas, com o objetivo de promover uma indicação de um novo nome para assumir a pasta. Segundo Maximiliano, foram escolhidos nesta consulta: Aldamir Sateré, Eli Macuxi e Bonifácio Baniwa:

Recebemos a indicação de três nomes para a pasta, um deles era o nome do atual titular da Seind. Encaminhamos para o governador no começo do ano para ele escolher e é por isso que o Baniwa está lá (Entrevista de Maximiliano Menezes a *D24am*, de 25/08/2015).

Reiterou ainda que o nome de Raimundo Nonato Pereira Sobrinho (que até então se apresentava como Raimundo “Atroari”) reivindicado pelos manifestantes da ocupação da SEIND, não correspondia à vontade da maioria, pois não tinha sido indicado na última votação que tinha formado lista tríplice no ano anterior. Por conta desta posição da COIAB, houve tentativa de ocupação da sede da organização indígena por este grupo de manifestantes favoráveis à saída do secretário Bonifácio Baniwa. Contrariando a estas afirmações do Coordenador da COIAB, um dos integrantes do movimento de ocupação, Natanael Munduruku, diz que o grupo não está sozinho e que tem apoio de trinta e duas organizações e trinta povos indígenas – “Nós temos uma carta que prova que o nosso grupo não está sozinho nesta luta, vamos ficar acampados na SEIND até que o Secretário saia”. Este já havia

protocolado documento junto ao governo do Estado do Amazonas, indicando Raimundo Sobrinho para o cargo.

O momento era de disputa política entre articulações indígenas distintas que reivindicavam para si a legitimidade de indicarem e de serem nomeados para cargos junto ao governo estadual do Amazonas. Nesta disputa, buscaram desqualificar organizações indígenas e lideranças indígenas com reconhecimento histórico pela sua atuação no movimento indígena da região Amazônica e também nacional. Entre os que foram ofendidos estavam as organizações indígenas do Amazonas filiadas à COIAB (FOIRN, OGPTB, AMARN), a própria COIAB e seus representantes, além de lideranças históricas como o Tikuna Pedro Inácio do Conselho Geral da Tribo Ticuna - CGTT e o Kambeba André Cruz, da União dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes - UNIPI/MSA.

Neste período de tensão do movimento indígena do Estado do Amazonas participei de várias reuniões na sede da COIAB, a convite do Coordenador, Fidélis Baniwa, da Coordenação das Organizações Indígenas do Estado do Amazonas (COIPAM), na tentativa de criar meios para resolver o impasse. A COIPAM era uma das organizações indígenas preocupadas com a ocupação da SEIND. Foram feitas várias audiências com Deputados, Presidente da Assembleia Legislativa, Comissão de Assuntos Indígenas e com o Governador José Melo, cujo objetivo era encontrar uma solução para o impasse. Ouvi, por diversas vezes, alguns indígenas dizerem que foram trazidos ou convidados pelo grupo de manifestantes para vir a Manaus, mas que só depois descobriam que era para ocupar a sede da SEIND. Então, quando chegavam, procuravam a COIAB e a COIPAM para este esclarecimento.

Este era o cenário da política indígena e indigenista que no Estado do Amazonas que vai preceder o *I Encontro de lideranças Indígenas do Estado do Amazonas*.

- Quarto evento

O *I Encontro de Lideranças Indígenas do Estado do Amazonas*, realizado em Manaus, nos dias 01 a 04 de setembro de 2015, foi um dos principais eventos de articulação do FOREEIA-AM, do qual também participei. A COIAB esteve presente como uma das instituições realizadoras deste encontro. Trata-se de um contexto político muito importante para se entender a situação atual das políticas indígena e indigenista. Pelo contexto de tensão em que se encontrava a política indígena no Amazonas, narrado por mim pelo evento anterior, os articuladores do FOREEIA-AM decidiram chamar antigas lideranças e as atuais para discutirem juntas sobre o que fazer e chegar a um consenso, o que adianto a título de

informação não ter sido possível. Os organizadores do evento foram: identificado como seu realizador, FOREEIA-AM; como "parceiros" estão SEIND, CIMI, GEEI-SEDUC e Conselho Estadual de Educação Indígena. Observo aqui que, com exceção do CIMI, todos os demais "parceiros" são órgãos do governo do Estado do Amazonas com cargos ocupados por indígenas (aqui está a complexidade quanto a definir o "lugar" do indígena). Pela primeira vez, um evento indígena contou com a presença da Polícia Militar para dar "segurança" aos participantes, a pedido dos organizadores e parceiros do encontro, provavelmente motivados pelo clima de tensão entre os próprios participantes indígenas posicionados politicamente em oposição.

O primeiro dia do evento iniciou com a apresentação das autoridades, dos parceiros e das delegações presentes, por municípios ou regiões. Depois vieram as mesas com as palestras sobre o contexto da política indigenista, abordando as várias ameaças aos direitos indígenas. O debate estendia-se para as lideranças presentes. Pela tarde, as instituições indigenistas do Estado apresentam suas principais ações (FUNAI, SESAI, SEIND, GEEI/SEDUC-AM). No intervalo da apresentação de cada uma das instituições abriam para a participação dos presentes, que faziam seus questionamentos, sugestões e pediam esclarecimentos das instituições.

Na apresentação das ações da SEIND foi quando começou o clima de maior tensão entre os participantes, pois os ocupantes de sua sede presentes no encontro ficaram muito agitados, vaiavam, não permitindo a apresentação da instituição. Aquele tipo de comportamento eu ainda não havia presenciado no movimento indígena. Em suas falas desqualificam e diziam não reconhecer a COIAB e demais Organizações Indígenas históricas do movimento indígena, assim como suas lideranças que se faziam presentes (Pedro Inácio Tikuna, André Kambeba, Joao Neves Galibi, Gersem Baniwa entre outros). Sugeriam uma mudança na pauta do encontro para adiantar a votação sobre a permanência ou saída do Secretário Bonifácio Baniwa, que estava programada para o último dia do evento. Descontes com o fim dos trabalhos por volta das 18h00min, tentaram estender a pauta do dia para realizar a votação do Secretário. Por não ter sido aceita a proposta pelos demais participantes, agrediram verbalmente e com tentativas de agressão física os componentes da mesa, que estava formada por João Neves – COIAB, Fidélis Baniwa – COIPAM e outros que dos nomes não me recordo. A situação só foi contornada quando meu pai, André da Cruz, pegou o microfone e pediu respeito a todos os presentes, mas o clima de tensão continuou por toda noite.

A "briga" envolvendo a mudança na direção da SEIND envolvia duas articulações posicionadas de forma oposta: uma delas que apoiava a permanência do então Secretário, Bonifácio Baniwa, que já tinha sido Presidente do órgão indigenista anterior, Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI; a outra era a que pedia sua saída, porque Bonifácio Baniwa não estaria correspondendo as expectativas devido estar acomodado por estar muito tempo no cargo. A articulação contrária a permanência de Bonifácio Baniwa queria colocar no cargo Raimundo Sobrinho (que se identificava, na época, como Waimiri-Atroari e que se tornou representante de movimentos ocupação em Manaus). Fazia parte da articulação contrária à nomeação de Raimundo Sobrinho e favorável à permanência do Secretário as organizações com maior tempo de caminhada histórica no movimento indígena: a própria COIAB; COIPAM; FOIRN; UNIPI/Médio Solimões e Afluentes; UPIMIS; UNIVAJA, etc..

O desdobramento final deste evento foi à realização de uma votação, em clima de tensão, para definir o nome a ser indicado para o cargo de Secretário do órgão indigenista estadual. Foram criados critérios de votação, mas também com muita tensão. Uma das questões de conflito dizia respeito a forma de proceder a votação por meio da nomeação delegados. Buscou-se um consenso sobre a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno - COPIME agrupar os delegados (cinco vagas) provenientes desta região. Houve dissidência quanto a este ponto por parte da articulação favorável a substituição do Secretário, devido a proposta limitar sua participação. Havia os que defendiam o voto direto e não por delegação. No entanto, a articulação favorável à permanência de Bonifácio Baniwa dizia ser inviável ter votação direta, por não ser possível trazer todos os Ticuna (exemplo dado pelos participantes do encontro), para a votação (mais de cinquenta mil pessoas). E continuavam o argumento de que a participação de Pedro Inácio Tikuna, por exemplo, como CGTT já representava a população Ticuna. O mesmo raciocínio, disseram, deveria ser feito com relação à delegação da COPIME. Outra complicação observada era da legitimidade de participar da votação indígenas ocupantes de cargo na SEIND. Houve uma discussão e o indígena em questão conseguiu ter direito de votar argumentando estar participando como representante da organização indígena de sua região e não como servidor da organização indigenista estatal. Foi feita a votação e o resultado foi desfavorável a indicação de Raimundo Sobrinho.

Descontentes do resultado, a articulação indígena que perdeu partiu para a violência e o evento foi encerrado e Bonifácio Baniwa ficou no cargo. No entanto, as indefinições do Governo do Estado do Amazonas, na época Governador José Melo, sobre a política indigenista estadual (acabar ou não com a SEIND, por exemplo), contribuiu para o

acirramento de disputa de poder entre as lideranças indígenas. No final do ano de 2015, o Governador José Melo finalmente conseguiu extinguir a SEIND, apesar das contestações do movimento indígena, criando a Fundação Estadual do Índio - FEI no início do ano de 2016, permanecendo Bonifácio Baniwa agora como presidente-diretor interino da Fundação. A nomeação definitiva do novo gestor da FEI ficou suspensa por um tempo de incertezas que incomodaram muito o movimento indígena. Quando saiu a nomeação, em maio de 2016, o nome de Raimundo Sobrinho foi o confirmado para o cargo de diretor-presidente da FEI, mediante protestos dos indígenas que faziam parte da articulação política posicionada contrária a esta indicação. Protestaram dizendo que o Governador do Amazonas tomou a decisão da nomeação sem levar em conta as organizações indígenas de maior tempo histórico de atuação no movimento. Foi feita mobilização (acampamento) contra a nomeação Raimundo Sobrinho, mas não resultou em nada.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA II MARCHA DA RESISTÊNCIA INDÍGENA ALEAM EM MANAUS-AM



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Manaus, 2016.

- *Quinto Evento*

Em contrapondo aos demais marcados por tensões, cito o evento da *Mobilização Nacional dos Povos Indígenas pelo Direito de Viver*, realizada em Manaus, no dia 13 de julho de 2016, que, aparentemente, apresenta um consenso de mobilização reunindo participantes de grupos indígenas que outrora buscavam desqualificar a representatividade e legitimidade de liderança uns dos outros. Esta Mobilização tinha como objetivo chamar a atenção da sociedade para os retrocessos na política indigenista e aos direitos indígenas impostos pelo

Governo Federal, na gestão do então Presidente Michel Temer, por meio de ações como corte de verbas destinadas à FUNAI e a volta de militares à Presidência do órgão indigenista estatal

Participei desta mobilização, que teve início pela manhã e se estendeu até a 17:00 horas, fazendo todo o percurso da caminhada pelas ruas de Manaus programadas pela Coordenação, segurando cartazes, fazendo o grito das reivindicações. Estive atento aos discursos das lideranças indígenas e a tudo que acontecia no decorrer da mobilização. Estavam presentes desde crianças, jovens e adultos. A concentração dos manifestantes pela manhã ocorreu na sede da COIAB, no bairro Presidente Vargas, de onde iniciou a caminhada até a sede da FUNAI, no bairro de Adrianópolis. Neste trajeto, os “guerreiros”⁴⁴ abriam passagem no trânsito para o carro de som com o discurso das lideranças e também para os manifestantes, com suas faixas e palavras de ordem, ocuparem as ruas até chegar à sede da FUNAI. Neste local, houve uma coletiva de imprensa com o Coordenador político do FOREEIA, professor Gersem Baniwa, e outras lideranças indígenas escolhidas para este fim. Além dos discursos das lideranças indígenas, também se manifestaram políticos de apoio à causa indígena (destaco aqui o deputado do Partido dos Trabalhadores, José Ricardo). Em seguida, seguiu-se de ônibus particular para o Paço da Liberdade, no Centro de Manaus, para o almoço. Pela tarde, os manifestantes prosseguiram pelas ruas do Centro de Manaus até o Largo São Sebastião, encerrando com as apresentações musicais e danças culturais (ver foto abaixo e ANEXO-4: figuras 4.1 e 4.2).

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA MANIFESTAÇÃO NA SEDE DA FUNAI EM MANAUS-AM



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Manaus, 2016.

⁴⁴ Tinham a função de fechar as ruas para passagem da manifestação, apresentavam-se com as pinturas e vestimentas tradicionais, borduna e arco e flecha.

- *Sexto Evento*

Para esta exposição, vou apresentar como um evento duas atividades do movimento indígena do Amazonas que devem ser compreendidas conjuntamente, por estarem vinculadas quanto à sua iniciativa. A primeira delas a ser citada é o *IIIº Encontro de Lideranças Indígenas do Estado do Amazonas*, que foi realizado na Aldeia São Felix, Terra Indígena Mura, município de Autazes -AM, entre os dias 16 e 18 de abril de 2017 (ANEXO 4- Registro fotográfico: figuras 4.3 e 4.4). A segunda atividade é *III Marcha da Resistência Indígena no Amazonas*, realizada em Manaus, entre os dias 19 e 20 de abril de 2017, como parte da programação do "Mês da Resistência Indígena no Amazonas" - manifestação política contra a política anti-indígena do Estado brasileiro (Executivo, Legislativo e Judiciário), que se fez em articulação com o *13º Acampamento Terra Livre*. A importância da narrativa deste evento diz respeito ao embate criado quanto à realização institucional da *Marcha da Resistência*. A disputa envolve a articulação indígena FOREEIA e seus aliados, posicionados de um lado, e o órgão indigenista do Estado do Amazonas, FEI, posicionado de outro. A importância do evento está tanto na questão da complexa relação entre ações da política indígena com as da política indigenista, como também na dimensão política desta ação do movimento indígena que, neste caso, conecta dois campos políticos de atuação - o do Estado do Amazonas e o nacional.

Fui convidado pelo FOREEIA para participar do *IIIº Encontro de Lideranças Indígenas do Estado do Amazonas*, no qual me vinculei à Delegação do Médio Solimões, entre cujos representantes tinham meus familiares. Para o deslocamento até o local do evento, na Aldeia São Félix (município de Autazes), eu com outros participantes indígenas nos reunimos na sede da COIAB, em Manaus, onde nos aguardavam os ônibus contratados pela FEI que iriam nos levar. Durante a viagem até Autazes, já havia um mal estar sobre o modo de participação do órgão indigenista no Encontro. Objetivo do *III Encontro* era o de compreender o cenário político governamental nas esferas Federal e Estadual, no qual havia ameaças aos direitos indígenas como, por exemplo, PEC 210, PEC 215 e PEC 225.

A dinâmica do III Encontro seguiu a dos demais encontros (abertura, mesas de debates, trabalhos em grupos, elaboração de documentos), com a diferença de que desta vez houve uma cerimônia de homenagem às antigas lideranças pelas suas atuações significativas no movimento indígena em âmbito regional, nacional também internacional. Entre os homenageados estavam meu pai, André Cruz; Darcy Marubo; Claudio Mura; Celina Baré;

Deolinda Tukano, Obadias Sateré Mawé, Pedro Inácio Tikuna⁴⁵ (ver registro fotográfico abaixo) e lideranças já falecidas (Manoel Moura Tukano, Francisco Mura, Zenilda Sateré Mawé), a exemplo das demais, também foram homenageadas. Entre os documentos elaborados em grupos de trabalho, com aprovação na plenária, está o "Posicionamento público da III Marcha da Resistência Indígena no estado Amazonas" destinado à imprensa (ANEXO-3). Foi elaborado também um documento de conteúdo similar ao que foi destinado à imprensa, só que agora destinado ao Acampamento Terra Livre, que estava ocorrendo em Brasília. Os demais documentos elaborados foram destinados às instituições governamentais educacionais, de saúde, FUNAI, etc.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA HOMENAGEM NO III ENCONTRO DE LIDERANÇAS INDÍGENAS DO ESTADO DO AMAZONAS (DA ESQUERDA PARA A DIREITA: PEDRO INÁCIO TIKUNA, OBADIAS SATERÉ-MAWÉ, CELINA BARÉ, DARCY MARUBO, ANDRÉ KAMBEBA E DEOLINDA TUKANO).



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Aldeia São Felix, Terra Indígena Mura, município de Autazes-AM, 2017.

Os participantes deste Encontro também atuaram em uma manifestação na cidade de Autazes a favor do povo Mura e contra a exploração do minério de silvinita, do qual é extraído o potássio. Assim como também foi marcada audiências na Câmara Municipal e na Prefeitura de Autazes. Por não ter comparecido à audiência o Prefeito de Autazes, os manifestantes indígenas exigiram sua presença e quem veio mediar, por parte da Prefeitura, esta relação de embate foi uma antiga liderança do movimento indígena, Cecílio Mura, que tinha feito parte da coordenação da COIAB e do Conselho Indígena Mura.

Durante o *III Encontro*, os participantes tomaram conhecimento de uma nota à imprensa divulgada por Raimundo Sobrinho, então diretor-presidente da organização

⁴⁵ Na data que fiz o registro fotográfico desta homenagem, o líder Pedro Inácio se fez presente, porém veio a falecer em 25 de julho de 2018.

indigenista estadual, informando que a FEI era a realizadora da *III Marcha da Resistência Indígena no Amazonas*. Na volta do *III Encontro*, reunimos na Chácara Kairós para concentração dos participantes da *III Marcha*. Durante a hospedagem na referida chácara, no dia 18 de abril de 2017, foi feita uma reunião preparatória para a *III Marcha* e durante esta ocasião foi discutida a indevida informação dada pela FEI como sendo esta instituição a realizadora da manifestação. No folder oficial do evento consta a realização sendo de responsabilidade do FOREEIA, enquanto os demais são citados como apoio, entre eles Fundação Estadual do Índio-FEI, como também Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB, Coordenação das Organizações e Povos Indígenas de Manaus e Entorno-COPIME, Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Instituto de Articulação da Juventude do Amazonas - IAJA, Coordenação Regional da FUNAI- CR-FUNAI-Manaus, Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - AMARN, Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus- PIAMA e Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas - MEIAM. Como o diretor-presidente não compareceu para esta discussão, os que representavam a FEI garantiram que seria divulgado uma nota retificando o erro de divulgação. Na mesma noite, sabendo do problema, Raimundo Sobrinho deu ordem para recolher a alimentação e o transporte que a FEI teria patrocinado para a *III Marcha*. A ordem foi cumprida imediatamente, recolheram os alimentos e os ônibus disponíveis para o deslocamento dos participantes. Não consegui perceber, naquela circunstância, como essa situação havia sido revertida, porque estive junto com a delegação do Médio Solimões em uma reunião. Mas, observei que na madrugada, foi solucionado a questão da alimentação e, no dia seguinte, foram disponibilizados ônibus para o traslado dos manifestantes, no horário do café da manhã. A *III Marcha da Resistência Indígena no Amazonas* foi realizada como havia sido programada, com a caminhada até a Assembleia Legislativa para audiência com os parlamentares e, pela tarde, com a entrega de documentos para as instituições públicas (ANEXO 4 - Registro fotográfico: figuras 4.5, 4.6 e 4.7).

Em conversa posterior com a coordenação do evento tive a informação de que toda a logística e alimentação haviam sido articuladas e mantidas sob a responsabilidade do FOREEIA, sem a contribuição da FEI e nem o seu diretor-presidente havia emitido nota à imprensa se retratando a respeito do oficial realizador da Marcha, como seus representantes tinham se comprometido com todas as lideranças indígenas presentes em reunião na noite anterior.

Esta experiência comparada ao *Primeiro Encontro de Lideranças Indígenas do Estado do Amazonas* me fez refletir, ainda mais, sobre a complexidade da inserção de indígenas em

órgãos estatais e de sua relação com movimento e organizações indígenas. Eventos como estes constatarem que mesmo com a existência de uma zona de conflito entre o fazer da política indígena e o fazer da política indigenista estatal, os indígenas ainda continuam desejando ocupar assentos no Estado para ter acesso à tomada de decisões e também para transformar os órgãos estatais em "parceiros". Encerro este capítulo como um registro fotográfico que por si mesmo demonstra a persistência dos povos indígenas, por via do movimento indígena, na luta e defesa dos direitos indígenas.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DA III MARCHA DA RESISTÊNCIA INDÍGENA NO AMAZONAS



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Manaus, 2017

CAPÍTULO III - O “ESTAR NO ESTADO” DE LIDERANÇAS INDÍGENAS: TRAJETÓRIAS ENTRECruzADAS DE REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO ETNOPOLÍTICAS NOS ESPAÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Neste capítulo, apresento como as lideranças interpretam suas trajetórias participativas nos campos do movimento indígena e do indigenismo, tendo como referência principal sua atuação na Coordenação das Organizações Indígenas (COIAB). Para isto, trago suas narrativas sobre suas trajetórias como lideranças do movimento indígena, como elas caracterizam a "liderança indígena" que atuam nos campos indígenas e indigenista, como concebem a representatividade e participação indígena no Estado e como situam o processo histórico do movimento e organizações indígenas atuando dentro do Estado brasileiro. Para refletir sobre a dinamicidade da atuação das lideranças na política indígena e no indigenismo no Brasil, escolhi expor suas narrativas, de forma literal ou com uma sistematização bem próxima ao que me foi dito, em um mesmo item temático de apresentação para que o leitor desta Dissertação fosse inserido no contexto dialógico da minha pesquisa.

Para pensar este capítulo me apropriei da abordagem teórico-metodológica proposta por Edmund Leach (1996) através de sua obra denominada de *Sistemas políticos da Alta Birmânia*, que buscou analisar os acontecimentos para além das a teorias proposta pela Ciência Política e mesmo da Antropologia da representação, que estavam preocupados em explicar a mudança social por meios da estrutura do Estado ou pelo equilíbrio da sociedade em estudo, ou seja, pela “sociedade idealizada”. Leach dá atenção significativa aos sujeitos, para ele, as sociedades reais nunca estariam em equilíbrio e a realidade social seria repleta de inconsistências. A mudança social então ocorreria quando os indivíduos e grupos manipulam essas inconsistências em favor de seus próprios interesses, estes por sua vez, “são agentes ativos e o desejo de ganhar poder e prestígio é um de seus principais móveis de suas ações”.

Inspiro-me em uma concepção alternativa de política e poder a partir de Clifford Geertz (1991), no que se refere a buscar compreender a arena política indígena e indigenista onde se manifesta a forma mais clara das estruturas de significação pelas quais o movimento indígena dá forma as suas experiências. Ou seja, compartilho com Geertz (1991) seu entendimento de política como uma ação simbólica, o que me faz pensar que as narrativas das lideranças da COIAB sobre sua atuação estão fundamentadas em cerimônias e rituais vivenciados por eles nos campos da política indígena e indigenista. Acrescento aqui ao entendimento de política a partir de Geertz a minha compreensão de que essas lideranças estão inseridas numa teia de relações, com significados específicos, que os permite transitar entre

múltiplos papéis e espaços políticos, seja com atuação simultânea ou então uma condicionada à outra. Sobre as questões de legitimidade das lideranças, dentro do movimento indígena e na esfera do Estado, pensei na abordagem de Max Weber (1999) quanto aos seus conceitos de delegação de poder, prestígio ou até mesmos as sanções atribuídas por essa “comunidade política”, mas acabei me alinhando muito mais à Alcida Rita Ramos (2015) quando problematiza a interpretação de Weber sobre a distribuição e o uso do poder no campo político:

No obstante, en el campo de lo político propiamente dicho, de la distribución y uso del poder, no son los recursos coercitivos weberianos que mueven a la acción, sino la potencia del convencimiento derivado de la experiencia transformada en autoridad que sea capaz de persuadir a las personas a tomar decisiones y desarrollar acciones principalmente colectivas. No es por casualidad que uno de los atributos más deseables de un líder es el talento en la oratoria a través del cual los discursos de persuasión alcanzan sus objetivos. Si nos restringiéramos a las acepciones weberianas de poder como acceso a los mecanismos legítimos de la fuerza y de la política como la búsqueda y manutención del poder, llegaríamos a la conclusión lógica de que no hay ni poder ni política en las sociedades indígenas, lógica que no tiene ningún soporte etnográfico. Lo que falta en la visión weberiana es abrir el abanico de posibilidades para incluir otras formas de lo político que no estén unidas directamente a la violencia, a la fuerza física y a la centralización del poder. (RAMOS, 2015, p. 66)

3.1- Tecendo trajetórias de lideranças.

Ao dialogar com as lideranças indígenas, compreendi que quando falavam sobre suas trajetórias estavam construindo suas legitimidades no processo histórico dos campos políticos indígenas e indigenista. Não estavam me comunicando apenas fatos de suas vidas no que diz respeito ao movimento indígena e à COIAB, mas sim situando a si mesmos nestes campos. Considerando minhas próprias dificuldades em entrevistar lideranças para esta pesquisa, compartilho com a reflexão da antropóloga Maria Helena Ortolan Matos sobre sua experiência em entrevistar lideranças do movimento indígena no processo de criação a União das Nações Indígenas-UNI:

Tendo passado por essas experiências de campo, aprendi que fazer entrevistas, principalmente com líderes indígenas de destaque nacional e internacional, implicava numa relação política. Ainda mais quando era para falar sobre suas atuações em fases anteriores do movimento indígena. Por ocuparem posições que, até hoje, não são muito bem definidas, esses líderes tomam um certo cuidado ao se exporem publicamente. Acredito que eles tenham considerado que conceder uma entrevista para a minha pesquisa implicaria em falar de algumas situações embaraçosas do passado ou tratar de suas dificuldades em exercer o papel de liderança. E falar de ações passadas não significa descrevê-las simplesmente, mas sim narrá-las a partir de uma reflexão com base nas experiências presentes (BOSI, 1987:3149). Ao prestar depoimento sobre o processo histórico do movimento

indígena, provavelmente, os líderes tomariam posições que, na sua situação atual, poderiam lhes causar problemas políticos. Como, por exemplo, criar desavenças com os segmentos da sociedade nacional que os apoiaram na organização do movimento pan-indígena (missionários, entidades de apoio, antropólogos, indigenistas, entre outros). Os líderes indígenas poderiam também estar resistentes à minha pesquisa por se sentirem inseguros sobre o tratamento que seria dado às informações fornecidas por eles. De certa forma, por mais que eles tivessem uma margem de liberdade para direcionar os assuntos durante a entrevista, eles perderiam esse controle no momento da análise desses dados. (ORTOLAN MATOS, 1009: 177-178).

LIDERANÇA "B"

Estudou em Manaus na Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, parou no ensino fundamental para ir contribuir com o conhecimento que tinha para movimento indígena,- UNI-Tefé precisava de gente e se envolveu. Tentou estudar na cidade (Tefé) mas não tinha como se manter estudando, só para morar (tinha que trabalhar p sustento da família). Envolveu-se no movimento indígena desde 1987, no ano seguinte foi da Constituinte. Entrou sem conhecimento sobre legislação, aprendi muito quando entrei. Por meio do CIMI faziam atividades do movimento indígena (reuniões, encontros, eventos públicos de outras instituições) e começou a participar. CIMI assessorou, sobretudo na parte burocrática, administrativa - CIMI orientou. Fez parte dentro da diretoria da organização indígena (UNI-tefé) como Secretário, Conselheiro Fiscal, segundo Coordenador, tesoureiro. Era reeleito trocava só de cargo dentro da diretoria.

LIDERANÇA "D"

- ANDREZINHO: Então acho que fica por último essa parte, né, da sua, um pouquinho da sua trajetória até chegar aqui no movimento né, de sair lá da aldeia e tal, de estudar, daqui a pouco de cair no movimento, e faz coisa pro movimento, né, de onde você está.

- É, nossa luta do movimento ela sempre aconteceu, mas, eu acredito que é de conhecer um pouco de como foi pra mim estar aqui na coordenação executiva da COIAB, né, se perguntar assim “você algum dia pensou em fazer parte da coordenação?”, nunca na minha vida! Nunca, André. Eu nasci em São Gabriel da Cachoeira, lá no Alto Rio Negro, eu vi a FOIRN nascer, a minha casa é do lado da FOIRN, então eu lembro quando teve a grande assembleia (01:23:04 – inaudível)...eu era criança, na época quando foi lá no ginásio, e assim, eu via como a mamãe falava, o meu pai, e eu não entendia, não compreendia direito porque a gente não queria saber dessas coisas aí não, ninguém sabia o que que...é tão bom quando a gente é criança, né, ninguém se preocupa com...

- ANDREZINHO: Achava legal, muita gente lá...(risos)

- ...com a política, mas assim, com o contexto de enfrentamento.

- Sim, sim...

- A gente não conhece esse lado né, do enfrentamento aqui do estado, não sabe o que que se passa, acha legal quando vem, vinham os parentes de todas as calhas, do Rio pra São Gabriel, já estava em São Gabriel, é muito interessante, mas que depois com o passar do tempo, dentro da própria escola nós tínhamos uma disciplina de OSPB, Organização Social e Política do Brasil, pra você conhecer um pouco como funcionava o estado e parecia que esse estado era em outro lugar, porque lá no nosso município, né, na nossa comunidade isso não existia, era só coisa de contos de história, né, dos livros, mas que já acontecia aqui fora, então quando eu

vim pra Manaus em 2000, eu vim primeiro porque eu queria estudar, eu vim pra mim estudar. E na época, a Eliana, junto com a, como que é o nome dela, mana, que ela trabalhava na COIAB, que foram eleitas no MEIAM, que elas são da minha região também, do Rio Negro... Lorena! Eliana, Lorena, eu não lembro demais do MEIAM, não, lembro da Eliana e da Lorena porque como elas são...

- ANDREZINHO: Tinha o Adelson, o Ednaldo...

- O Ednaldo tinha feito parte antes, com... aí depois disso já foi em 2001, 2002, quando a Eliana com a Lorena elas foram eleitas na coordenação do MEIAM, elas nos, como a gente já tava aqui em Manaus, que eu vim pra estudar, mas eu ainda não tinha começado a estudar, né, eu comecei a trabalhar no DSEI Parintins, e aí elas chamaram a gente pra uma reunião aqui no SARES, que foi pra...como é que a gente pode tá ajudando o MEIAM, como é que a gente pode tá contribuindo, né, e nós viemos pra essa reunião, foi quando eu conheci Miquelina, foi quando eu conheci o Adelson e vários outros indígenas que tinham vindo dos seus municípios, das suas comunidades, pra estudar aqui na Universidade do Estado do Amazonas, na UEA. Então foi a partir daquela reunião que nós começamos a ter um envolvimento enquanto movimento indígena dos estudantes, eu ainda não era estudante, mas pela amizade e pela, a gente fez parte do grêmio estudantil lá em São Gabriel, né, então como, de a gente trabalhar em conjunto, e trazendo e envolvendo os outros indígenas a partir dessa problemática de se sair da sua comunidade e vim pra cá e não ter essa política afirmativa, né, pra permanência do indígena aqui em Manaus. Então, começou daí, da gente tá atualizando estatutos, eu tinha, participava de algumas agendas da COIAB, mas como...pelo conselho distrital de saúde indígena, mas pela conveniada que eu estava, que não era a COIAB (risos). Eu trabalhava no IDASP, eu era da organização contrária à COIAB na época né, do DSEI Parintins e quando a gente ficou com o projeto que era da COIAB aqui da CASAI, da CASAI Manaus, a minha parte ela sempre foi dessa parte política de movimento indígena, né, de se trabalhar na organização como parte técnica, 2008 eu fui aluna, fui indicada pelo MEIAM, pra tá fazendo parte do Centro Amazônico de Formação Indígena, do CAFI, da turma de 2008, né, uma iniciativa da COIAB para o processo de formação de lideranças, né, que aí é o processo de formação política e técnica, que foi o CAFI, eu fui da turma de 2008 e foi quando eu ingressei na UEA, no curso de Administração, então 2009 como tinha terminado meu curso no CAFI que foram oito meses, seis meses, sete com o estágio, oito meses de curso, abriu o edital aqui pra COIAB, tinha pra estagiário e pra secretaria. Aí eu mandei meu currículo pro estágio, né, pra ser estagio, mas eu acabei sendo selecionada pra trabalhar na secretaria com o secretário executivo na época que era o seu Sabá Manchinery, daí minha área sempre foi essa, auxiliar administrativa e financeira, essa sempre foi a minha área desde quando eu me entendi por gente, como diz a minha avó, de tá ajudando em casa, lá no comércio do papai, né, dentro lá do colégio São Gabriel, então eu sempre tive isso dentro de mim e diante de toda a dificuldade que a COIAB já estava passando, né, de processos trabalhistas, de bloquear...as contas foram bloqueadas, eu estava aqui atuando e ajudando na parte técnica e na parte política do movimento indígena de estudante, então esse foi o meu caminhar e quando em 2013, em 2009 ainda que foi eleito a nova coordenação que foi o Marcos Apurinã o coordenador, a Sônia Guajajara a vice-coordenadora, o Kleber Karipuna o coordenador-tesoureiro, o Clayton Javaé como coordenador secretário, já estava com dificuldades e alguns coordenadores tiveram que retornar, então no primeiro ano, Kleber voltou pra Macapá, no segundo o Clayton voltou pro Tocantins, no terceiro Marcos voltou pro...na época morava em Cacoal, Rondônia, voltou pra Rondônia e nós fizemos aqui né, de ter esse compromisso, de estar ajudando na assembleia da COIAB e de tá colocando pra todas as lideranças como que a COIAB estava naquele momento, que a COIAB não estava mais...estava politicamente forte, mas financeiramente sem recurso nenhum, sem recurso pra manter o escritório, sem recurso pra manter os coordenadores aqui, sem recurso nenhum.

Então foi a partir dali, em 2013, diante de vários embates também, políticos, nossos, internos, do movimento indígena, né, 2013 diante de alguns posicionamentos, de algumas lideranças para com as mulheres e elas não gostaram, isso também precisa ficar muito claro, que as mulheres elas não, não vieram e não vem nesse contexto pra tomar o espaço de ninguém, a gente não vem aqui pra querer disputar também com ninguém, nós estamos aqui pra somar e também pra contribuir e foi por isso que quando elas me chamaram lá na aldeia Umutina, em Mato Grosso, pra vim compor a coordenação, na época como coordenadora tesoureira, pra mim foi um desafio, foi uma surpresa, porque eu sempre contribuí com a parte técnica, como eu falei aqui, ajudando na COIAB, mas porque eu nunca, nunca fiz nada que não tivesse dentro do meu planejamento (risos). Então eu estava com um filho de um ano de idade, que eu mandei pra São Gabriel, pra esse período, pra gente poder se dedicar à assembleia né, pra realização da assembleia, então ele foi pra São Gabriel da Cachoeira com um, ele já tinha um ano, né (01:31:21 – Inaudível)...? 2013, já, ele fez um ano, que ele nasceu em 2012, em 2013 ele já tinha um ano, ele foi pra São Gabriel, eu estava, ia pro meu ultimo ano de faculdade, da UEA, do curso de Administração, e eu tava sendo, eu tava sendo, eu era contratada da GIZ, da cooperação técnica alemã pra tá dando apoio aqui na COIAB, então, ou seja, eu não tinha como conversar com meus pais que sempre foram, são o meu elo né, o meu porto-seguro, eu não tinha como conversar com o meu marido, eu não tinha como ouvir a voz do meu filho, eu olhei pra Modesto, olhei pras mulheres e todo mundo chorando (risos), foi muito emocionante, eu não tive como dizer não, e agora? Eu disse. Minha faculdade, meu filho, meu emprego, minha vida, o que é que eu faço? Pegando a COIAB aí que eu já sabia o que que a gente ia, o que me esperava né, então não foi fácil assim porque eu não estava, eu não me sentia preparada naquele momento pra assumir esse cargo político, porque eu nunca me vi como uma liderança política, né, mas quando elas conversaram comigo e eu ouvi de uma liderança dizendo que eu não tinha perfil, que as pessoas me viam como uma menina, né, que eu não tinha perfil, que eu nunca tinha sido presidente ou diretora de uma organização como a FOIRN, que é da minha região, que eu nunca fui política, não vou nem falar que falou que eu era mulher, não, (01:33:05) me falou, que eu era uma menina, sem experiência, e que não era política e de vendo assim, no olhar daquelas mulheres, elas me passaram aquela força, elas me disseram “Não, Nara, você vai! Você vai nos representar e vai mostrar não só a força da mulher, mas a nossa responsabilidade”, não que os homens sejam irresponsáveis, mas a mulher ela tem um cuidado maior. É muito difícil a gente não assumir realmente com garra o que a gente se compromete, né, então o comprometimento e o cuidado com pequenos detalhes, né, e de ver assim como contribuir com a COIAB, a COIAB precisava de pessoas, e foi emocionante, acho que isso é nosso também né, de passar essa emoção, de passar essa credibilidade, mas de passar essa confiança, então, eu meio que não pensei mais no meu filho, né, pensei nelas, pensei naquelas mulheres, de tá olhando, de tá acreditando na gente e falar bem assim “Não..., você não vai tá sozinha, nós vamos estar sempre te apoiando, e é verdade, sabe, André, se eu não tivesse tido o apoio delas principalmente delas, de todas aquelas mulheres ali e depois, os homens vieram pra tá apoiando junto, eu não estaria hoje como coordenadora geral, porque você não vai sozinha em nenhum canto. Quando a gente vai nas assembleias eu sempre coloco isso, que a gente não pode só eleger e depois virar as costas e só cobrar, a gente precisa tá ali, nas tomadas de decisões, nos momentos que a gente tem de fragilidade, porque nós temos momentos difíceis, difíceis enquanto como humano, difíceis enquanto organização, e aquele era um momento super difícil que a COIAB tava passando, né, então se eu tivesse me sentido sozinha, eu jamais, eu não estaria aqui. E eu nunca me senti só, graças a deus! Mas eu acredito que também vai muito de você, você precisa também procurar ajuda, você não pode tentar resolver as coisas sozinha porque você não consegue, então uma das coisas que eu ouvi muito já pra esse processo de coordenação geral, quando foi colocado pra mim tá vindo nesse cargo de coordenação geral foi de ter essa humildade, de

dizer “eu sei”, “eu não sei”, “eu preciso de você”, né, se você não me ajudar eu não tenho como ir só. Então muitas das vezes ficou aqui só eu e o seu João (Neves, Galibi), ele que chutava o pau da barraca e falava assim “Ah, (...) pra mim não dá mais, chega, eu vou” e eu “Eu vou, eu vou com o senhor também, não vou ficar aqui sozinha não” (risos). E quando eu falava “Ah, seu João não quero mais” ele falava “Tu não deixou eu chutar? Agora tu vai ter que (01:36:12 – inaudível) comigo” (risos). E da mesma forma com a Sônia, com a Modesta quando ela tava aqui, com a Ângela, com o Cleber né, então você acaba tendo também essa família do movimento e de ter com responsabilidade, sabe, André. Então como foi pra mim chegar aqui? Foi através das mulheres. Foram as mulheres que passaram essa confiança, mas que me passaram a força delas pra mim estar aqui hoje, né, então, se não fosse por elas naquele momento dentro daquelas estruturas na aldeia Umutina, eu não estaria aqui, porque elas nunca me deixaram me sentir só, e desde lá eu não estou só até hoje. Então não sou eu, não é (... - inaudível) que tá aqui, não, somos todos nós. Então é de ter esse momento da COIAB que era muito centralizador e começou a ser participativo, é de deixar o eu de lado e começar a tá trabalhando como o nós. É de não ter, a gente precisa ter a ambição pro bem, de querer que as coisas elas deem certo, que as coisas funcionem. Então muitas pessoas elas não acreditavam em mim, porque quem é (inaudível), me diz? Quem é (inaudível)? Eu posso...E muitas pessoas ainda da minha região, e daqui do nosso estado, elas se espantam quando de uma eleição, que nós vamos fazer um ano de gestão, agora como, eu como coordenadora geral, o Fulano de tal como vice, a outra como coordenadora tesoureira, e o este, como coordenador secretário, que agora recente ele pediu afastamento e assumiu o cargo de educação lá no estado dele, Tocantins, né, da gente tá aqui juntos, é muito complicado, então, é de se tirar esse centralismo de que o coordenador geral pode tudo e é o centro do universo, sabe? não é não! É uma pessoa normal como qualquer um e ele precisa ser tratado como qualquer uma pessoa, agora, no meio de nós, agora pra fora, diante dos nossos inimigos, meu querido, nós somos uns reis mesmo, a gente precisa mostrar a nossa força, mostrar os nossos posicionamentos, mostrar a nossa firmeza, pros nossos inimigos, mas entre nós, quem diria que eu falo bem assim, quantas vezes vocês olharam aí a gente postando, fazendo ajuri aqui na COIAB, quando você imaginava de ver um coordenador lavando COIAB, cozinhando, limpando banheiro? Nunca. Então é de mostrar que coordenador, ele é uma pessoa igual a qualquer um de nós, é uma liderança que precisa ser respeitado, e que não vai cair a mão quando precisar lavar um copo e juntar o lixo e jogar na lixeira quando tá aqui na cidade, então nós não somos melhores do que ninguém, então é simples assim, como diz minha avó, a gente não pode complicar, a gente tá aqui pra descomplicar né, e a gente espera que isso se perpetue, sabe, André, mas pra mim ter essa trajetória e chegar aqui foi, foi uma surpresa muito grande até pra mim, porque minha vida era toda planejada, eu planejei quando eu ia engravidar, que eu iria ter ele em Março de 2012, ele nasceu em fevereiro porque eu tive dengue, ele foi (risos), ele nasceu antes, né, mas que quando ele completasse um mês e meio eu ia engravidar de novo, ia ter outro filho, ia ter dois filhos na minha vida, eu ia me formar em administração, eu já ia tá com dois filhos porque eu já estaria com 34 anos e nada disso aconteceu, só ele (risos). Em 2013 ele já existia, ele tava com um ano quando teve essa reviravolta, né, então isso eu sempre levo nas reuniões, nas assembleias, de falar que é possível sim uma menina assumir um cargo como o de coordenação executiva da COIAB, qualquer pessoa pode assumir, desde que você tenha responsabilidade, que você saiba ouvir as pessoas, né, e que tenha essa disponibilidade para o novo, porque aqui cada dia é um novo, então é possível. Eu sempre falo, eu sou o maior exemplo disso, eu passei pela formação do CAFI, né, nunca coloquei de ser coordenadora, mas que quando é lançado um desafio desses, seja coordenação da COIAB, seja na coordenação da organização da sua comunidade, né, da sua escola, do seu município, da sua região, que você precisa estar preparado para isso.

- ANDREZINHO: A gente nunca acha que tá, né? (risos)

- Não, quando você... não sei você, eu falo, minha mãe nunca foi...eu não sei pra ti, André, eu jogo até isso pra você, né, porque você, né, quem é o André? Teu pai tem um legado aí, uma liderança tradicional forte lá na região, então o que eles esperam de você? De mim nunca esperaram nada, porque nunca ninguém conheceu a minha mãe, minha mãe ela nunca foi coordenadora de nenhuma organização, então, a (inaudível) ela gostava de dançar, gostava de bailar, eu adorava pegar jaca lá no pomar das freiras, né? (risos) Então, uma pessoa comum, nunca fui diretora de nada, então as pessoas não... quem é...? (inaudível)? ... (inaudível) não é ninguém. Negativo! Eu sou sim, minha filha. Então cada um, mesmo não sendo filho de cacique, filho de liderança tradicional, nós somos sim, nós somos importantes, então cada um ele é importante nesse processo e tem muito a contribuir, independente de...

- ANDREZINHO: Isso gera até briga, né?

- Gera sim, na minha turma do CAFI, eu falo isso porque eu via, quando eu, nós éramos vinte alunos mas um era filho do cacique não sei das quantas, outro era filho do coordenador, todo mundo era filho de alguém, menos eu. E eu sou assim, há muito tempo eu lutei para que as pessoas me reconhecessem pelo meu nome, mas as pessoas lá na minha cidade, quem era eu? Eu era a filha da dona (inaudível). Eu não era a (inaudível), eu era a filha da dona (inaudível). Então, das pessoas te conhecerem pelo teu nome e não pelos teus pais. Então o meu primeiro desafio foi esse, das pessoas me conhecerem por mim, aí eu saí da minha casa muito cedo, com quinze anos e vim pra cá, estudei, voltei, vai e vem, é assim né? A gente vai, volta e tal, mas hoje, hoje as pessoas me conhecem na minha região porque eu fui coordenadora da COIAB, mas toda vez que eu vou lá eles pensam que eu sou a professora (inaudível), a enfermeira (inaudível) ou a (inaudível)...na reunião da FOIRN foi muito engraçado, quando eu comecei a falar e quando o Marivelton me apresentou, gente... o pessoal começou a rir, porque teve um, até a Angela falou bem assim “a senhora é a professora?” não! “é enfermeira?” não! “lascou-se então...” (risos). “A senhora é a...da câmara” e eu disse não, eu sou a (inaudível). Porque nós somos parecidas, né, mas até em 1999 as pessoas me conheciam e não conheciam minhas irmãs, como eu saí da minha cidade as pessoas não me conhecem mais, o povo da minha época (inaudível), né? (risos). Então, quem ficou lá é quem eles conhecem.

LIDERANÇA "C"

- Bom, então acho que uma das assim, é...primeiro começar com a trajetória...eu saí da aldeia, ainda com quatorze anos, e tive na, estudei na escola agrícola Rainha dos Apóstolos de 85 até 80...parece que 88. E aí voltei a...não conclui o ensino fundamental, tive até o ensino...até a sétima série, então aí, voltei, mas sempre vim acompanhando o movimento nas férias, sempre acompanhei o movimento indígena, desde o início aqui na região e então acho que uma das coisas que eu aprendi é que a escola mal oferecia esse...assim, mal oferecia esse espaço pra gente discutir política indígena, então eu aprendi muito nos encontros de liderança, na região na década de 88 pra 89, foi muitos encontros de lideranças, encontro de tuxauas, encontro de professores, encontro de mulheres, na região, onde a qual enriqueceu muito e conheci um outro lado da política, a política indígena, a valorização de lutar pelo direitos dos povos indígenas, e comecei a me envolver já a partir de 92, diretamente, fui secretário da Organização Indígena, da UNI-Tefé, é...e onde a qual a gente lutou, em conjunto COPIAR em conjunto com a COIAB, né, que é um movimento maior e o objetivo era lutar pela demarcação das terras indígenas, a gente participou desse movimento. E também em 92 surgiu a educação escolar indígena, então a gente participava do movimento de professores indígenas a nível nacional...

- ANDREZINHO: Mas antes disso, por que tu decidiu...nós temos como qualquer cidadão a oportunidade de ter outros tipos de profissões, né, atuar em várias áreas, por que tu

escolheu...entender a política indígena pra depois...como no teu caso hoje entender a política indígena, qual foi o motivo nessa hora que (03:33 – Inaudível) numa fase de transição de jovem pra adulto...quase, né.

- Eu optei por isso porque, é...houve muita deficiência dos povos indígenas, das próprias lideranças, muitas das vezes ser dizimados, deixa eu dizer assim, dizimados pela política, era...muitos não entendiam...os seus direitos, é, diretamente...porque eu entendi que os não índios matam, matam os índios na escrita, na caneta, né? Eles matam, vamos dizer assim, usam uma palavra, aí eles botam uma palavra diferente aqui e já tá...então eu optei por isso pra defender, pra mobilizar o povo e dizer “ó, tá errado nessa questão aqui” porque muitos não tinham essa oportunidade de buscar e entender a conjuntura política de governo, e eu entendi e eu busquei isso, e assim, pra defender, pra gente não ser mais lesado pela política atual, pela política nacional, né, porque nós temos uma política específica, né, o artigo 231 e 232 da Constituição Federal ele é muito amplo, onde garante o direito da terra, abre espaço pra saúde, educação, mas como você defender isso se você não conhecer?

Então você tem que conhecer primeiramente essa política indigenista, que a gente mesmo participou disso, então a gente hoje, a gente partiu pra isso...eu foi uma opção que eu até hoje eu garanto que isso, hoje, eu não tenho, deixa eu dizer assim, dúvidas, que se a gente não conhecer os nossos direitos não vamos sempre ser dizimados por uma legislação que surge a toda hora emenda constitucional, é...projeto de...portaria, por, deixa eu dizer assim, estadual e municipal, tudo isso vem surgindo, isso muitas das vez não é em consonância coma lei maior do país, mas sempre pensam assim, os prefeitos fazem, aí coloca umas palavras que muitas vezes a gente não entende e muita gente fica...despercebidamente a gente vai, é...vendendo a nossa política, dizimando a nossa política que nós já garantimos a partir de 88 pra cá, então um dos objetivos hoje, eu aprofundi muito essa política...não sou formado em parte jurídica mas conheço a legislação hoje, né, especificamente da questão indígena de todos os níveis, quando eu digo hoje, tanto educação, saúde, questões do código civil brasileiro...eu lidou com isso hoje, já há quatro anos dentro da FUNAI, eu lidou com isso.

- Dos anos 80 pra cá, eu vejo que é...a partir da Carta Magna de 88, e o artigo 231, é...ele abriu espaço e hoje foi garantido no artigo 231, no artigo 232 que é a lei da educação, né, artigo 215, que é direito à manifestações culturais e tudo, é...isso, garantiu isso, e que abriu espaço pra criação da lei 9394 da educação, a lei Sergio Arouca que é da saúde indígena, então, né, houve essa, esse espaço grande que foi conquistado e foi conquistado com a anuência do povo indígena, né, com a participação do povo indígena...

- ANDREZINHO: Porque antes existia uma política de Estado de extermínio né, logo no início da colonização...

- É, é, porque no início né, da colonização houve diferença, a partir de 88 né...

- Depois de assimilação, nos anos...até 71 e depois vem a constituição, de uma nova forma...

- A Constituição de 88 que garantiu esse espaço aos povos indígenas, e a partir, eu digo mesmo assim, a partir de...

- Assimilação e participação, seria pós constituição, né...

[...]

- Então, é...e também uma lei que complementa muito, é a Lei Universal da OIT, né, que hoje tem, que também garante esse espaço, direito à consulta dos povos indígenas, e isso fez com que, por exemplo, a lei 9394 da educação, né, ela foi uma das coisas que nós participamos dessa, né, dessa discussão. A lei da saúde indígena, né, também nós participamos dessas discussões, criou-se os distritos, criou tudo, entendeu? Então isso foi uma das coisas assim que a gente vê que hoje, é, a partir de 88, é...foram conquistadas, né, e que muitas leis para os povos indígenas ficaram desconhecidas... e que nós tamos...e tem muitos, né?

3.2- Sobre ser liderança

Nos diálogos com as lideranças indígenas, passei a compreender que o seu pensamento sobre como atuavam dizia respeito também às expectativas do campo político em que estavam inseridos. Portanto, ao se conceber como "liderança" estavam dizendo muito mais do que dando sua visão pessoal de si mesmo, isto porque estavam lidando também com as expectativas do próprio campo político de sua atuação:

Não só o CIMI, mas também outras entidades de apoio à causa indígena, investiram politicamente e financeiramente em alguns índios, no sentido de projetá-los como grandes líderes do movimento indígena. A projeção desses líderes na história do movimento teve tempo e lugar marcados, em parte, por esse apoio que recebiam das entidades. Daniel Paresí, Álvaro Tukano, Mário Juruna; Domingos Terena, Marcos Terena, Marçal Tupã-y e Ailton Krenak tiveram momentos e espaços políticos diferentes para se destacarem enquanto líderes indígenas de reconhecimento nacional. Cada possui uma trajetória específica no movimento indígena, vinculada à sua biografia pessoal, à biografia de seu povo e também ao seu relacionamento com os segmentos da sociedade brasileira (incluindo entidades e membros de categorias profissionais que apoiam a causa indígena). Líderes indígenas que estiveram à frente das primeiras assembleias foram substituídos por outros no movimento indígena, no decorrer do processo. Daniel Paresí, por exemplo, deixou de ocupar o lugar de destaque de liderança indígena nacional, substituído por Domingos e Marcos Terena. A projeção desses líderes na história do movimento teve tempo e lugar marcados, em parte, por esse apoio que recebiam das entidades. Daniel Paresí, Álvaro Tukano, Mário Juruna; Domingos Terena, Marcos Terena, Marçal Tupã-y e Ailton Krenak tiveram momentos e espaços políticos diferentes para se destacarem enquanto líderes indígenas de reconhecimento nacional. Cada possui uma trajetória específica no movimento indígena, vinculada à sua biografia pessoal, à biografia de seu povo e também ao seu relacionamento com os segmentos da sociedade brasileira (incluindo entidades e membros de categorias profissionais que apoiam a causa indígena). Líderes indígenas que estiveram à frente das primeiras assembleias foram substituídos por outros no movimento indígena, no decorrer do processo. Daniel Paresí, por exemplo, deixou de ocupar o lugar de destaque de liderança indígena nacional, substituído por Domingos e Marcos Terena. mais recentemente, os Kayapó. É importante observar que não foi apenas a pessoa dos líderes que se destacava como personagem de relevância em determinados períodos da história do movimento indígena brasileiro. Os grupos indígenas também se revezavam no papel de sujeitos políticos mais atuantes no processo de resistência à dominação da sociedade nacional. Primeiro, foram os Terena, depois os Xavante e, mais recentemente, os Kayapó. (ORTOLAN MATOS, 1997, p. 128).

LIDERANÇA "A"

- ANDREZINHO: Então pra hoje com toda esses problemas. Como o senhor acha que deve ser uma liderança Indígena na atualidade? Pra lidar com todo esse problema interno e externo que é o governo, Estado e tudo mais, como é que o Sr. vê isso? E não pode ser qualquer pessoa, né, porque todo mundo quer se ser liderança, e não é, né..!?

- É! Todo mundo aqui quer ser. A gente tá vendo que em pessoa que quer ser liderança e não sabe pra onde que vai o que ele deve fazer, como se comportar, qual o papel de cada um, isso aí eles não sabem. Tem vez que eles querem fazer o eles querem, fazer o que eles pensam, o que eles querem, mas não é... Aí lá pela frente se atropela. Até eu falei uma reunião que eu fui que aqui no Médio Solimões, já teve (inaudível), outra que não lembro o nome, e tudo se acabou, porque? Porque ninguém sabe qual é o objetivo e nem conhece a política, aí se acaba, aí vem pra UNIPI/MSA, tá.

LIDERANÇA "B"

- ANDREZINHO: então qual seria o perfil de novos líderes tanto para o movimento indígena, primeiro, e depois para esses locais de assumir essas políticas de estado.

- bem, é, Andrezinho, para mim, sempre nós discutimos assim, dependendo da instância que for, que vai assumir, tem que ter noção, ele tem que ter noção dos 3 pontos mesmos. Ele tem que ter noção do que que é....primeiro, ele que sentir indígena, tem que ser índio.

- ANDREZINHO: tem que conhecer o movimento...

- é da parte indígena. Depois ele tem que conhecer da parte não indígena, que é parte política social, um pouco do administrativo, o administrativo é que está acabando com nós, como sempre nós estamos olhando, por que.. E a parte jurídica que a gente precisa também nós somos devagar, e aí é quase dentro daquela esfera hoje de governo. Nós temos que ter esse conhecimento também das 3 esferas legislativa, executiva e judiciário. A gente sente a necessidade para poder acompanhar esse pessoal. Às vezes o que acontece, a gente vai e indica é uma boa liderança, mas liderança em termos só de política, um bom político e tal discurso, mas ele não tem cultura, não tem uma base, como se diz, para que ele possa nortear aquela política que ele está fazendo, ele não tem noção. Ai vem, aí entra o branco nessa hora, aí o branco faz a parte que o índio não entende e aí faz do jeito dele.. Ai o índio tenta executar, tenta fazer aquela política dentro do pensamento do branco. Eu vejo assim que hoje o perfil do indígena que vai...do indígena que pode melhorar tem que ter esse conhecimento das esferas do governo, ter noção de como ele vai agir para cada uma esfera dessas. Não é que ele vai ser um prefeito e ser um vereador, não, ele tem que conhecer essa parte aí para poder a gente aqui fazer o balanço também.

- ANDREZINHO: por exemplo, os jovens que estão se formando no nível superior, eles tem que estar envolvidos na política hoje, conhecer o movimento.

- conhecer o movimento indígena e conhecer o lado do governo.

LIDERANÇA "D"

-ANDREZINHO: Então como que você definiria hoje, no perfil das lideranças, não sei quantas gerações, vem o pessoal que iniciou, depois chega até nós aqui, como você definiria isso?

- Então como eu falei, nós estamos num processo sempre de movimentação, né? As gerações, o tempo ele passa e a gente precisa também tá acompanhando esse tempo, mas nesse processo de luta, esse processo mesmo de, de também, de valorizar, de nos valorizar, de nos identificar, é muito perigoso diante dessa conjuntura que vem tendo as lideranças, vem surgindo e ressurgindo lideranças, os índios ressurgidos.

- (01:06:58 – inaudível) que não precisam, por exemplo, de aval de organização, né?
- Não.

Preocupação com novas estratégias do agronegócio

- ANDREZINHO: Eles se legitimam de outra forma, né, por exemplo, ou dependendo, não se legitima mas é.
- A bancada ruralista hoje, ela tem o seu conselho de caciques. Isso é perigoso pra gente.
- ANDREZINHO: Isso eu não tava sabendo.
- Tem. No próprio Mato Grosso do Sul, que é onde se concentra a nata do agronegócio, se pega Mato Grosso do Sul, Mato Grosso que já se vem pra Rondônia, lá para tentar deslegitimar tanto a (01:07:32 – inaudível) e o Conselho Terena, foi criado um conselho de caciques. Só que esses caciques nem todos são caciques, eu não posso falar...
- ANDREZINHO: Pensei que só em Roraima, que tinha o tal da Conselho de caciques.
- Não, mas esse conselho de caciques, André, quem criou foram os fazendeiros, entendeu? Não é o meio legal do Estado que legitima, o RANI (Registro Administrativo de Nascimento de Índio - FUNAI)
- Por exemplo, aqui no estado do Amazonas, é polêmico, né, porque a própria COIAB aqui ela não tá, e não é o nosso papel falar quem é indígena e quem deixa de ser indígena, a sua comunidade que te reconhece, e se a comunidade te reconhece, você pertence àquela comunidade, você não precisa nem de RANI pra dizer que você é indígena, RANI é outra coisa que criaram não sei pra que, pra ter (01:08:23 - inaudível), minha mãe mesmo fala “não preciso de RANI, é só olhar na minha cara”, né, sabe, vai lá na minha comunidade, todo mundo me conhece, eu sei da onde eu vim e quem eu sou, então o próprio RANI é uma questão que não sei se tá nos teus estudos mas que a comunidade ela precisa te reconhecer, porque toda pessoa ela veio de algum lugar, e nós nascemos nas nossas comunidades. Seus avós, suas lideranças, elas sabem que o André Cruz é filho do seu André, uma grande liderança ali de Tefé, então nós conhecemos a nossa história, e por onde a gente passa a gente deixa o nosso rastro e o nosso legado, então não é papel de nenhuma organização indígena de dizer quem é ou deixa de ser indígena, mas essas lideranças ressurgidas que chamam, pra gente também tá pensando porque muitas delas, elas são o que a gente fala no contexto dessa visão, que são criadas, por algum político partidário, por algum segmento, que são divergentes à nós. Então quem que vem, e já tentaram deslegitimar...
- O Amazonas aí é um exemplo...
- Deslegitimar a própria COIAB, falar que a COIAB não é legítima, a COIAB tem um histórico, ninguém pode ficar falando que a COIAB...entendeu? Isso é, sinceramente, como diz minha vó, “é o fim do mundo”. Então a gente precisa ter muito cuidado com esses índios ressurgidos e com essas ditas lideranças que se autodeclaram lideranças sem o reconhecimento de sua comunidade. Então a gente precisa ter cuidado com isso.

[...]

- Mas a liderança de hoje, ela não é diferente da liderança de antes. Mas com um pequeno detalhe, as nossas lideranças, que lutaram, que muitos não sabiam falar e escrever o português, conseguiram duas armas fundamentais pra gente que são os artigos na constituição, e nós que hoje além de já entender e escrever o português, mas nós já temos um curso de graduação, um mestrado, né, seu André, nós também temos o dever de tá lutando né, junto com as nossas organizações e ouvindo as nossas lideranças tradicionais, então, a liderança de hoje ela precisa saber ouvir, porque tem pessoas que escutam mas elas não sabem ouvir. Então é de ter esse entendimento, você precisa saber ouvir, precisa saber entender, ouvir e assimilar o que que o outro tá querendo te passar, pra gente poder também repassar o melhor que a gente precisa, pro nosso território, pra nossa organização. Então você precisa saber

ouvir. As lideranças de hoje, elas tem também muito mais facilidade, na própria parte da comunicação, no ir e vir, que antes não se tinha. Mas nós não deixamos de ser liderança. E a gente sabe que todos, André, seja na comunidade, saindo da sua comunidade, vindo pro mundo acadêmico, pro mundo da organização, ou seja, pra esse mundo da sociedade civil, a gente precisa sempre também ter conosco o dever de tá protegendo e defendendo o nosso território e a nossa comunidade, então a gente precisa tá levando isso conosco, mas precisa ter cuidado com essas lideranças aí que tão surgindo, os ressurgidos, os criadas...

- ANDREZINHO: Né, eu vi uma coisa que eu nunca ia ver aqui né, entre nós aqui, né, foi naquele evento do Primeiro Encontro de Lideranças ali no XARE.

- Eu não fui...quando eu tava indo eu passei mal, fiquei internada dois dias.

-ANDREZINHO: Ali eu vi que o negócio realmente tinha...era outro cenário. Sem respeito à quem estava lá né, inclusive as maiores lideranças do Amazonas estavam lá e os caras bagunçaram mesmo...

[...]

- Aí é um ponto que a gente precisa tá trazendo que é justamente, dos espaços. Então, os indígenas que vem pra cidade, os índios que surgem na cidade, porque muitos vem para a cidade e outros surgem na cidade, eles não podem ter uma voz maior do quem vem da base, então liderança que é liderança não precisa gritar, nós não somos surdos. Pra gente ser ouvido, a gente não precisa gritar, a gente não precisa bater na mesa, né? É por isso que eu falo, a gente precisa saber ouvir. A gente não precisa gritar, a gente não precisa partir pra esse lado de ofensas, isso não é ser liderança, isso não é você pensar no coletivo, as pessoas quando chegam nesse ponto, porque só pensam em si, no individual. E isso acaba também trazendo outras consequências, da gente não avançar, né, enquanto movimento indígena. Você pode ver, alguém precisa sempre recuar, por isso que os índios, as lideranças que vem pra cidade e as que surgem na cidade, a gente precisa ter muito cuidado, com os que surgem.

3.3- Representatividade e Participação no Estado

Minha conversa sobre representatividade com as lideranças da COIAB confirmou a compreensão da antropóloga Maria Helena Ortolan Matos (1997) quanto à necessidade de ter compreensão deste conceito político dentro do próprio processo de constituição do movimento indígena:

No entanto, precisamos considerar que o significado da representatividade dos líderes indígenas faz parte do próprio processo de constituição do movimento indígena, o que nos remete a mais algumas observações sobre esse tema. Ou seja, a representatividade de um líder indígena não tem a mesma conotação daquela que é estabelecida, geralmente, na sociedade nacional. A não compreensão desse fato levou tanto o Estado brasileiro como também as entidades civis de apoio a cometerem equívocos nas suas relações com esse tipo de liderança. Acompanhando a trajetória do movimento indígena, desde a década de 70 até os anos mais recentes, observa-se que não há uma delegação total de poder por parte das comunidades à pessoa do líder, isto é, elas não outorgam ao seu representante um poder plenamente autônomo de decidir sobre o destino dos grupos representados (AZEVEDO e ORTOLAN MATOS, 1992). O que geralmente as comunidades delegam aos seus líderes é um poder de exercer determinadas funções no contexto das relações interétnicas. No entanto, por ainda não haver normas pré-determinadas pelo próprio movimento sobre a definição de suas lideranças, sobretudo se considerarmos a

década de 70, alguns líderes indígenas sustentam sua representatividade por serem reconhecidos como tal pela sociedade brasileira (através de seus vários segmentos) e/ou pelo Estado nacional.

Com relação à participação nos espaços de tomadas de decisões ou de implementação de políticas públicas, Gersem Luciano (Baniwa) (2011) nos faz pensar sobre o problema de interpretação e finalidade entre o Estado e os povos indígenas:

Posso sugerir a partir das experiências pessoais que relações dos povos indígenas com o Estado brasileiro estão longe de ser construtivas, considerando-se as diferentes perspectivas desenhadas pelos atores envolvidos de ambos os lados. Isto porque, se por um lado, os povos indígenas idealizam uma realidade de difícil concretização quando seus membros conseguem chegar a algum espaço de participação nos espaços de tomadas de decisões ou de implementação de políticas públicas, por outro lado, os dirigentes estatais desenharam outra realidade quando aceitam que lideranças indígenas ocupem algumas funções gerenciais no âmbito das estruturas administrativas do Estado. Os povos indígenas entendem que por meio de seus membros nos espaços de governo podem mudar e adequar os instrumentos do Estado para atendimento de seus direitos e interesses, enquanto que os agentes de Estado entendem que os indígenas devem ajudar a convencer os seus parentes de que precisam se enquadrar na lógica do Estado como forma de facilitar a implementação das ações e políticas do Estado e dos governos. (LUCIANO (BANIWA), 2011: p.30).

LIDERANÇA "A"

- ANDREZINHO: Como o senhor observa a atuação das instituições do governo que tratam de políticas públicas para os povos indígenas, após atuação das organizações indígenas como gestoras das políticas (ex: SESAI, FUNAI, MMA)?

- A gente vê que a FUNASA que hoje SESAI, a situação tá diferente de que quando eu assumi, assumi a coordenação da saúde, a UNI-Tefé conveniada nos anos 1999 pra cá. Então hoje, naquele tempo até 2004, tava bonito, tava bom, né. Depois de 2004, para cá, o negócio foi arruinando porque passou pra mão dos políticos, aí passou para as prefeituras e hoje nós temos vendo que a situação tá sendo ruim, tá ruim, porque tá na mão dos políticos e não está chegando, como se diz a situação de necessidade nas comunidades indígenas, só atende os políticos mesmo. Aqui em Tefé, não tem medicamentos, não tem dinheiro para comprar medicamentos e foi diminuído os combustíveis, e sei que tá feio aqui em Tefé. A situação tá muito mal.

- ANDREZINHO: Porque se dizia que era culpa dos indígenas que não sabiam administrar os recursos, por isso que teria que voltar para a mão dos brancos, não é?

- Até agora quando estive na SESAI (ele tinha ido a sede da SESAI neste dia - tratamento) falaram, naquele tempo era mais fácil. Três funcionários falaram que trabalhavam naquele tempo falaram que era mais fácil e hoje, ninguém sabe quem e da direção, o pessoal se atrapalha e “afinda” (acaba) não tendo nada e muitas vezes cobram do funcionário e não tem como fazer porque precisa transporte, alimentação. Naquele falaram assim, naquele tempo tinha ..., como que chama o negócio da alimentação!

- ANDREZINHO: auxílio ou ticket alimentação?

- É agora não tem não! Foi isso que me falaram agora mesmo quando eu estive lá, sobre essa situação. Não melhorando nada saindo da mão dos índios e indo pra mão dos brancos, não melhorou nada, só piorou.

-ANDREZINHO: E a atuação da FUNAI hoje? O que mudou com a troca de Coordenação Regional e Coordenação Técnica Local? Antes era PIN e ADR.

- Pois é. A situação até três anos atrás estava melhor, depois que entrou um índio lá em Tabatinga que foi, como é que chama... a jurisdição da coordenação regional que saiu de Manaus para Tabatinga e aí ficou ruim. Durante dois anos trabalhamos bem, na coordenação do Ismael Tikuna, nós era uma equipe de comitê gestor que sentava para planejar juntos as atividades, durante três anos foi bom, ia bem, depois saiu da mão de Manaus para Tabatinga, aí piorou tudo, nós não temos nem comunicação, e três quatro dias para se comunicar com a coordenadora atual, até o coordenador técnico local tem essa dificuldade.

- ANDREZINHO: E, e a politicagem que está acabando com a Funai, o que é isso que prejudica a atuação da Funai ou são problemas internos ou do governo em si?

- Eu perguntei de lá de Manaus se estava acontecendo também isso lá, não. Não! Não é nível de Brasil, é nível local aqui em Tefé, e grupo, grupinho que a atual coordenadora que entrou, e escuta muita fofoca.(.....) Eu falei pra ela que nunca vi membro da Funai denunciar de índio, se não tivesse índio não tinha Funai, falei pra ela isso. Tô achando diferente sua gestão, nos não vamos aceitar certas coisas que tá acontecendo. O que nós queremos e que a Funai funcione e aqui a CTL não esta funcionando a parte social por conta de fofoca, porque está suspenso só aqui, em outros lugares está funcionando normalmente. Ai ela disse, ah mais tá sendo apurado! E essa apuração que eu quero e traga o documento, o comprovante destes documentos e nunca mais ela apareceu, nunca mais me atendeu. Eu ligo, quero falar com ela, mas ela não me atende.

- Pois é, quando tava pra Manaus...até aqui mesmo tá os parentes lá do Jutai, Chico Romão, o Chico Caju ...quando tava pra Manaus, tava melhor. Nós resolvia as coisas, depois que passou para Tabatinga, aí estragou tudo. Sei que tá assim, assim que esta acontecendo.

[,,,]

ANDREZINHO Hum...Assim que é né, em todo lugar tem esse problema de representatividade. Como o senhor avalia a atuação das lideranças indígenas com funções no governo? Esses espaços são importantes para a política do movimento?

-Eu vejo isso aí assim. A gente tá aproveitando uma parte, que o governo manda e o índio lá meio, como se diz ...tem que olhar o nosso lado. Como eu sempre digo, tem que aprender os dois lados, o lado da política Indígena e lado nada política indigenista, isso aí que nós queremos. No momento que eu tô vendo, é...eu avalio como 70% que nós temos professores agora se formando 62 professores, essa parte de educação, eu tô achando bom, olha!...tem muita gente vindo aqui pra fazer teste na UEA, UFAM e o movimento tá bonito. Tem várias conquistas na área da educação. Agora vocês como estão lá na coordenação, tem que olhar esses lados aí, até onde é papel do governo, até onde nós podemos tá, como se diz, orientando o governo e o governo orientando nós, pra não ter atrito entre o movimento indígena e indigenista.

[...]

- ANDREZINHO: Por que uma das críticas sobre nós que atuamos no governo é isso, né, as vezes você entra na estrutura do governo e você se torna diretamente funcionário do governo e já esqueci a parte Indígena, né. E como fazer pra mediar isso?

-É como eu sempre digo, eu entrei na COIAB em 93 e passei por vários pontos aí, garimpeiros, foi morto 14 Yanomami. Naquele tempo do massacre do capacete, eu tive duas audiências sobre a morte dos índios lá do Alto Solimões, e assim chegou a..? Como se diz? A orientar os nossos parentes e dizer que nós precisava de saber até onde, de até onde vai o nosso papel, até onde vai o nosso poder, a nossa política indígena.

- Quem entrou junto comigo que já tava lá, saiu e muitas vezes eu já tava lá, e ainda briguei um pouco com os parentes, mas uma briga social bem dizer, mas ainda cheguei até hoje está aqui. Mas o que eu vejo que nós precisa segurar a nossa história, o histórico. Até hoje quando vou nas audiências eu falo do histórico do movimento indígena e também da cultura indígenas. Porque tem várias culturas, vários povos. Tem cultura que 12 anos acima já é adulto e várias culturas que depois de depois de 15 anos aí que vai começar, como se diz...? Ser mãe e pai de família. Olha aí no Acre, tem povo que menina de 10 anos já pode casar e nos Tikuna também e isso às vezes, a lei do Estado não ampara e não respeita o modo de viver Indígena e assim por diante, sempre falo isso. Ninguém é igual e a política Indígena é desse jeito, aqui acolá, cada qual tem sua cultura, então ninguém pode...Ah o índio eu quero que o Ticuna faça assim como Kambeba, ninguém pode falar isso cada qual tem a sua cultura.

- ANDREZINHO: Será que o movimento indígena em geral só está preocupada com as agendas externas e se se afastou da realidade das aldeias? Ser que isso acontece? APIB, COIAB, UNIPI/MSA..

- Eu acho que não. As organizações indígenas não se afastaram da realidade e demandas das aldeias. Pelo que tô vendo nós tamo em comunicação, tem orientação de lá e nós daqui conversa e eu tô achando que não é isso. Não se afastou não, nós tamo é ...como se diz...? Se localizando, se localizando melhor e conhecendo a sociedade melhor. Que o centro de comunicação de tudo é lá e aqui a gente só recebe, se comunica e manda daqui pra lá. Não se afastou não.

[...]

- Pois é então... Aqui na UNIPI/MSA agora nós somos seis, quando eu não posso ir, quando não posso ir a gente nomeia um coordenador pra ir participar, como nós fizemos pra participar dos eventos só FOREEIA, de articulação partidária. Se eu não posso ir tem que eu autorizo.

LIDERANÇA "B"

- Quando iniciou a Uni-Amazonas (Lino Miranha da UNI-Nacional acabou, o grupo do Ailton Krenak, Álvaro Tukano e os Terena que lidavam nacional). Foi criada a UNI-Am, quando acabou a Nacional, existindo por dois anos, quando em uma grande assembleia mudou de UNI-Am para COIAB, neste momento passamos (ELE) a fazer parte como Coordenador de Rodízio (cada organização tinha que ter seu coordenador por 90 dias, fazendo parte da Coordenação). Naquele tempo, a sua família era pequena, não tinha filhos, então ficou 90 dias em Manaus, mas viajando participando de outras atividades, visitando, fazendo trabalhos de base. No CAPOIB depois de nós estar atuando, a COIAB foi avançando, a COIAB teve necessidade de ter uma ligação direta em Brasília e não tinha como poder estar representando direto a COIAB. Então uma maneira de estar facilitando o trabalho se pensou essa política de criar um meio de concentração em Brasília, no qual foi discutida esta questão do CAPOIB. CAPOIB se criou em função de poder esta articulação não só com a COIAB, mas com as outras organizações de outros Estados. Então, fiquei acompanhando isso ai durante dois meses, não fiquei permanente em Brasília, fazendo parte da representação, como era membro da coordenação da diretoria UNI-Tefé, a COIAB me nomeava para participar de eventos e representar e trazer relatório do que tinha acontecido e também poder estar representando a COIAB. Além da representação de base, a gente ia como representante da COIAB, na época. E de lá para cá, esse trabalho político era muito forte, nesse tempo o povo era, digamos assim...não tinha tanta organização, a **partir de 2000 para cá** foi que se criou muitas organizações e foi quando o movimento foi se fragilizando, criou-se grupos de interesses

diferentes, muitas vezes nem sabia o que queria mesmo, a intenção, muitas vezes, não tinha nada a ver com a política do movimento.

- quando era só uma, todo mundo dava força para aquela, era muito forte. depois que dividiu com várias organizações é que o negócio caiu. e isso aí gerou uma grande, quebrou aquela força de poder de estar atuando como deveria, cada qual querendo fazer sua parte sem ter uma consonância com as outras. E aí, isso aí criou aquele individualismo, cada um querendo fazer o melhor, aí começou essa briga política entre os próprios indígenas.

[...]

-ANDREZINHO: qual como você avalia atuação das pessoas que estão à frente do movimento - até vocês aqui na UNIPI. Qual seria a nova forma de articulação já que as reuniões não são mais atrativas?

- eu acredito que no primeiro momento é a gente pode, primeiro momento, e reunir com novas lideranças, quer dizer, e as velhas lideranças, porque hoje nós consideramos a nível de movimento indígena que tem os três tipos de lideranças. Uma vez, eu sempre tenho falado isso aí, agora quando eu assumi em julho do ano passado, em Brasília nós discutimos essa questão aí entre as lideranças indígenas tradicional , política e o de escolaridade, porque hoje nós temos muitas.....

- ANDREZINHO: parte mais técnica....

-é a escolaridade já envolve tudo isso aí, já vem a parte administrativa, coisa assim. E então enquanto não se chegar a um consenso desses três, fazendo essas três ligações, vai ser difícil porque um, por exemplo, o que acontece, o de escolaridade, hoje em dia, ele na verdade acha que a liderança indígena lá da aldeia não tem mais validade, hoje em dia já é outra coisa, que não adianta, que ele não entende, não acompanha a política, eles falam isso. Já hoje as lideranças políticas que são os representantes atuais já também dizem que os de escolaridade só vivem para atrapalhar, não respeita mais, aí tem aquela divergência...

- aí tem as divergências, por isso que estou dizendo que enquanto não tiver um momento, um encontro de discussão para novas estratégias, acredito que é muito difícil. E isso para nós é complicado, por exemplo, até levando em consideração a moral mesmo, como se diz aquele peso político diante à credibilidade, porque a gente vem e fala uma coisa hoje aqui, como sempre disse para o pessoal conversando nas aldeias: por que a gente vem para uma reunião na aldeia e sempre vai falar a mesma coisa. Porque quando a gente chega na aldeia, a gente consulta qual é o problema? Se o problema é aquele, a gente vai falar sobre aquele problema. Não adianta eu vir de fora, falar outra coisa e o problema de vocês não vai adiantar. E como aluno que nunca passa de série, eu disse, eu sempre falo isso, você sai dessa escola, vai para a mesma série e vai ouvir as mesmas coisas, sempre vai ser assim. E aí nós temos esse lado assim que é complicado, se a gente for avaliar. Se, nós colocamos para o pessoal sobre a pec, nunca eu vi os indígenas conquistarem as coisas com facilidade, não. Naquele tempo eu lembro, quando eu entrei, que tinha as 3 instituições, que eu estou esquecido de uma delas, uma delas era o CIMI, NDI, sei se era com s...

- ANDREZINHO: o pessoal que virou o ISA, parece.

- o ISA, parece que era. Então a constituição era interpretada de 3 jeitos. Interpretação ao olhar do CIMI, do ISA e do NDI..

- ANDREZINHO: era o tal de CEDI - centro de documentação...

- ai tinha tudinho aquelas coisas. Ai nós estudávamos aquilo tudo, nós índios íamos escolher ou então tentar resumir parte de um pouquinho de cada um. Ai o que acontecia? Resumindo essas coisas é que nem está agora, se a PEC chegasse a ser aprovada, já era para os índios no brasil. E a mesma coisa sempre a gente era ameaçado dessa forma. E através da luta nós conquistamos...

[...]

ANDREZINHO: ...demarcação também

- Ai o que acontece, há 30 anos não tinha ninguém, não tinha nenhum índio, digamos, pelo menos na nossa região, se tivesse nem dizia que era índio, que tinha nível superior. E cadê agora nós com nível superior, cadê que nós resolvemos as coisas? E naquele tempo sem conhecimento, mas foi resolvido, foram conquistados vários direitos, várias legislações hoje e está aí. E hoje com índio que conhece, diz que conhece, e por que não fica fácil para resolver as coisas da PEC? Não é que é difícil? Sempre tem que analisar esse lado. Sempre a gente vai com muita luta. E tem hora que a gente pensa que vai se acabar tudo, mas não é o final do mundo ainda não.

LIDERANÇA "D"

- Mas a COIAB por ser uma organização criada para esse fim da luta pela garantia dos direitos e pelo bem comum para as futuras gerações, ela tem esse papel fundamental, mas que como o nome já se fala, movimento indígena, a gente sempre tá se adequando à realidade, né? A realidade da conjuntura atual que a gente vem passando. Então o próprio processo de luta da COIAB, e é muito interessante e importante quando você conversa com essas lideranças que fizeram parte do processo de construção, lá na década de 80, da COIAB, de pensar o que se pensou quando se criou a COIAB, qual foi o objetivo principal da criação da COIAB. Primeiro, como se conseguiu os dois artigos na Constituição, o 231 e o 232, foi de lutar, pelas demarcações das terras e que nós ainda estamos até hoje, apesar de 80% das terras demarcadas do Brasil serem na Amazônia, nós ainda têm muita terra pra ser demarcada na Amazônia, né? E os conflitos eles estão crescendo, cada vez mais, aqui na Amazônia porque a própria barreira da agricultura, barreira econômica, ela vem crescendo para a Amazônia, né? Então, onde há esses interesses econômicos, não se demarca terra, tem essa dificuldade e o próprio país hoje não se quer, né? Não se quer demarcar nenhuma...não é politicamente, não é economicamente viável, não é interessante, né, que se demarque terras nesses locais onde se tem já em vista um grande empreendimento. Mas era pela própria política de demarcação das terras indígenas, por uma saúde diferenciada e de qualidade e educação diferenciada e de qualidade com contratação de professores indígenas. Então, a gente avançou? Nós avançamos. Mas avançou-se pouco. Porque por mais que já se tem uma grande parcela de terras demarcadas, mas e aí? O que se fazer agora com essas terras demarcadas, né? Então vem a própria...quando se veio a própria discussão da criação da política da PNGATI. Então, todos esses programas, essas políticas voltadas não somente pra Amazônia, mas que acaba tendo esse aparato visionário para todos os povos indígenas do Brasil, a COIAB ela tem o papel importante de tá à frente, de tá puxando as discussões para que se vire políticas públicas essas iniciativas, dentro não só da Amazônia mas para os povos indígenas. Então hoje tem a SESAI, que foi uma discussão do movimento indígena, mas puxado pela Amazônia, pelas lideranças da COIAB que se pensou numa saúde diferenciada, uma saúde de qualidade onde a gente não precisasse sair das nossas aldeias para ter um atendimento de qualidade, a gente ainda não chegou ao ideal, mas a gente sabe também, que o movimento indígena, a gente tem o papel primordial que é de fiscalizar, que é o nosso principal papel como cidadão, qualquer cidadão ele precisa fazer essa fiscalização, né, pra que as políticas públicas...para que o recurso seja aplicado de forma honesta, que a gente vê muito desvio aí. Se você for fazer um comparativo do recurso que se iniciou para as políticas voltadas pra saúde indígena, como era antes quando se iniciou, a implantação dos distritos sanitários especial indígena em 2000 e como os valores eles tem triplicado...

- ANDREZINHO: Tem aumentado?

- Então, aumentou três vezes, quatro vezes e a gente não vê isso lá na ponta, né...
- Achei que tivesse diminuído.
- ANDREZINHO: E não é uma má gestão nossa, né? Mas a gente precisa tá fazendo a parte do controle social que é o nosso papel. Então...
- ANDREZINHO: Tem alguém lá na COIAB, da COIAB lá, de movimento indígena lá? Na saúde?
- É.
- Tem, hoje tem, que é uma outra coisa que é importante falar dos papéis né, que a própria construção, a iniciativa de se ter uma saúde diferenciada, mas de se ter uma secretaria especial para isso, que quando foi criada a SESAI...e o próprio governo ele nos fragmenta, né, antes se falava de...quando se tratava de índios, era com a FUNAI. E depois da década de 70, começou a descentralizar, a educação ficou como responsabilidade do MEC, a parte de vigilância sanitária foi pra FUNASA, e a parte de fiscalização territorial é que ficou com a FUNAI, então da mesma forma que foi dividida, dentro do movimento indígena começou a se ter também essa fragmentação, o movimento indígena como um todo ele luta pela garantia do direito, pra se ter uma política pública, pra se ter uma política, né? Pra esse fim, mas que hoje a gente vê, que quando foi criado o Fórum dos Presidentes do CONDISI, se falar de saúde não é a COIAB, não é o movimento indígena, são as organizações que tem que, que precisam tá discutindo mas se não for, que não é legítimo se não seja dentro dos conselhos distritais. Mas o que que é o conselho distrital? Somos nós. Então a gente não pode fazer, de ter esse divisor de água, né? Então dentro do Fórum dos Presidentes do CONDISI nós lutamos muito entre nós mesmos, entre os parentes, pra se enxergar que a luta é de todos nós. Então dentro do Fórum dos Presidentes do CONDISI, onde cada presidente que faz parte desse Fórum, a articulação dos povos indígenas do Brasil, a PIB, ela tem assento, que são cinco pessoas. Por que cinco? Porque são justamente uma cada região, então tem uma pela região da Amazônia, outra pela região do Nordeste que é APOIME, outra pela região do sul que é a ARPINSUL, ARPIR-SUDESTE, Conselho Terena, ou seja, pra se ter uma força a nível nacional ficou como um assento da articulação dos povos indígenas do Brasil com cinco lideranças, que são uma de cada região. Hoje quem está nesse assento é o Marivelton Baré, né, como titular, e que vem acompanhando essas discussões e repassando aqui não só pra COIAB mas também pras nossas organizações, a gente tá tendo essa discussão. Na próxima semana vai ter a própria, esse ano, vai ter a Conferência Nacional de Saúde...

[...]

- Olha, no congresso, no Estado brasileiro quem manda é o dinheiro, é quem tá com o dinheiro hoje é o agronegócio, não adianta. É o agronegócio, então quem dita são eles. O Brasil ele tá tão sem vergonha, sabe, então não tem vergonha na cara. Nós que temos vergonha, mas eles não tem vergonha não. A lei tá lá, a lei não serve pra nós, a própria constituição ela é muito clara, mas ela não serve pra nós, né, então eles acabam tentando burlar a lei através de medidas provisórias, através de emendas parlamentares e até de projetos Jabutis que a gente chama, onde, coisa que não tem nada a ver, como por exemplo, aqui, com a emenda, o projeto de lei de Roraima devido essa crise econômica na Venezuela, eles foram criar um projeto de lei pra essa, pra conter essa questão da entrada de muitos migrantes no Brasil e onde lá que não tinha nada a ver, lá tinha um artigo falando um pouco sobre a própria questão do Marco Temporal, então é a PEC 215, onde eles depois colocam outro nome, o próprio Marco Temporal, a portaria 001 da AGU, eles sempre tentam fazer com que deslegitimem esse processo de reconhecimento dos territórios indígenas, se colocar o Marco Temporal de se dizer que a gente só tem direito ao usufruto, que é nosso, do nosso território se a gente tivesse lá na promulgação da constituição e esquecem que a gente na década de 70 quando o Estado brasileiro ele colocou o lema “Integrar para não Entregar”, onde nesse

processo de integração da Amazônia muitos povos foram retirados dos seus territórios e foram removidos para outros locais, sem eles serem consultados, sem terem o direito de dizer “eu quero ir”, “não quero”, simplesmente eles foram enxotados dos seus territórios e aí vem querer falar de Marco Temporal? Sabe, dá raiva. Dá raiva, né, então é todo um trabalho que a gente precisa ter de informação pra gente poder tá defendendo os nossos direitos de dizer não, e muitas vezes, muitas vezes não, o próprio papel da COIAB, que a gente não conversa, não dialoga só com quem é a favor dos povos indígenas mas principalmente com quem é contra, e o simples fato da gente aceitar dialogar não quer dizer que a gente está dizendo um sim, a gente dialoga, a gente conversa que é pra gente pode colocar os nossos posicionamentos. Então, esse é o papel também da organização indígena, de enfrentamento, de pressão política, de ir lá e fazer o enfrentamento, e quando se faz o enfrentamento, quando você vai conversar, você não tá dizendo assim, você não tá vendendo direitos, né, a gente tá ali realmente lutando para a garantia dos direitos. É muito, muito trabalho.

LIDERANÇA "C"

- Então, dentro dessa tua trajetória, como é que tu analisa essa política de início quando tu começou a entender a política indígena pra depois quando foi a fase da aproximação nossa com o Estado...como é que foi essa primeira parte, quando havia um embate quase que direto com o Estado, sem ter muito dialogo com o Estado?

- Primeiro momento assim que a gente viu, é...a partir de...de eu acho que na década de 95, 97 que a gente optou pela uma criação, primeiro de educação, criação de uma política...criação dos núcleos de educação escolar indígena nos municípios, e onde também surgiu em 2000 os distritos especiais indígenas, entendeu? Aí, muitos...o embate maior foi esse...a lei tava lá, mas...desde 99 a lei tava lá mas não saia do papel, então esperando que o estado brasileiro reconhecesse isso e que a lei tava no papel mas eles não tão...então um dos primeiros passos que a gente, assim, a gente começou a cobrar foi a legislação ser cumprida, cumprir as ações né, porque tava lá na legislação, mas tava lá arquivada, ninguém fazia, o governo do estado dizia que aqui no estado do Amazonas não existia índio, e também assim é a questão da saúde indígena, a saúde indígena criamos...participamos da discussão sobre distrito especial indígena, né, e uma política voltada, de atendimento à saúde especificamente, né, então tudo isso assim a gente...o primeiro embate com o governo foi essa adequação, que durou tempos, quando eu digo, até agora ainda não tá bem, os DSEI. Os DSEI a gente vem abraçando várias problemáticas, deficiência de por exemplo, o embate que aconteceu com a saúde, o movimento indígena ele articulava o que? Manter a sua cultura tradicional, os remédios tradicionais, valorização dos pajés, das coisas mais voltadas ao povo indígena, quando chega a política de saúde indígena, com pessoas de fora, com enfermeiro de fora, técnicos de enfermagem formado não sei aonde, então isso, quer dizer, fez com que o índio deixasse a sua cultura e dizer “agora não quero mais o medicamento caseiro, eu quero mais a...o remédio alopático que ele...” tá entendendo? Então são coisas desse tipo assim que mudou, e foi o primeiro embate, lá nas áreas foi isso, a gente viu muito isso e que isso mudou muito, hoje tem muitos índios que não sabem mais ser...usar seu medicamento tradicional se não for...se a SESAI não tiver o remédio aí vai ficar com febre e vai ficar até o final, né, não sabe mais o medicamento que cura malária, não sabe mais o medicamento pra tomar pra diarreia, não sabe mais, só precisa do remédio alopático.

Então são coisas desse tipo assim que (15:14 – Inaudível) e assim, é... com relação à educação, eu acho que houve um embate interno até nas aldeias que muitos dizem assim que a própria educação escolar indígena ela, os próprios professores pelo que a gente observa, observou, no início, os professores não tinham categoria, né...não eram reconhecidos como professor indígena...é...eles davam aula voluntariamente, eles não eram...eram discriminados

pelos governantes dos municípios, tudo isso, né, com a criação do CEEI, Conselho de Educação Escolar Indígena, até normatizar essas escolas...a criação da categoria do professor indígena, isso fez com que os próprios professores tivessem seu valor mas nessa linha, que muitos da própria comunidade não valorizou o professor indígena, aí ficou muitas vezes desvalorizado há muito tempo. Hoje que a gente vê já, hoje a gente vê através da sala de aula, os professores que já estão no... através dos próprios projetos (16:25 – Inaudível) e da UFAM hoje, de formação, já vem muitos falar nas escolas, temas transversais nas escolas, valorizar a cultura...Mas antes não, era muito atrelado ao, à grade curricular nacional, né, vinha lá de fora e era imposto nas aldeias. Então acho que essa é uma das problemáticas que veio é...com a política de educação escolar indígena, que muitos não participaram dessa discussão, né, porque assim, o que que acontece? Muitos dizem assim “eu sou índio” mas só o ser índio...eu sou índio, sou professor indígena, mas ele não tem conhecimento da política da educação escolar indígena, como que ele vai fazer? Porque eu vejo assim, eu aprendi muito...hoje eu to na coordenação técnica, quem vai fazer a diferença lá dentro é você, né...se você não entende uma política voltada ao interesse do povo, especificamente, você vai tratar como diz o...vem e diz, “ó, a política é assim”, tu vai fazer daquele jeito porque tu não sabe. Não é como eu, eu digo hoje eu não tenho nenhuma dúvida alguma de que eu tô aí pra mediar questões referente ao povo indígena, ao povo indígena porque eu tô sabendo que eu tô aí em defesa do povo indígena e que muitos não tem essa, esse conhecimento...

- ANDREZINHO: Tem uma diferença entre duas formas de política, uma...teria uma formação e outra de execução por exemplo.

- É, é, uma...olha assim por exemplo, é eu tenho claro hoje o que que é a política indígena, né, quando você lida lá na aldeia e que você traz aí, o que eu faço nisso? Eu vou defender uma política indígena, mas junto com a política indigenista porque as duas andam juntas, a política indigenista ela é de garantir o direito do índio, e o índio, muita gente confunde, algumas pessoas de gestão, de...coordenadores, que seja, por exemplo de saúde e nós como da FUNAI, dizer assim: ah, o índio vem valente, cobrando, você vai também querer...é, não aceita, ah, não é assim e tal, então você não tá entendendo que ele tá trazendo uma política indígena que deve ser alimentada por uma política indigenista pra transformar isso em uma ação, que vai suprir aquela necessidade do povo que tá...e hoje com a carência que a FUNAI tem a gente trabalha mais nessa linha né, de orientações...tanto na saúde, na educação, como é um órgão de fiscalização, a FUNAI, hoje, ela tem mais ou menos essa linha “ó, tu tá errado...não é assim que tu tem que cobrar o distrito, cobre desse jeito”, a demarcação de terras hoje, vocês tem que mandar documento pra FUNAI aqui, a gente encaminhar e ver de que forma tá essa questão dos processos e tal, tudo isso é uma questão que vem. A gente hoje tem isso claro, que a política indígena só funciona...só vai funcionar a política indigenista se a base cobrar. Se a base não cobra...então eu vou acreditar que tá tudo bem lá. Porque não chegou aqui (19:29 – Inaudível) então tá tudo bem, não tem demanda, o povo tá dizendo que tá bom, então, mas assim, precisa muito ainda, as pessoas que assumem qualquer cargo, tanto indígena quanto não, conhecer um pouco dessa diferença dos povos. Cada um tem seu jeito e sua cultura diferente, cada um tem seu modo de se expressar, a forma de vida dele lá na aldeia, como que ele vem...a reivindicação dele até chegar com a gente aqui, a gente tem que tá sabendo disso e preparado pra esses desafios que a gente encontra dia-a-dia, porque se não, você nunca vai entender ninguém porque se você chega lá, eu não tenho dialogo aberto com você, você vai chegar lá comigo e dizer assim “tá faltando a FUNAI fazer isso assim, assado”, você ouvir ele e depois dizer “não, parente, não é assim, a coisa é assim, assim” você tem que ter um diálogo direto, pra ele poder entender e levar isso verdadeiro, não apagar fogo e dizer assim “ah agora eu vou fazer só isso aqui”, “os índios vem aqui, agora eu vou dizer que tá...é assim, assim, assado, daqui a pouco não é assim” então você significa que você tá mostrando

uma insegurança no que você tá fazendo, e não vai ter, no futuro não vai ter, respaldo nenhum, ele vai entender “po o homem tava me enganando desse jeito”.

[...]

- ANDREZINHO: Então agora que tu vê essa, atuação hoje do movimento indígena, né, conta um pouquinho da tua passagem pela UNI-Tefé, COIAB, depois trabalhando na SESAI, antes era FUNASA, né...

- Bom, é...na SESAI, é...na época da FUNASA, que era o Distrito especial indígena ainda, é...distrito especial de saúde indígena médio Solimões e afluentes, é... eu atuei primeiro como...no início da implantação em 99, né, pra 2000, atuei como gerente indígena, das ações, trabalhando na gerencia, né, do distrito, é... foi um dos desafios, um aprendizado, onde nós implantamos o distrito médio Solimões e afluentes aqui, todos os polos, né, construção dos polos base, contratação de equipes, é...também os transportes, tudo foi uma questão nossa que a gente deixou, assim, foi uma experiência muito grande pra mim, lidar com a...assim, com a política primeiro que nós criamos e depois fazer a ação da política, né, porque assim a ação da política, por exemplo, você desenhou isso aqui mas ficou só no papel, tirar isso do papel e fazer uma ação, né, e essa ação valeu muito né, que hoje, o distrito hoje ele ainda continua, né, e a gente teve sempre cuidado de defender essa política, apesar de muitas...muitos índios que estão lá hoje não conhecerem essa política, mas a gente defende a política, né, que é uma política, ela tem que ser consultada, né, tem que avaliada, tem que ser analisada e tem que ser uma política de prioridade. Por exemplo, o médio Solimões é grande, dentro da...é, são quatorze municípios, são mais hoje de...são mais ou menos vinte e sete mil indígenas. Nós temos que trabalhar com prioridade, e nós na época, nós trabalhamos muito em prioridade, (29:52 - Inaudível)...é, (29:58 - Inaudível), de difícil acesso, então tudo isso a gente foi trabalhando nessa linha, e a minha experiência assim nessa questão da saúde, depois eu vim como assessor indígena, ficar mais diretamente assessorando a política de saúde indígena, no distrito especial indígena, né...deixa eu ver, tava nessa linha de...de mediar, fazer parecer ao chefe do distrito, ao próprio presidente do CONDISI que muitas das vezes por desconhecer a política, então o nosso papel era mais de...de dizer “ó, isso aqui não tá de acordo com a legislação...isso daqui tá” então era mais ou menos baseado nisso que a gente vinha fazendo, e trabalhando nessa linha de assessoramento, é...depois eu fui também presi...vice-presidente do conselho distrital, onde a qual, criamos o primeiro, o primeiro regimento interno do conselho de saúde indígena, entendeu? E aí a gente vem lutando muito em defender a portaria 144 de participação ativa do conselho, tanto do conselho local como conselheiro distrital, a paridade também do conselho, né, a valorização do próprio índio que tá lá na aldeia, que muitas das vez não conhece essa política, então eu venho mais ou menos baseado nessas questões dentro do distrito, uma política de participação ativa é dos indígenas, é essa, é assim a nossa política aqui na SESAI...

[...]

- Muita gente diz “Ah, a FUNAI é a mesma coisa”, não. Hoje a FUNAI é uma coordenação técnica onde o papel da coordenação técnica é o que, avaliar os problemas, consultar a legislação e defender o índio juridicamente, a gente entende isso. Então, hoje, por isso que hoje apesar da FUNAI hoje ela não ter assessoria jurídica nas CTL, mas nós temos hoje um grande instrumento que é Ministério Público Federal que nos assessoria é o juiz federal. Por que isso? Porque compete a eles, tá lá na legislação se você for olhar hoje a legislação brasileira, principalmente o estatuto do índio que ainda não mudou, tá lá. Você tem que traçar a política via consulta ao ministério público federal, e nós tamo fazendo isso hoje. São dever do Estado, dever do próprio Ministério Público nos assessorar nessa linha, então por isso que a gente vê assim, hoje se eu disser assim, a minha opção de...na FUNAI hoje é...eu tenho claro, que nós tamos pra defender o direito dos povos indígenas, de acordo com a legislação,

né, então isso não adianta dizer assim “não agora eu vim pra cá, pra eu fazer é...apoiar B” não, eu tô pra defender o índio aonde que ele esteja, na cidade, aldeados, agora depende muito, índios de pouco contato, índios de contato com a sociedade, aquele que já tem contato envolvido mais com a sociedade, então, tudo isso tem uma política e quem vai traçar isso é...tá lá na política indigenista do Brasil, nós temos que traçar mecanismos de acordo com a realidade de cada um desses...pra chegar hoje...a gente sabe que tem índio na cidade, índios aldeados, índios que falam a língua, índios que não falam mais...nós temos que ir junto com os órgãos, por exemplo, com o MEC, com o município, traçar mecanismos...uma política voltada ao interesse que atenda a necessidade do povo que tá lá, então acho que esse é uma das questões que eu digo assim, é na questão educação...e na questão da saúde também, nós temos que ter essa ação participativa do povo, pra nós poder defender, porque hoje como que tu vai defender o povo se tu não conhece a política, ou se tu conhece a política e não tem conhecimento amplo da tua base, que tu tá coordenando lá...então, nós temos muito isso hoje, que a gente chama assim, hoje nós...além da política que é geral, nós temos uma política de gestão, né, o que que é.

[...]

- Eu...no entendimento nosso, nós estamos...a política de gestão é nós fazer ações de acordo com...com as perspectivas de cada povo, de cada povo indígena que tá lá na base, porque tudo isso é um reflexo da política, se você deixa de atender um parente lá, daqui a pouco...não é só o problema dele, você tem que ouvir mais ele, ouvir outro, ouvir...será que tá acontecendo isso por que eu não to atuando melhor? O outro vem daqui diz isso, o outro vem aqui diz assim, então vamos montar tudo isso aqui e vamos trabalhar em cima dessa gestão pra gente sanar essas ações que fazem que fazem de...ações mesmo, diretamente, nas regiões. Eu vejo dessa forma, hoje eu tenho claro isso, que os indígenas tem que tá mais inteirado na política e eu digo assim que deve ter cursos de formações pra...pra futuras lideranças, principalmente no que diz respeito à conjuntura nacional, política indigenista do Brasil, nessa linha, porque eu vim dessa política e eu aprendi muito é, tanto nas discussões quanto nos pequenos cursos de direitos, assim, a gente aprendeu muito nisso...encontros de lideranças, conferências nacionais de educação, conferências nacionais de saúde, seminários, encontros, acho que isso é muito válido pra gente defender uma política verdadeiramente participativa com o povo indígena.

[...]

-ANDREZINHO: Então, pra encerrar, como é que tu vê, em termos gerais né, não é só tu...essa atuação da nossa política em relação à política estatal? Que antes nós não tínhamos ninguém, quase, em lugar nenhum, e agora hoje, né, então eu acho que tá começando, o estado tá começando a compreender a política nossa, (01:06:34) as pessoas...

- Eu vejo assim que, que...voltando um pouco, é...nessa tua...eu digo assim, que nós temos que ocupar instâncias, instâncias do governo, mas...essas instâncias elas tem que ser é...valorizadas por nós. Nós que somos as pessoas lá de dentro, então nós estamos lá pra facilitar a política indigenista, dentro dos...dentro dos estados e municípios. Quem vai fazer a diferença lá dentro com a política somos nós, é por isso que nesse primeiro momento que eu digo é preciso que tenha pessoas que venha implantar essa política lá dentro, porque se não vem...pessoas experientes pra uma política dessas, eles vão olhar assim “então não precisa mais criar esse negócio aqui” porque não vai ter fundamento nenhum, o índio é do mesmo jeito dos não índios então pra que criar uma secretaria indígena? Pra que criar uma coordenação indígena ali no município? Não vejo diferença nenhuma. Quem vai fazer essa diferença lá dentro da política somos nós, então...

- ANDREZINHO: É importante que tenha alguém preparado lá pra essa função...formação não só acadêmica...mas formação da política do movimento e indigenista também...

- Preparado...é, formação política, do movimento indígena, eu vejo muito nessa linha, pois digo assim, olha, hoje os caras chegaram lá comigo né, dizendo assim, nessa articulação pro chefe do distrito, (01:08:00 – Inaudível) “por que que tu não sai da FUNAI e vai pro distrito?” não, eu ainda tenho o meu trabalho dentro da FUNAI e ao mesmo tempo eu não gosto de tá, eu não gosto de sair de uma política, de uma instância sem resultado... eu vim numa política que eu vejo resultados, eu tenho seis anos de experiência do COPIAM, eu tinha quatro ano na COIAB não deixaram eu fazer minha política de resultado, optaram pela intervenção mas pra mim tudo bem, entrei na UNI Tefé como coordenador também é...foi do mesmo jeito da COIAB ali, houve uns problemas, mas terminei minha instância, terminei meus...e me fortaleci, né, cheguei a me fortalecer...

- Essa experiência toda é válida, né....

- E tentei fazer esse paralelo entre a política indigenista...a política indígena e a política indigenista, e acredito que tá dando muito certo. (Interrupção) E fazer esse paralelo entre a política, como eu digo hoje, a política indígena e a política indigenista, de levar isso pra que os povos indígenas possam se sentir aqui na região, é...vendo essa, definindo essa questão, problemas internos quem...como eu digo pro seu André, é o movimento indígena que resolve, não é a FUNAI. E não confundir, a política indígena com a política indigenista, e dizer assim olha, dizer assim, agora “Ah porque a FUNAI não faz...” não! Isso aqui não compete a mim, compete ao movimento indígena, organização indígena, assembleias, isso tudo eu vou dar suporte, mas no meu papel não é de fazer, mobilizar, faz tudo isso aí, é a política indígena. Então eu vi muito dessa forma e eu vejo, eu tenho claro hoje, que...que...eu tô no governo, não, eu tô dizendo, eu tô em cima do muro, mediando política de governo junto dos povos indígenas.

- (01:10:08 – Inaudível) teu papel seja esse né, de mediação e não de uma total execução...

- É, verdade, não tomar partido nenhum, mas mediar a política de governo...

LIDERANÇA "H"

Depoimento publicado no RELATÓRIO DA Vª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COIAB. em 06 A 10 DE MAIO DE 1996 – MANAUS/AM, apresentado no ITEM VII – ANÁLISE DA CONJUNTURA DO MOVIMENTO INDÍGENA

[...] Um terceiro desafio é a *jurisdição desses projetos para o futuro*, tem que quebrar essa supremacia do homem branco colonizador, do projeto colonizador, *os brancos tem um projeto para os índios, que o índio deixe de ser índio, e o nosso projeto qual é?* Pelo menos que eu saiba das nossas falácias é que a gente continue como povos diferenciados, mas aproveitando todos os conhecimentos modernos e científicos de hoje, agora nós temos de definir mecanismos para atingir, para conquistar essa realidade que ainda está por vir, mas se nós não batalharmos por isso, nós vamos acabar aperfeiçoando aquilo que o próprio Estado brasileiro quer, que a própria sociedade não indígena quer, com todo esse histórico de preconceitos, de discriminação e violência, eu acho que é um desafio muito importante, como é que a gente vai lidar com toda essa sociedade de hoje, a participação na vida política, não é só partidarismo, mas a participação nos espaços do poder, nós as vezes não temos clareza na cabeça, espero que quando formos discutir a nossa participação na vida política, possamos definir isso claramente, sem medo, **o nosso problema continua sendo os paradigmas**, o político não presta, a vida política não presta, eu sou bonzinho e estou fora disso, muitas vezes é a própria ambiguidade da nossa cabeça, porque as instancias de decisões do poder estão bem longe da gente e a gente fica pedindo favores, isso não pode acontecer, nós temos que ter capacidade para usufruir no momento em que formos participar de instancias de poder e essa satisfação política se dá não só na ocupação de espaços dentro das universidades, nas discussões que envolvem grandes temas da questão indígena, questão nacional, na formação e capacitação seja a nível secundário e superior, tudo isso tem que ser considerado e é a

própria participação no poder através dos partidos eu acho que quem não pensa assim, quando é que vai conseguir esta autonomia? Vocês acham que um Estado com institucionalidade, que tem poder bem formalizado, algum dia vão dar essa autonomia pra gente? Nunca se a gente não arrancar isso de dentro do poder. Esse é um grande desafio não só dos povos indígenas da Amazônia, mas, de todo Brasil, vejam os povos indígenas do continente sul-americano, já perderam esse medo e se impõe junto a sociedade não índia, é por isso que precisamos nos impor, ser ousados, nos prepararmos, estarmos politizados não dá pra continuar pensando de forma tradicional, eu sou índio, não sei ler, nem escrever, não entendo nada, não dá pra continuar com essa realidade, temos que ter objetivos, procurarmos mecanismos para isso, nos amarmos de conhecimentos, conhecer melhor o mundo dos brancos, sem perdermos a identidade e suas práticas nas comunidades indígenas, só assim será assegurado uma relação mais igualitária com a outra sociedade, mas assegurando nossas especificidades. Um outro problema enfrentado pela maioria das organizações indígenas é copiar o modelo de escritório dos brancos, será que não é possível diferenciar um escritório indígena? Onde se possa entrar e ver que aí é um escritório indígena embora obedeça aos padrões da sociedade branca, porque o que temos visto ultimamente são escritórios que mais parecem uma secretaria do estado, cheio de burocracias, a forma de fazer relatórios e isso são desafios que temos que pensar seriamente para poder continuarmos como povos diferenciados. Essa foi uma pequena contribuição que eu gostaria de passar a vocês como uma visão mais gerais do movimento indígena. Muito obrigado...” (RELATÓRIO DA Vª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COIAB. em 06 A 10 DE MAIO DE 1996, p. 18-19)

"LIDERANÇA "E"

- Essa nova forma do movimento indígena de discutir, participar e ter representantes nas Secretarias e outras instâncias do Estado, acho que foi um aprendizado muito grande, porque primeiro você vai a partir do momento que participa dessas secretarias do governo, o governo já tem uma política definida, então você vai fazer a política que já está definida, então você vai fazer a política que já está definida pelo governo. Você é um indígena que está na secretaria e ao mesmo tempo você é governo, esta é a grande diferença, eu sempre coloco em minhas exposições isso, talvez um dia que eu for ser governo, eu vou ter que fazer as duas coisas ao mesmo tempo, porque, por exemplo, você faz a política do governo mais ao mesmo tempo, você é uma liderança do movimento indígena. Muitas das vezes as pessoas que chegam lá fazem ao contrário, chegam lá e ficam com medo, eu acho que o medo não existe no movimento indígena, nós temos que ser protagonistas das nossas próprias propostas, da nossa luta.

- Hoje nós vemos secretarias, por exemplo, que no início da carreira, foi discutido e acabou que o governo disse não, agora vamos fazer dessa secretaria uma outra política. E aí se percebe a diferença, se fosse o movimento que criasse, que fizesse sua pauta e sua política, quem continuasse depois, continuava com esse planejamento, porque o movimento indígena continua. Na política do governo os programas são pautados em períodos em que ele vai governar por quatro anos, a política é para quatro anos e não para a vida toda e cada pessoa tem sua forma de agir e de governar.

-Eu tenho meus a favores e meus contras, vejo que nós não temos uma política definida para esta secretaria para esta Fundação e às vezes a gente acaba fazendo confusão. E qual a diferença entre uma secretaria e uma fundação? Quem tem que ver isso é o diretor da Fundação, que isso não e do movimento, é do governo, foi criado pelo governo. Aqui que é uma questão que nós temos que rever. Se a gente vai fazer uma reivindicação para o governo solicitando uma Secretaria, nós temos que ter pautado, escrito em papel, definido qual vai ser o papel político dessa Secretaria. Fazer uma redação e isso será uma proposta para o

governador, mas não, nós fizemos ao contrário, a gente exige do governo e o governo abre, e aqui é uma perda nossa como movimento indígena, por falta de preparo, conhecimento ou não sei o que é que acontece, a gente não tem essas propostas concretas para discutir. O que acontece que é um programa muito bonito, desenhado em 2004 com várias opiniões, em várias oficinas, feita com expectativa alta para os povos indígenas. Mais aí, o companheiro não tem recurso para executar essa política.

[...]

- É outra coisa que nós podemos aprender com isso, aprendemos como diz o ditado: na porrada e entramos nessa. A gente tinha uma ideia central, fazer gestão do recurso, mas abrindo um leque maior que era a articulação do movimento indígena, tinha um recurso que fazia com que nós chegássemos nas “cabeceiras dos igarapés” aonde o movimento nunca chegava. Hoje nós chegamos só que perdemos de vista o foco com aquela burocracia que engolia as diretorias das organizações que não estavam preparadas, e aí esquecemos de fazer nossa política indígena que era nosso pensamento. Por ser programa do governo a gente não entendia como funcionava e o atraso das parcelas do recurso, as mudanças no próprio órgão também, a partir daí houve grande mudança dentro do órgão e a gente não entendia como funcionava. Atualmente está claro pra gente, que cada bloco de partido político tem seus comandos na área central, regional e aí foi dificultando. O diretor da FUNASA tem seu bloco de trabalho, depois muda tudo e nisso houve o atraso das parcelas do recurso, as pendências e as dívidas foram aumentando, não estava previsto, por exemplo, as questões trabalhistas. Agente achava que não ia acontecer, mas aconteceu, e várias organizações hoje foram extintas por essa questão e o próprio governo brasileiro não faz seu papel, que é executar a política de atendimento especial à saúde dos povos indígenas.

- No mundo terceirizado, muitas organizações indígenas que fizeram este trabalho estão aí falidas e não tem como reverter essa situação, tem a parte funcional e a parte judicial para cuidar. Foi uma grande experiência para o movimento indígena e aprendizado, por exemplo, hoje temos que rever nossas parcerias, mas quem são essas parcerias? Parceria não é aquela que dá o dinheiro e você executa e, no momento de dificuldade não luta em conjunto, acho que isso não é parceria, foi isso que aconteceu com a FUNASA. Algumas atividades foram feitas, que a gente não pode deixar de externar isso, mas o pior mesmo foi a extinção de várias organizações indígenas no Amazonas.

[...]

-Tem uma coisa muito evidente no movimento, na hora que você faz uma coisa ruim, você está queimado para toda vida, na minha visão que acompanho o movimento, isto é muito concreto. Quando alguém sai de uma organização seja COIAB ou outra, tem que procurar fazer alguma coisa para se tornar visível e acompanhar o movimento, senão você se acaba por aí.

"LIDERANÇA F"

- Essa política estratégica do governo brasileiro, eu acho que tornou o recurso público, uma gestão mais participativa, mesmo que os da FUNAI foi pulverizado em todos os Ministérios. Eu acho que sendo pulverizado, a questão indígena foi mais discutida de forma multifacetada, ou seja, diversos setores se preocuparam em articular e defender o interesse indígena.

- Hoje pelo que eu vejo a questão indígena não é só um direito, um dever da FUNAI defender, mas de toda sociedade organizada, governo federal, estadual e o próprio movimento indígena. Pra mim melhorou, mas o que está faltando mesmo é o próprio órgão indigenista brasileiro

que é a FUNAI, saber articular esses recursos em nível de Ministérios em Brasília e outros órgãos que cuidam da questão indígena, como educação e saúde; e articular no sentido de trabalhar para que esses recursos que existem, seja voltada para a aplicação na realidade das demandas e interesses dos indígenas.

- Pra mim melhorou, porque ficou um recurso mais democrático e participativo. Depende muito da participação efetiva das lideranças e das organizações indígenas como um todo para que esses recursos deem resultados concretos para facilitar o social, o econômico e o político dos povos indígenas do Brasil.

[...]

- Eu acho que foi por causa de uma transição muito rápida, para dar certo essa problemática do gerenciamento da saúde indígena, deveria ter sido uma coisa mais lenta, ou fundir os dois órgãos, a FUNAI que tem um “know-how” de conhecimento da política indígena com o potencial técnico da SESAI. O Brasil é um país que tem muito recurso para a questão indígena, o que está faltando é juntar a experiência, por mais que seja de maneira precária da FUNAI, é uma política indígena.

- A FUNAI tem um marco histórico na política indígena e compatibilizar também a experiência do corpo técnico da SESAI em benefício da saúde indígena, porque no Brasil todo em se tratar de questão indígena, existe recurso, mas está faltando um bom gerenciamento e a participação também das lideranças dos movimentos e organizações indígenas.

"LIDERANÇA J"

- E o que acontece, o índio entra numa instituição do governo, não conseguiu produzir e é criticado pelos próprios indígenas e principalmente pela sociedade branca que se aproveita disso e diz – olha aí, foi o índio, deram uma Secretaria, uma Fundação e ele não conseguiu, nunca procuram saber o motivo, a primeira coisa é taxar – olha o que estão fazendo – e isso acontece desde o município. No município o cara entra numa Secretaria que geralmente tem uma Secretaria Municipal, aí coloca um índio, só para dizer que quando o prefeito é cobrado, que ele colocou foi um Secretário pro Índio, se não produz ou não faz nada, é o índio o responsável. Então é assim é uma “faca de dois gumes”, e o pior, essa foi a perspectiva que teve o movimento indígena desde a década de 90...)

[...]

-Muitas lideranças saem da esfera pública “queimadas” vamos dizer assim, a gente acaba sendo “queimadas”, mas esteve lá e o governo te atendeu várias vezes.

"LIDERANÇA L"

- Foi um avanço, mas não quer dizer que o movimento indígena está satisfeito com isso, até porque as demandas, necessidade das coisas ainda são muitas, há muita coisa pra fazer. É claro que esse aí foi um avanço dentro do aspecto da política indígena para os povos indígenas, mas temos muito ainda pra fazer, temos muito ainda que contribuir. Tem muitas populações que ainda está faltando muito isso aí ainda e é preciso que tenha uma política indígena, mas uma política indígena realmente para esses povos. Essa participação são conquistas do movimento: é resultado, é uma consequência de luta. Muitas vezes houve derramamento de sangue, sacrifício, mesmo porque as grandes lideranças muitas já não existem mais hoje, a gente está vendo assim como resultado das lutas por eles travadas essa participação em todas as esferas do Estado.

"LIDERANÇA G"

-[...] O governo é um “monte” de secretarias, políticos, partidos políticos também, que são totalmente diferentes da vontade do governador, às vezes o governador tem vontade de fazer, mas o governo dele não está preparado pra isso. Eu tomo como exemplo aqui no Estado, muitos políticos, servidores públicos, não entendem nada de questão indígena, alguns sabem ..]

-Então são coisas que nós entendemos que só foi possível com a nossa participação, às vezes é preciso muitas reuniões pra que um técnico, um doutor, servidor burocrata, conseguir entender o que a gente quer, o problema é isso, às vezes a gente fala pra alguém, ele não sabe, não entende.

- E tem uma coisa que ele eu vejo a participação indígena de grande importância, porque só nós aqui podemos falar pra alguém mais perto, ou às vezes tem que perder uma semana, um mês de tanta reunião para que eles possam entender. [...eu vejo que é importante a participação, porque só com a nossa participação, a política do governo vai mudar sua relação com os povos indígenas, senão muitas continuarão a ser baseadas, pensadas e defendidas a partir da Ecologia, da Antropologia.

3.4 - Movimento Indígena, organizações e suas redes de relações

Ao falar de movimento indígena e de suas organizações, devemos considerar a rede de relações interétnicas em que lideranças do movimento indígena estão inseridas, a ideia de pode nos ajudar a compreender a vinculação de ONGs nacionais e internacionais e do poder público à política indígena. Essas redes incluem participantes ocasionais de eventos e ações do movimento; simpatizantes e colaboradores de ONGs; partidos políticos; universidades; outras instituições culturais e convencionalmente políticas; igrejas e o próprio Estado (ALVAREZ, 2000).

"LIDERANÇA "A"

-ANDREZINHO: E sobre a Relação com o CIMI? Sei que ele foi importante no início para a articulação do movimento indígena na Região.

- Nós fomos orientados pelo CIMI pra hoje nos ter o movimento indígena foi orientado pelo CIMI em 88 eu tive em Brasília. Todo movimento era acompanhado financeiramente pelo CIMI, de lá pra cá veio... e agora, ninguém vê quase hoje. Naqueles tempos comiam junto com nós, lá no Igarapé Grande, na Méria. Ficavam lá morando meses e mais meses, lá. E hoje eu não tô sabendo qual é a finalidade do CIMI atualmente porque eu só vejo só vejo falar que o CIMI tá grupinho aqui acolá, (inaudível) me disse que era pra eu chamar o CIMI para conversar, só que eu ainda não pude porque fiquei doente, lá pra gente conversar, tá apoiando grupinho e aqui ninguém sabe que a finalidade do CIMI hoje.

- Assim que está o CIMI.

ANDREZINHO: Pelo menos em Manaus eu vejo o CIMI com um boa atuação, né. Inclusive toda a política do movimento eles estão ajudando, né. Pessoal do Chico tem comparecido aos trabalhos do movimento indígena.

- Pois é. Aqui não está não, está no grupo da fofoca. Eu digo isso porque ouvi na rádio o (inaudível) e o (inaudível) dizendo isso, acompanhado pelo CIMI). Aí o (inaudível) escutando isso, disse que tem que chamar o coordenador e o CIMI pra conversar aqui.

[...]

ANDREZINHO: Ah...sim...! E como o senhor avalia esse contexto atual do movimento, não só no Médio Solimões, mas em questão de Amazônia, no caso COIAB, não sei não sei tá dando apoio político, COIPAM?

- Olha agora depois da Assembleia do COIPAM, o COIPAM está em comunicação com nós, e no período de preparação da Assembleia, ligava todo dia pra eu fazer qual a situação por aqui, e depois agora recentemente veio um documento aqui pra mim assinar convidando eles para estar nesta reunião do dia 14 e 15 e tamo em comunicação. Só que a COIAB não está aparecendo não, não tá mesmo, já até liguei pro número que me deram...

-Ah sim! Até agora não falei com nenhum deles, não me mandaram nenhum documento, pra eu ter conhecimento quem são os coordenadores da COIAB.

Agora tá bom que todos tem internet e a comunicação fica boa. Agora a APIB tá bem, tem conhecimento com nós. O Alto Solimões, o FOCCIT está fazendo documentos juntos com nós pra mandar pra Brasília, com relação a mudança da coordenadora regional da FUNAI. Tamo em comunicação. Eles se comprometeram de está aqui no dia 14 e 15 aqui em Tefé.

ANDREZINHO: Esses aí que não conhece o movimento, é um problema?

-É um problema, atrapalha, atrapalha mesmo. Onde eu está em uma reunião no dia 27 do mês passado, aí veio o coordenador que é o (inaudível), me convidando pra ir a uma reunião que no sábado e domingo ia começar. Aí eu disse: companheiro, não vou não, porque nós temos uma coordenação geral, pra nós planejar, pra poder fazer esse movimento. Olha! Eu tô fazendo aqui e esse movimento tem 150 lideranças, mas isso foi planejado do mês passado pra cá. E agora tu me convida pra amanhã? Eu não posso tá fazendo isso, e amanhã já tenho uma agenda, falei pra ele, aí não fui.

[...]

ANDREZINHO: Então o senhor acredita que isso começou a partir do momento que se criou várias organizações indígenas, porque não existe uma organização que centraliza as atividades, né, aí todo mundo quer fazer o que bem entender?

- É isso aí que a gente tá conversando. E o pessoal da COIPAM falou isso pra nós aqui em documento e eu repassei, foi postado, repassei isso. E a COIPAM, falou assim: que a comunicação é só com a UNIPI/MSA, não tem outro, pode ser 50 organizaçõzinha, mas a chefe é a UNIPI/MSA. Isso aí já colocamos pra eles, já estão sabendo lá. Assim que foi..

[...]

ANDREZINHO: Então o senhor diz que é uma nova forma estratégica de manter os contatos, né.

- Isso mesmo. Agora com uso da internet não tem outra coisa melhor, mas tem casos como eu já falei da COIAB que até agora não tenho um documento, depois que entrou a nova coordenação e então vou procurar conversar com eles, pra ter assim como temo conversando, assim como tá APIB em Brasília, COIPAM em Manaus e também o FOCCIT. E as outras comunicação com as bases, como o COPIJU, o CIJA estamos conversando bem e também a FOIRN que também tá, temos em comunicação. Não estamos isolados não.

LIDERANÇA "B"

- ANDREZINHO: se isso era interferência do estado, comunidades, ou das pessoas querendo uma questão individual mesmo?

- eu acredito assim que houve dois sentidos, houve primeiro pessoas que achavam que o movimento indígena não atendia a vontade daquela pessoa, não era nem o interesse do grupo. aí aquela pessoa como não era beneficiada, aí começou articular grupinho, e esses grupinhos as vezes de dez pessoas criavam uma organização, uma associação, já com estatuto e essa coisa aí, dizendo que ia buscar projetos, essas coisas, em função de querer as coisas. Depois que começaram a ter essa articulação, esses contatos, existiam a briga por poder de querer assumir uma outra organização, eu vou querer concorrer... por exemplo, no caso do (...), porque o (...) era único que tinha, na época, ensino médio e todo mundo achava que se o (...) assumisse a coordenação da UNI-Tefé, o (...) ia resolver, porque ninguém tinha ensino médio fazendo parte da coordenação. quando o (...) assumiu com um ano e meio que teve assembleia extraordinária para tirar ele da direção, que era da coordenação geral, a UNI-Tefé não tinha mais perna para poder continuar, o CNPJ estava no vermelho, a nova coordenação que entrou tentou fazer os meios legais mas nunca passou, principalmente os projetos. Ai quando essa nova coordenação entrou, eu já fiquei no setor de projetos e nós tentamos negociar com várias entidades, mas não passava porque o CNPJ estava sujo e assim foi até se acabar. então o (...) saiu foi 25 de junho de 2006, quando foi final de 2007 acabou tudo a UNI-Tefé, não tinha como continuar devido essa situação. E com isso o que a gente percebeu? a interferência de novas lideranças, ela interferiu muito na luta, porque os alunos de ensino médio e o jovens se via muito bem queria se achavam conhecedor de tudo. Aí não acreditava nas lideranças de base, tradicionais, não acreditavam mais nos representantes das organizações. Eles já diziam que isso não era verdade e começou essas coisas fragilizar. E depois outro fracasso foi a demarcação das terras que foi na....

- ANDREZINHO: deste contexto talvez um dos eventos foi a ECO 92.

É porque hoje quando começou este tipo de comportamento político que eu vejo, o povo de terra demarcada achou que a terra dela estava demarcada e eu não estou nem aí com reuniões e tudo mais. Outro ponto foi as lideranças, naquele tempo não tinha professor contratado, não tinha agente de saúde contratado, não tinha até técnico hoje nas terras demarcadas tem indígena que estudaram, e agora já eles não vão nem participar, naquele tempo era todo mundo: nós queremos contratação de professores, queremos formação de professores, queremos uma saúde de qualidade.... depois que todo mundo quis, eu não vou nem mais saber, agora eu estou empregado. Então tudo isso aí interferiu para que hoje o movimento esteja fragilizado e a briga interna entre os indígenas e aquela coisa toda, briga política eu digo assim. Por outro lado, já a partir de 2008 a 2010, final de 2010, nós com a criação da SEIND, a COIAB criou um projeto de poder estar fortalecendo a SEIND através de gestores de projetos indígenas, foi quando eu entrei. Esse projeto foi específico, porque antes, quando o (...) entrou para assumir a coordenação da UNI-Tefé, ele já era um dos gestores de projetos, mas não tinha esse objetivo.

- Isso mesmo. Ai esse outro da COIAB já foi com esse pensamento de fortalecer a SEIND, porque a SEIND não ia poder dar conta de estar fazendo os projetos, acompanhando os projetos em todas as regiões. E aí o que aconteceu? Aí criou esse projeto para cada região tivesse gestor de projeto que tivesse acompanhando em todos os sentidos os projetos das comunidades. E assim a gente sempre comentava, tomara que esse projeto não seja como os outros que depois que a pessoa conclui o curso ou se forma naquela área a pessoa vai se virar do jeito que pode, correr atrás de emprego, uma coisa já fora do objetivo do projeto. e o que aconteceu foi do mesmo jeito. a SEIND se acabou...

- ANDREZINHO: voltou a ser Fundação e quem assumiu foi o Raimundo sobrinho, que dizia que era Atroari?.

- Raimundo Atroari. Eu só conheço ele porque eu estava em Manaus. Eu só conheço ele pessoalmente porque ele teve lá com nós na fazenda (Manaus), foi o ano passado (2016), que

teve uma reunião, nós conversamos com eles, ele falou que só e nós concluímos para dizer para ele: não, os universitários que estão fazendo faculdade do Médio Solimões, nós só vamos acompanhar quando o seu discurso sair do papel. quando o seu discurso sair do papel, ai você vai ter apoio de verdade. Mas, nós estamos aqui para apoiar aquilo que você quiser de para contribuição do médio Solimões. Ai todo mundo falou, durante este...todo mundo já tinha se preparado para dizer...mas ouviu mais ele. Ele dizia que tinha 3 eixos temáticos, era da FEI, que um era a parte administrativa, um era o financeiro e outro era regularizar todas as organizações indígenas do Amazonas. Então esse era os 3 primeiros eixos temáticos, que ele usou essa expressão, da FEI. Tá bom. Tanto é que eu falei, cheguei aqui com o papai disse para ele verificar o que é que tinha, mas na época não tinha também. Então eu disse ok. Mas e hoje com o, digamos assim, acompanhamento dos estudantes que estão fazendo a faculdade, terminando o ano que vem, a gente vê assim que é mais um, vamos dizer assim, uma forma de poder fortalecer. Agora, vai depender de cada um e eu acredito que é importante a participação com o acompanhamento das lideranças, no meu caso com esses professores, eu que faço parte da UNIPI, é de buscar meios de quando esse pessoal se formar tem campo para eles trabalharem. E como eu estou acompanhando isso aí, uma das minhas preocupações é essa. Para nós buscarmos tudo isso aí nós temos que ter, recursos humanos disponíveis e outras fontes de recurso como no caso de estrutura para a gente poder estar iniciando um trabalho, porque o que a gente vê se o pessoal termina o estudo, só depende da comunidade, sempre vai ser isso, terminou o estudo e ele vai procurar outro lugar de trabalho, vai jogar o currículo, ele vai sempre atuar diferente e uma das preocupações é essa. Nós temos toda uma estrutura, quer dizer, uma lógica dentro do que nós estamos querendo para que as coisas melhorem. Sempre eu estive conversando com o professor Gersem, a gente pensa que dessa forma a única saída vai ser através da educação, é trabalhando na formação dos professores. E quando se fala em professor não é só aquele da sala de aula propriamente dita como o pessoal sempre pensa, fala em educação é uma coisa muito maior. É aquele que constrói a educação, aquele que executa. É aquele que repassa. Então tudo isso aí é uma forma de poder estar trabalhando educação, mas em função do fortalecimento e continuidade do movimento.

[...]

- ANDREZINHO: como você faz a comparação entre o movimento dos anos 70,80 até 90 com este de 2000 para cá?

- bom, o que a gente vê é assim que o povo daquela época de 2000 para trás, o povo ele não tinha conhecimento do que significava e nem noção movimento indígena, para que era o movimento indígena. E a partir de 2000 (ano 2000) para cá foi quando apareceu pessoas de interesses particulares, começou já a manipular outras pessoas e criar várias organizações. Então isso aí a gente vê que o povo aprendeu, mas não soube, quer dizer, aquele aprendizado que foi pelo lado negativo. Não consegui colocar em mente ou em então em prática como foi a base para chegar até aquela época. Então uma das diferenças é essa que o povo não tinha nem o entendimento, depois que algumas pessoas acharam que era assim e foi feita desta forma, consegui desestruturar, desarticular de novo tudo que já estava pronto e segui para outro rumo.

- ANDREZINHO: isso tem a ver com a parte do movimento, que não era necessariamente institucionalizada, para depois ter o estatuto e vir outras organizações.

- isso aí teve muito a ver porque a partir do momento que regularizava, vamos dizer assim, formalizava, cada associação, eles já diziam: agora sim, agora sou coordenador, presidente alguma coisa assim, vou começar a articular, começar a fazer projetos e reunir. Aí era assim. Só que essas reuniões, muitos deles para fazer um trabalho eles tinham que usar o lado negativo do passado, né, que muitas das vezes não era verdadeiro, era uma coisa falada por terceiros sem ter fundamentos daquilo que era. Então sempre assim, isso aí fez com que as novas organizações para criar base achando que era certo usar...é tipo esses políticos mesmos

que só acha de falar mal do outro quando ele está na época de campanha. E as mesmas coisas os indígenas usaram dessa estratégia de dizer que agora ele não, ele ia fazer projeto, ele ia trabalhar sério e aquela coisa. E isso foi, como se diz, foi fatal para todos nós. E hoje o que eu observo é que em certas situações o movimento indígena é ele não é acreditado pela sociedade porque chega com o fulano ele vai dizer é aquele lá, esse daí que fez aqueles furos, sei lá, aconteceu tantas situações ruins, é esse daí? Aí começa, então o cara vai lá representar, então aí o pessoal já está sabendo por terceiros quem são eles. E assim a gente percebe que enquanto essas coisas funcionam dessa forma, é uma coisa bem mais difícil de poder até a gente diminuir isso aí. Por isso que a gente hoje pensa que preparando as pessoas, no caso esses que estão estudando, poder estar superando parte dessas situações.

- ANDREZINHO: No caso seria buscar uma política interna do próprio movimento..

.- do próprio movimento, criar novas estratégias, o que fazer para isso aí porque agora com essa criação do FOREEIA e criar vários FOREEIAS pequeninhos aqui na região, até porque, como se diz assim, falando em organização indígena o pessoal já não acredita. Cria ali uma associação, até para fazer uma reunião está difícil hoje, aqui na região. Pode convidar todo mundo, naquele tempo para reunir às vezes cento e poucas pessoas não mais porque não tinha transporte, mas todo mundo queria ir. Mas agora, se for botar um transporte assim, acho que o pessoal não está nem aí. Então é difícil.

[...]

- ANDREZINHO- então, o que a gente tem que fazer, as organizações nesses casos eu pensei local, regional, nacional. APIB você tem uma política quase autônoma, porque a COIAB como Amazônia só acompanha de todo jeito. (referencia feita a 2017)

- a APIB vamos dizer assim, ela tem uma.... Era importante a APIB, agora aquela coisa, eu não sei como está funcionando agora porque o pessoal da “banda” do Sul, uma vez nós estivemos, daquela vez que jogaram pimenta em nós por conta da PEC, tinha uns que não querem nem saber de ABIP, porque quando eles viram lá a situação da PEC, que eles não sabiam de nada, aí quando chegaram em Brasília e que viram aquilo: cadê a APIB que não informou, eles mesmos não sabiam de nada, se eles não tivessem vindo. Então são situações que eles não estão informando, que não tem o contato com as bases e tipo nós aqui também, na verdade, nós aqui no Médio Solimões, se nós não tivéssemos andado por lá, não tem uma ação política que a gente pode dizer olha nós temos diretamente com a APIB. Nós ...eu fiz uma nota de repúdio em apoio a APIB, por causa daquela situação do presidente da FUNAI, que queria acabar com a FUNAI, o governo queria acabar com a FUNAI

- ANDREZINHO: a portaria foi revogada

- e aí eu fiz uma nota em nome da UNIPI que seu André assinou e nós articulamos com várias lideranças, pegamos várias assinaturas e mandamos, mandamos dois documentos desse daí em apoio a APIB, mas assim, fora isso aí atrás e nem de agora parece que isso aí some, ninguém parece que tem uma articulação.

[...]

ANDREZINHO: então nessa política indígena tem aliado seus aliados..no caso CIMI...movimentos das barragens...vários movimentos sociais...depois, 10 anos para cá cada um fica no seu bloco. Talvez tenha contribuído para o enfraquecimento das políticas públicas. Seringueiros que andava juntos. Trabalhadores, sindicatos.

- Naquela época, deixa eu ver, no final da década de 90, lá para 99 por aí, 98, nós andava, eu lembro que até o Lula andava no movimento, no sindicato dos trabalhadores rurais, nós em Brasília, o Lula dançando com os pataxós e nós nos encontramos também no acre, na época que o chico mendes ainda era vivo, que nós fomos na casa dele em Xapuri, deixa eu ver, Ailton Krenak andava. Então, tem esses aliados e isso aí na verdade se acabou. O movimento

negro andava, tinha até parece representantes de pescadores artesanais. E isso aí já depois de um certo tempo sumiu. Depois, o que aconteceu? Isso foi depois que começou todo mundo se contratar, então a influencia do governo mesmo. Por um lado, foi influencia muito forte do governo mesmo, porque depois que o pessoal se contrataram para saúde indígena, acabou os melhores, viraram gerente indígena.

- ANDREZINHO: fizeram em todos os movimentos sociais contratar o pessoal.

- foi, aí quebrou tudo.

- ANDREZINHO: então, como tu vê essa politica de aproximação entre a politica indígena e indigenista. Tem vários gestores indígenas, desde o município até Brasília. Acabou mais com temer muitos foram demitidos. Como você vê esta participação, boa ou ruim, o que foi uma boa caminhada para o movimento, se teve eficácia?

- Em termos de movimento indígena, a politica indigenista sempre acaba engolindo os nossos melhores líderes, quer dizer, em termos de conhecimento quem tem mais experiência, como se diz, da politica social, mesmo, não indígena, eles acabam sendo usados, eu não vi, assim até agora, não sei se foi..., nós indígenas somos tantos, mas na hora de eleger alguém como sempre é difícil a gente acertar alguém que quer mesmo trabalhar, está difícil, eu não vi tantas vantagens ainda não. O que acontece é que aquela pessoa ganha um nome, por um lado ela pode ganhar um nome bom ou ruim, mas as comunidades indígenas não tem avançado não. Nas comunidades ninguém vê efeito algum. A gente vê indígenas assumindo instâncias, mas não tem respaldo, não chega a fluir mesmo,

- ANDREZINHO: não tem consenso.

- não tem consenso mesmo não, um quer de um jeito, aquela coisa, um já pensa de outro, que outro quer fazer, já vem outro enciumado talvez querendo já ganhar nome também, dizendo que aquilo não é bom. Isso é muito fácil de fazer, desarticular é a coisa mais fácil que tem, ainda mais quando tem um...leva um certo apoio para aquele grupo, aí facilita.

LIDERANÇA "D"

- A própria importância da COIAB pro movimento indígena, a importância da COIAB pra luta dos povos indígenas na defesa dos seus direitos, a COIAB ela não nasceu de qualquer forma, ela nasceu com um propósito, né, e o caminhar hoje, a gente fala assim... a gente fica muito engrate de fazer parte dessa história, todos devem se sentir também parte dessa história, dessa história de construção, da história de luta do movimento, né? história de ação de todos para as conquistas dos direitos e agora para a permanência dos direitos, para que esses direitos não sejam violados, né?

- Primeira parte foi ter o direito, né? A gente caminhou bastante, agora pra... nesse governo atual complicou...né? Do governo Dilma pra cá.

- A gente sabe que cada ano é mesmo pela permanência e não pela perda dos direitos, dos direitos garantidos na constituição, e principalmente do direito à vida, falar de povos indígenas é se falar também de direitos humanos, de direito à vida e isso é muito forte pra gente, né? A gente vêm fazendo algumas conversas, e nisso a gente até citou o teu trabalho *porque o trabalho acadêmico ele é muito importante pra ter essa visão tanto da academia, mas também com a visão dos povos indígenas, né, então o trabalho do movimento indígena, das organizações, nesse contexto de luta, né? Mas no contexto de pressão política, porque a gente precisa saber o papel de cada uma delas.*

ANDREZINHO: Sim, acho que isso que é complicado para os parentes, entender isso né?

- Exato, porque muitos acham que a COIAB ela é uma organização...filantrópica. E ela não é uma organização filantrópica.

- Ou do governo, até do governo né?

- Ela não é do governo, né? A COIAB ela é uma organização do terceiro setor, o qual na própria constituição, hoje a constituição ela reconhece as nossas formas de nos organizar, as nossas formas sociais, então, nas comunidades, nós temos várias organizações, associações indígenas... Mas que a partir do momento que a gente opta por ter um CNPJ a gente deixa de ser uma organização indígena e passa a ser uma organização do terceiro setor, né? Com direitos, mas principalmente com obrigações que a gente precisa cumprir, mas que é necessário e foi necessário de se ter uma organização indígena do terceiro setor, com CNPJ constituído pra avanço...[...], no estatuto vigente hoje da COIAB, ela já passou por várias formulações e que a gente tá novamente revendo né, pra tá apresentando no próximo ano, o estatuto...mas o estatuto vigente ele fala dos associados, mas que a área de abrangência da COIAB elas são nove estados, onde os nove estados são divididos por regiões, são quarenta e seis regiões, onde aqui no estado do Amazonas são dezesseis, são dezesseis regiões aqui no estado do Amazonas. Em Roraima são sete, são oito. No Maranhão são três, no Amapá são três, Rondônia são três, Mato Grosso são três, no Pará são sete, ou seja, cada...no Acre são três, então, que não se tem hoje associados. Já se teve antes, os associados eram as organizações indígenas, cada uma nas referências das suas regiões, por exemplo, aqui no estado do Amazonas, na região do Rio Negro elas são divididas em três regiões: a região do Alto Rio Negro, como referência tendo a FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. No médio Rio Negro, a ACIMIRN, que é de Santa Isabel do Rio Negro e no baixo Rio Negro a ASIBA, que é de Barcelos. E como, foi feita essas divisões, não por causa de rio mas dependendo da região geográfica, algumas com três regiões numa mesma calha, outras somente numa outra em outra calha de rios, ou seja, associações mas não associados que preencham formulário, que é cobrado uma taxa, já se pensou nisso mas nunca deu certo, que cada associado deveria á pagando uma taxa como fazem as outras organizações do terceiro setor, os próprios...algumas organizações, associados que pagam né, os seus sócios pagam uma mensalidade, uma anuidade, é...uma porcentagem ou paga uma taxa anual ou pega aquele valor anual e divide, né?

[...]

- A nível local, a nível regional, a gente tem feito também, André, é que antes as pessoas elas viam muito a COIAB como sendo os coordenadores e a COIAB sendo aqui sede, a COIAB ser Manaus e COIAB não é Manaus. A COIAB não é o estado do Amazonas, a COIAB é a Amazônia. Então, de começar a se colocar, e as pessoas começarem a assimilar que quando se fala de COIAB a gente fala e precisa visualizar e precisa luta enquanto Amazônia brasileira. A gente não pode pensar na COIAB e querer fazer alguma ação só aqui, onde está a sede...

- ANDREZINHO: As pessoas se acostumam à isso, né?

- Exato. Então isso precisa ser desconstruído, né. Então nós estamos construindo uma nova visão, estamos construindo uma nova COIAB e **para isso é de tá dando ênfase e fortalecendo a nossa rede, porque nós trabalhamos a rede**. Então desde a base de ter como ponto primordial, ponto focal, a nossa organização de base comunitária, da comunitária de passar pra organização de base local, né? Da local, se ter, e precisa ter, e hoje cresceu muito, as organizações a nível de estado, que são as nossas organizações de referencia pra poder tá conversando aqui com a COIAB e da COIAB para a Articulação de Povos Indígenas do Brasil, a APIB, e da COIAB também para a nossa Coordenação da Bacia Amazônica, da COICA, que são nove países, né. Então, é de se ter, [...] nós nos reconectamos novamente com a nossa rede a nível estadual, a nível regional, a nível local, que é pra poder ter as informações, porque a COIAB sozinha e eu disse que COIAB não é somente os coordenadores, e por isso das quarenta e seis regiões ter cada conselheiro e o conselheiro se sentir parte, o conselheiro se sentir também valorizado de dizer que a COIAB ela está nos nove estados da Amazônia brasileira através também do seu conselho, o conselheiro ele tem um papel político importante, né, que precisa também tá dando essa visibilidade mas também

tá dando as condições para que ele faça esse papel de conselheiro na sua base, então o que a gente vai fazendo pra cada ação da COIAB a gente prioriza também a participação do conselheiro, pro conselheiro ter essas informações pra ele poder tá repassando em outras reuniões onde ele for porque a gente sabe que sempre foi, e é um desafio a nossa comunicação, né, a comunicação pra dentro dessa rede que eu acabei de falar, como a nossa comunicação pra fora, pra sociedade, pros nossos apoiadores, pra sociedade em geral, então a nossa comunicação ela é um desafio porque se falar da Amazônia com toda a sua diversidade de povos, sua diversidade cultural, sua diversidade linguística, e onde a gente sabe que nessa Amazônia a gente temos cento e doze pontos de índios...indígenas que são autônomos, que são índios isolados, e onde a gente sabe que nessa diversidade da Amazônia nós temos vários povos que não entendem e não falam, e não escrevem o português, então como chegar até eles, né? Então a própria escrita, a gente sempre fala, a gente pode até não saber ler e escrever mas quando a pessoa olha o logotipo da COIAB sabe que a COIAB tá ali. Então são através dos nossos sinais, né, a gente tem várias formas de como tá levando essa informação, mas que também ainda é um grande desafio a nossa comunicação. Porque a COIAB ela vem participando de muitas coisas, vem construindo muitas coisas, mas que por nós não termos o recursos hoje financeiros pra se colocar nas redes sociais, que aí é o nosso próprio site que a gente tá retomando hoje pra tá lançando novamente...[...] né (para compreender melhor esta dinâmica, ver ANEXO 1- MAPAS E LOGOTIPOS DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS).

- ANDREZINHO: E como é que é a participação da COIAB em termos de PNGATI, por exemplo?

- Então, hoje nós estamos com uma proposta, nós participamos de todo o processo da construção dessa política, né, foi uma política que foi construída de baixo pra cima, com participação desde as comunidades, que ela é bonita no papel mas que a grande, o grande gargalo hoje é de justamente ter recurso para a PNGATI. A PNGATI, os planos de gestão ambiental e territorial, que pra gente a gente chama de, que são os nosso planos de vida, muitas terras elas já tem, conseguiram e estão no papel, e que precisa da implementação. Hoje a grande, maior parte que se precisa é de como implementar a PNGATI, tem poucas terras indígenas que ainda não tem o seu plano de gestão ambiental, porque pro processo de consulta, o processo de construção, se falava da Amazônia na sua diversidade geográfica, é cara, né, se requer muito recurso. Se requer recurso para a construção desses planos de gestão e se requer mais recursos ainda para implementar, então tem algumas iniciativas pelo próprio **Fundo Amazônia**, pelo banco **BNDS**, **mas que essas iniciativas hoje, o que a gente vem sentindo e vendo como dificuldade, é o acesso das comunidades, o acesso das organizações à esses recursos.**

-ANDREZINHO: Tem que ter CNPJ pra acessar esse fundo, por exemplo?

- Não, porque como é pelo Fundo Amazônia, é um banco, ele é muito burocrático e nós estamos nos adequando a essa burocracia de banco, que não é o mundo nosso, [...]

- (Ininteligível) muitas pessoas elas falavam “os indígenas eles são mal gestores”, nós não somos maus gestores, tanto que os nossos territórios estão aí, a nossa gestão ela é linda, tanto que a nossa gestão ela não destrói, ela continua mantendo viva as nossas tradições, as culturas, mas que nessa parte de leis, a gente lá atrás nós tivemos alguns gargalhos e nós tivemos alguns erros, mas nós reconhecemos estes erros, tanto que o movimento indígena ele veio lutando e veio lutando por políticas na parte de educação, que hoje nós já temos muitas indígenas na universidade, não só por cotas, mas esse sistema de cotas, de dar oportunidades, né, pra que ele venha a cursar um nível superior isso foi também uma luta do movimento indígena.

- ANDREZINHO: E muitos não reconhecem hoje, né?

- Que a gente sabe que precisa de políticas afirmativas porque não é só sair e vir pra universidade, a gente precisa se manter e terminar o curso na universidade, então quando o próprio sistema de educação onde havia bolsas pela FUNAI e pelas próprias universidades era mais fácil, você tinha um aparato direto, menos burocrático. Hoje não, você precisa fazer o cadastro, no MEC, aí entra na internet, né, então a gente deixou de ter o apoio direto seja da FUNAI, seja de órgãos municipais e se tem a nível federal onde a gente, é mais difícil o acesso, então não adianta se ter somente a cota se não tem como garantia a permanência do indígena até o final do curso, né, então a gente vê a evasão muito grande de indígenas que saem dos seus municípios que saem das suas aldeias e vem pra, por exemplo, pra Manaus e não consegue concluir o curso, né. Porque aí vem a parte social, a parte psicológica, a gente sofre preconceito, sofre discriminação, né André, não sei se você passou por isso mas eu lembro logo quando eu entrei na UEA nós tivemos no segundo ano um colega nosso de Santa Isabel que cursava Direito e ele não aguentou a pressão aqui, a pressão lá e ele acabou se suicidando, se suicidou, né. Ele era do curso de Direito da UEA, então pra gente assim, foi muito chocante na época né, foi quando a gente trouxe novamente, fez as reuniões do MEIAM, né, porque o movimento do estudante ele foi criado pra isso também, pra ter essa luta de políticas afirmativas para os indígenas que vem fazer o seu curso de graduação, então os próprios cursos de graduação e como num todo,

[...] quando a COIAB pensou em um movimento indígena foi de esses indígenas que saem das suas aldeias, que vem se preparar, né, que depois possam dar um retorno pras suas comunidades, pro seu povo e pras suas organizações. Então, a gente sabe que hoje nós temos também mão de obra indígena com capacidade, qualificada, e que vem se qualificando, mas quem diria que nós iríamos ter indígenas doutor? Doutor que não é só médico, né, mestres, como você agora se deus quiser vai ser mestre! (risos) Você sabe que não é fácil, então de se pensar na política como um todo é nisso, então a própria questão da gestão do território ele envolve tudo isso, então é qualificar e a gente sempre vem falando nesse processo de formação, que a gente, nós a gente precisa ter o processo de formação política, que aí é política nossa, a gente precisa conhecer nossa história, a luta do movimento, que ninguém deu...

-ANDREZINHO: Não tem como fugir, a gente que conhece não tem como...Por mais que você queira tomar rumo independente, mas não dá...

- Tudo que é de direito, tudo, todas as ações voltadas para os povos indígenas ninguém deu pra gente. “Ah os indígenas são legais”, não. É luta do movimento indígena. É pressão do movimento indígena, se não, nós não temos. Então é de se conhecer e de se saber, de se ter essa formação política que é essa da luta, do movimento, do porquê a gente precisa ter essa referência, né, junto com a parte técnica, que aí a parte técnica acadêmica, técnica mesmo, né, e algumas ações específicas em temas específicos que a gente precisa pra desenvolver dentro do nosso território, então é tudo isso que a gente fala, as ações elas são feitas a várias mãos, né, cada um dando a sua contribuição.

[...]

Então nós estamos com uma proposta junto com o próprio Fundo Amazônia, e se falando de autonomia, hoje a COIAB, há dez anos ela vem discutindo a proposta do Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, há dez anos se fala muito de fundo que é uma ferramenta que nós vamos ter para a nossa autonomia, para o nosso processo de governança dentro do nosso território, e hoje nós estamos enquanto COIAB no processo de construção deste fundo.

- ANDREZINHO: Isso tem a ver com aquele projeto que tinha do CAFI, por exemplo? Ou é outra coisa?

- Não, outra coisa. É de construir mesmo esse fundo, pra gente ter como uma ferramenta de acesso, que é o fundo específico para as organizações indígenas, acesso somente para as

organizações indígenas, porque a gente sabe que tem vários editais, tem recursos, mas que muitas organizações, quase todas não tem como acessar.

- ANDREZINHO: Ou concorre e não ganha mesmo, quem ganha é o pessoal do governo, como se diz aí, tipo a (...), sempre ganha os editais... Então como que seria esse fundo específico, né? Elas estariam de fora, né?

- Isso. Porque ela, essa criação... grande parte do recurso por exemplo do Fundo Amazônia quem investe são recursos que vem da Noruega, e como o Brasil ele deixou de alcançar os objetivos aos quais ele se propôs de diminuir desmatamento e não diminuiu o desmatamento da Amazônia, aumentou, até triplicou o desmatamento, então como não cumpriu, a Noruega cortou alguns valores de investimento para este Fundo Amazônico. Então, em conversa com a própria embaixada da Noruega, porque quem faz a gestão dos territórios, mas quem se mantém, os nossos territórios sem destruir, nós preservamos, somos nós e nós não ganhamos nada pra isso. Então é de se fomentar, mas de se investir nas organizações, nos territórios, nas implementações dos nossos planos de vida plena pra que esses territórios eles continuem assim, ajudando o meio ambiente, ajudando as mudanças climáticas, né. Então, se a própria embaixada e não só a embaixada, mas o próprio... a Alemanha, o KFW, eles investem, são acordos entre países, então por que não ter esse investimento direto para nós que somos os defensores, né, os defensores dos nossos territórios. Então esse fundo é pra essa captação de recurso, ao invés de se tá encaminhando via governo brasileiro, que a gente sabe não implementa lá no território, né, vem pros governos e o governo não implementa nos territórios, então, é deles investirem direto pra gente, então é específico pra esse fundo, pra que as nossas organizações, para que as comunidades, eles possam tá acessando esses recursos pra implementar os seus planos de vida plena dentro dos territórios.

[...]

- É, mas a gente sabe da importância da COIAB, por essa importância foi que nós não deixamos a COIAB fechar as portas, porque ela quase fechou as portas, né? Quando começou a estar com essa, com as contas bloqueadas pela justiça do trabalho, o prédio foi à penhora, muita dívida trabalhista, dívida fiscal, então a COIAB ela quase fechou as portas no sentido de quase dar baixa mesmo no seu CNPJ, nunca a COIAB ela ia morrer, não, a COIAB jamais, ela tem um papel muito forte, né? Ela foi criada... ela não foi criada por acaso, né, ela não foi criada por uma pessoa e a gente não pode permitir que a luta que a COIAB ela vem tendo até hoje, o seu próprio objetivo, a sua missão, ela simplesmente se acabe.

[...]

- Então a COIAB hoje ela vem se fortalecendo, ela politicamente, ela tem uma área de abrangência assim muito grande, é respeitada politicamente, não só aqui a nível regional, não só a nível nacional, mas internacionalmente a COIAB ela tem um peso político grande, ela tem um respeito grande, mas que durante esse caminhar ela perdeu um pouco a credibilidade perante a sua base porque ela foi criada pra isso, pra ser o nosso, não só porta-voz, mas pela luta dos direitos dos povos indígenas da Amazônia, mas a partir do momento que nós deixamos de estar com a nossa base, nós deixamos de frequentar e dar importância pra nossa agenda indígena, nós nos desconectamos, então esse foi um momento de reconectar novamente com a base...

- ANDREZINHO: Essa estratégia seria os conselheiros, né? A coordenação tem várias agendas né, pra fazer.

- Não só os conselheiros, mas as organizações, de envolver a todos porque nem todas as lideranças indígenas elas estão vinculadas a uma organização indígena e a luta da COIAB não é só para quem está em alguma organização indígena, são para todos, pra todos. Para os que estão nas aldeias, pra os que tiveram que deixar suas aldeias e vir para os grandes centros urbanos, pra os municípios, né. Então as políticas...

-ANDREZINHO: Isso é um contexto latino-americano, que (tiveram que deixar suas aldeias)...

- Mas que o Estado até nisso nos dividiu, porque as políticas públicas para os povos indígenas elas não deveriam ter essa diferenciação de aldeados e não aldeados. Porque quando a gente sai da nossa aldeia a gente não deixa de ser indígena, se a gente sai do Brasil a gente não deixa de ser indígena, então por que que as políticas elas precisam ser para aldeados e não aldeados? Em qualquer lugar onde a gente vai a gente precisa ter um direito nosso. Então essa também é uma luta nossa, né? De ter esse olhar e de se pensar nos povos indígenas como um todo, na coletividade, não para quem está na aldeia ou para quem não está na aldeia ou para quem está fora do Brasil, é porque você sabe, André, que nós somos povos sem fronteiras, né? Nós temos os nossos territórios e os nossos territórios eles não estão muitas das vezes em um único Estado, eles ultrapassam a fronteira para outro Estado e até para outros países. Mas é nosso território.

[...]

- Internacional e nacional também, então nós estamos com uma proposta, porque, próximo ano, 2019, a COIAB completa trinta anos, trinta anos de luta, André, trinta anos de resistência, trinta anos de construção, né, e agora com uma nova reengenharia pra poder colocar tudo isso funcionando, como dever ser. Então os trinta anos da COIAB a gente vem trazendo um pouco do que você está colocando no seu trabalho, é importante, você já está convidado, será no médio Solimões, lá na aldeia dos ticuna, é alto?.

- ANDREZINHO: É, Alto Solimões. Alto, lá na Betânia?

- É, Alto Solimões, Betânia. Lá no Alto Solimões. Será a nossa assembleia avaliativa, e será a comemoração dos trinta anos, onde nós vamos estar fazendo essa linha do tempo, André, e aí você tem muito como colaborar conosco, nós queremos trazer as lideranças que participaram do processo de construção da COIAB, as lideranças que ainda estão aqui, né, e que deixaram esse legado dentro de gestões anteriores da COIAB. Então, todas as lideranças, de tá vendo o papel, mas de tá olhando pra essa linha do tempo e vendo o quanto nós já avanços o que nós já quase caímos, que a gente se reergueu, né, levantou e a gente vem firme novamente com essa luta da COIAB em prol da coletividade, dos amazônidas, da Amazônia brasileira. E nesses trinta anos que a gente quer fazer o lançamento do Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, o nome nós ainda estamos pensando, ainda não tem assim um nome, nós estamos pensando, mas que a gente sabe que o fundo é importante para...não vai resolver o problema, mas vai ajudar muito como uma ferramenta de acesso das nossas comunidades, do povo da Amazônia brasileira, dos povos indígenas, para implementação dos nossos planos de vida plena, então é pra tudo, porque quando se fala na PNGATI, quando se fala do GTA que é nosso plano de vida, envolve a parte de cultura, a parte de educação, a parte de saúde, a parte de geração de renda, a parte dos lugares sagrados, envolve todo o nosso ecossistema, toda a nossa cosmovisão do porquê que nós estamos aqui, mas principalmente do porquê nós precisamos e do que precisamos para viver bem, por isso que a gente chama do bem viver, né, é o viver bem, bem com o entorno, bem com nós mesmos, bem como o nosso território, então essa interligação espiritual como nós temos com o nosso território, então a gente, é muita coisa pra fazer, por isso que muita gente fala assim “ah, a Nara quase não para em Manaus”, não paro mesmo.

- Isso é verdade. Eu sei, entendo né, mas a ideia do trabalho também é entender o que que a gente faz, o que a COIAB faz né.

[...]

- E não é só eu, justamente por isso, pra gente entender, pra COIAB ter essa força, a gente precisa ouvir vocês, e pra ouvir a Amazônia a gente precisa ir na Amazônia. Então, eu ainda não fui no estado do Tocantins, mas a coordenadora Ângela, né, o coordenador Mário, na gestão anterior com o próprio coordenador Maximiliano, com o João Neves e com o

Lourenço, a gente dividir as nossas zonas de ações mas onde a gente vem dando prioridade pras nossas agendas indígenas, é de tá nas assembleias, de tá nas comunidades, pra gente poder sentir e fazer com que todos também se sintam valorizados e fazendo parte desse processo de reengenharia e fortalecimento da COIAB, por isso é que nós lançamos até campanha “Somos todos COIAB”, então pra gente falar, a gente precisa se sentir COIAB, então precisa ter uma equipe aqui em Manaus pra poder as coisas andarem e a gente poder fazer o nosso papel político que é de tá na base, de tá nas aldeias, de tá na base, na comunidade, no município, de tá não só em Brasília e fora do país, mas de ter essas...

3.5- Outros diálogos feitos, outras observações

Em entrevista a mim concedida⁴⁶, Manoel Moura narrou sua trajetória de vida procurando evidenciar sua escolha política no transcorrer do processo de articulação do movimento indígena. Por meio das trajetórias dos líderes do movimento indígena é possível compreender as concepções e motivações que promoveram atuação política de indígenas no campo indigenista brasileiro. Ortolan Matos (1997), ao entrevistar as principais lideranças indígenas que criaram a União das Nações Indígenas, identificou experiências de vida comuns entre essas lideranças que, provavelmente, influenciaram suas tomadas de decisões sobre a articulação política dos indígenas em uma organização:

As experiências no mundo dos "brancos", que lhes proporcionaram uma compreensão da sociedade nacional bastante útil à organização de uma mobilização indígena em defesa dos seus próprios direitos. Eles adquiriram tais experiências, inicialmente, através de seus estudos nas escolas das áreas indígenas, que eram geralmente dirigidas por missões religiosas, e pela residência um período de suas vidas nas cidades. Na maioria das vezes, eles deixavam sua aldeia ainda crianças, com ou sem a família, em busca de melhores condições de vida, sobretudo no que diz respeito à formação escolar, à saúde e à aquisição de um trabalho melhor remunerado. (ORTOLAN MATOS, 1997)

Manoel Moura me afirmou que sua base política foi formada na região do Alto Rio Negro, por meio de sua relação com “lideranças tradicionais” e de sua participação na União Familiar Animadora Cristã (UFAC), considerada por ela a primeira instituição indígena criada em 1979, participação na qual despertou o interesse pela questão da garantia da Terra Indígena. Todavia, antes de estar envolvido com a política indígena, trabalhou no Exército e na FUNAI. Foi no seu trabalho na FUNAI em Manaus, segundo sua entrevista, que percebeu que estava sendo humilhado e servindo de instrumento do governo, o que o fez tomar a decisão de voltar para sua região. Nesta ocasião, deparou-se com a invasão de garimpeiros,

⁴⁶ No II Encontro de Registro Civil dos Povos Indígenas – Projeto Rondon /Ministério da Justiça, em Manaus, dezembro, 2008.

incentivado pela política estatal denominado de Projeto Calha Norte⁴⁷. Foi neste período, que começou a ser implantado na região este Projeto estatal, associado à implantação de empresas mineradoras, como a Paranapanema e a Goldamazon, comprometidas com pesquisa e lavras minerais.

Segundo seu depoimento, foi a partir destes acontecimentos que começou o seu interesse pela luta do movimento indígena e tomou a decisão de voltar à Manaus para denunciar os problemas relacionados à invasão e conhecer outras lideranças que faziam parte da União das Nações Indígenas. No entanto, estas lideranças tinham pensamentos diferentes do seu naquela ocasião, por pensarem politicamente em nível de Brasil, enquanto seu pensamento estava voltado para problemáticas específicas da região amazônica. - embasado pela História dos Índios na Amazônia, citou como exemplo a construção de estradas e hidrelétricas. Em 1987, participou da criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN organização criada para representar a região do Rio Negro. Sua atuação política lhe trouxe consequências, sobretudo no período de defesa dos direitos indígenas durante a Assembleia Constituinte, em 1987, e a promulgação da nova Constituição brasileira, em 1988:

Em 1987 e 1988 a luta foi contundente, eu era vigiado pela Polícia Federal e pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), nas reuniões, a Polícia Federal se passava por imprensa, qualquer movimento, manifestação eu era suspeito.

A história indígena de articulação do movimento indígena e criação de organizações indígenas ocorre justamente no período de muita violência contra os povos indígenas no país: invasão garimpeira do território Yanomami, em Roraima, que entre 1987 e 1993 vitimou mais de mil e quinhentos índios (entre os casos mais marcantes está o massacre da Maloca Haximu, ocorrido em julho de 1993, com doze índios assassinados); o massacre do Capacete no Alto Solimões, no Amazonas, em 1988, no qual quatorze Tikuna foram mortos, e os assassinatos em todo país de lideranças indígenas bastante atuantes, como o Ângelo Kretã Kaingang, Marçal Guarani, Xicão Xucuru, Galdino Pataxó e Aldo Macuxi (CIMI, 2008).

Conforme a luta pelos direitos indígenas se intensificava no Brasil, surgia a necessidade de criar mecanismos que possibilitassem ações políticas mais incisivas, atentando-se para a peculiaridade regional e étnica de cada povo e região, ao mesmo tempo para as condições de interlocução regional, nacional e internacional foram ampliadas (Baines,

⁴⁷ PCN é um projeto do governo da época militar que objetiva ocupar as regiões de fronteira da região Norte, por meio de pelotões do Exército, de projetos de desenvolvimento econômico (precisamente de exploração mineral) e de projetos de colonização. O projeto de colonização previa levar famílias pobres da região do Nordeste brasileiro para a ocupação das áreas de fronteiras, consideradas pelos militares como “vazios demográficos”.

1999). No Amazonas, mais especificamente na região do Alto Solimões, tal fenômeno organizacional ocorreu em 1982, com a criação do Conselho Geral da Tribo Ticuna-CGTT. Ações políticas como estas que criou CGTT favoreceram e deram suporte para a criação de outras organizações no Amazonas, como a FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (1987), CGTSM – Conselho Indígena da Tribo Sateré-Mawé (1990), UNI/Tefé - União das Nações Indígenas de Tefé (1990), CIVAJA - Conselho Indígena do Vale do Javari (1990). Estas organizações foram criadas com caráter de representatividade regional, tendo a pretensão de articulação política mais ampla, o que levaria seus líderes atuarem não só em suas próprias comunidades ou etnias. Outras organizações também foram criadas no Amazonas, nas décadas de 80 e 90, com características de atuação mais específicas, seja por etnia, por gênero ou categoria social definida junto à sociedade não indígena (estudante, professor, atuações econômicas): CIM - Conselho Indígena Mura (1990); AMARN⁴⁸ - Associações das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (1986); AMISM - Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (1990) e MEIAM - Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (1990) - as três últimas sediadas em Manaus.

Sobre a COIAB ter assumidos atribuições estatais, Manoel Moura me alerta:

A COIAB foi criada para ter outra forma de administração, estão seguindo a forma de administração do governo, eles estão dentro do governo, se o governo é corrupto, eles também são corruptos. Eles não podem mais criticar o governo.

⁴⁸ AMARN, enquanto a primeira organização indígena criada na cidade de Manaus em 1986, foi quem apoiou as lideranças com hospedagem, alimentação entre outros durante o período de articulação para a criação do movimento indígena amazônico que posteriormente será a COIAB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo meu trabalho expressando minhas considerações finais ressaltando esta pesquisa como parte do que Gersem Luciano Baniwa (2011) sinaliza ser necessário sobre ter processos permanentes de formação política e técnica para as lideranças indígenas, sobretudo para que a inserção participativa indígena em esferas estatais não represente desvantagens para o próprio movimento indígena quanto à garantia dos direitos e interesses dos povos indígenas.

Espero ter demonstrado neste meu trabalho a complexidade do "lugar" do indígena quando inserido em órgãos estatais. Por um lado, a entrada de indígenas na gestão de políticas estatais diretamente relacionadas aos direitos indígenas é vista ainda com otimismo, por estar vinculada a um desejo de autogestão acalentado durante muito tempo pelos povos indígenas no Brasil. No entanto, o movimento indígena tem sido mais reflexivo sobre como os limites desta participação. Fazer uma reflexão mais crítica sobre atuação indígena em esferas do Estado brasileiro, não significa assumir uma posição contrária ao exercício indígena da democracia, mas sim propondo ao movimento indígena uma posição mais vigilante em relação à invenção de novos experimentos políticos:

En estos nuevos tiempos del indigenismo brasileiro, cuando entra en escena un actor retardatorio, pero hace mucho tiempo esperado y bienvenido –el intelectual indígena– lo mínimo que nosotros antropólogos podemos hacer es poner a su disposición nuestra larga práctica de atravesar los abismos de *méconnaissance* transcultural y juntos, deshacer las trampas del falso entendimiento, de manera que construyamos puentes de comprensión mutua. Tal vez más de que en el pasado, ahora esta es muy necesaria, cuando la propia autonomía indígena, ya existente o por construir, depende de la comunicación más eficiente posible con el Estado-nación. Al final, el Estado es el que continúa dictando las reglas del (con)vivir interétnico y al generar *méconnaissance*, pone a los indígenas en franca desventaja en la arena interétnica. Cabe a profesionales como nosotros, pero tal vez más a los intelectuales indígenas, volcarse sobre esas cuestiones e intentar reconocer para después superar las trampas de ese léxico traicionero. (RAMOS, 2015,p.72)

Fazer a escolha de trazer para o texto as falas das próprias lideranças é permitir com que eles mesmos expressem diretamente ao leitor da minha Dissertação sua compreensão da participação da política indígena nas esferas estatais, a partir de suas referências de significados constituída pelas experiências de suas trajetórias. Espero, assim, contribuir para a reflexão sobre se o Estado brasileiro está efetivamente propiciando a vivência da diversidade étnica em sua estrutura ou apenas incorporando os indígenas em suas instâncias sem lhes permitir maior poder de atuação. Quanto a esta questão, Ortolan Matos (2006) propõe que o

conceito de *diálogo intercultural* de Roberto Cardoso de Oliveira dá a possibilidade analítica de:

Questionar-se, se ao promover participação indígena nas esferas estatais de atuação, o Estado brasileiro tem viabilizado a articulação entre os distintos sistemas de significados ou tem mantido o predomínio hierárquico do sistema não-indígena. Ou seja, se o Estado brasileiro está ou não realmente disposto a superar as dificuldades de comunicação entre os membros de comunidades culturalmente distintas (sejam eles, líderes indígenas, membros de ONGs, servidores do órgão indigenista, representantes dos doadores, antropólogos, agentes do *Poder Local* etc), viabilizando espaços de diálogos em que diferentes sistemas de significados possam interagir e formular acordos parciais de entendimento entre eles. (ORTOLAN MATOS, 2006, p.20)

A defesa desta Dissertação, considerando o atual contexto de desconstrução da cidadania indígena como diferenciada por sua especificidade étnica, tem implicância tanto para minha trajetória inserida em família Kambeba atuante historicamente no movimento indígena, como também para o reconhecimento da persistência política dos povos indígenas no Brasil em buscar dentro do Estado nacional a sua autonomia política.

Compreendi, a partir dos dados etnográficos, que desde as articulações para criação do movimento indígena, nos anos de 1970, os povos indígenas buscam seu protagonismo diante da sociedade brasileira e do Estado brasileiro. Em seu segundo momento, com a institucionalização do movimento (criação das organizações indígenas), nos anos 1980 e 1990, com a descentralização da política indigenista brasileira, a partir da década de 1990, lideranças indígenas começaram a participar de diversos “espaços”, nos quais discutiam políticas públicas específicas para os povos indígenas. O terceiro momento ficou marcado pelas organizações indígenas ao assumirem a gerência e execução da saúde indígena, no início dos anos 2000, o que lhes causaram problemas de diversa natureza e até extinção das mesmas, em especial na Amazônia. O quarto momento defino como atuação direta de profissionais e lideranças indígenas na estrutura mais ampla do Estado brasileiro, no planejamento e execução de políticas públicas direcionadas especificamente aos povos indígenas, que exemplifico aqui citando SECADI/MEC, SEIND-FEI/AM e GEEI/SEDUC-AM. A partir da realização desta pesquisa, compreendi a entrada de profissionais e lideranças indígenas no Estado brasileiro como tentativa de reduzir a “violência” do Estado contra os povos indígenas. Uma vez que não podemos no contexto atual anulá-lo, considero essencial esta presença indígena na estrutura do Estado.

Portanto, sinto que as reflexões apresentadas aqui, com apoio teórico e metodológico da Antropologia Social, podem contribuir com a ressignificação dos espaços políticos interétnicos, envolvendo neste processo reflexivo tanto os não indígenas como também os indígena, sobretudo os que se desafiam a estarem no movimento a partir de sua formação

acadêmica. Considero que o campo intelectual acadêmico permite, a nós antropólogos indígenas ou indígenas antropólogos, criarmos instrumentos necessários para o empoderamento dos povos indígenas em seus diversos contextos políticos, sociais e econômicos. Nesta dissertação, minha posição de pesquisador indígena me fez compreender que o “saber” e o “fazer científico” não terão sua relevância somente criando teorias sem empoderar seus “sujeitos”.

4. REFERENCIAS

4.1-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Philip, GRUPTA, Akhil (et al). 2015. *Antropologia del Estado*. FCE, Mexico.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. 2010. *Os índios na História do Brasil*. Editora da FGV: Rio de Janeiro - RJ.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. 1997. *O Diretório dos Índios – um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Editora da UnB: Brasília – DF.
- ALVAREZ, Sônia (et al). 2000. “O Cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”, In. *Cultura e política nos Movimentos sociais latino-americanos*. Editora UFMG, Belo Horizonte – MG.
- BARTH, Fredrik. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro – RJ.
- BASTOS, Rafael José de Menezes. 1982. "Sobre a noção de tutela dos povos e indivíduos indígenas pela União". In: Santos, Silvio Coelho dos (org.). *O Índio perante o Direito: Ensaio*. Florianópolis, Ed. UFSC, (p. 59-60).
- BRASIL. 2016. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de edições técnicas.
- BRASIL. Ministério da Saúde, 2018. Informação institucional. <<http://portalms.saude.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso: em 23 de setembro de 2018.
- BENGOA, José. 2000. *La emergencia indígena en la América Latina*. Fondo de cultura económica. Paseo Bulnes, Santiago, Chile.
- BORGES, Paulo H. Porto. 2005 *O Movimento indígena no Brasil: histórico e desafios*. In: Princípios: Revista Teórica, Política e de Informação.
- BARTOLOMÉ, Miguel. 1996. *Movimientos Etnopolíticos y autonomias indígenas em México*. Série Antropológica, 209. Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília.
- BITTENCOURT, Libertad Borges. 2002. *As organizações Indígenas na America Latina - Brasil/Mexico - 1970/2002*. Tese de doutorado, UNB.
- BONFIL BATALHA, Guillermo. 1982. *América Latina: Etnodesarrollo, Etnocidio*. Ediciones FLACSO: Costa Rica.
- BOURDIEU, Pierre. 1997. *A Miséria do Mundo* : Editora Vozes: Rio de Janeiro - RJ.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Papirus: Campinas, SP.

- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. 2002. *A profissão do Sociólogo*. Vozes: Petrópolis - RJ.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto, 1988. *Etnicidade e Globalização*. In: O trabalho do Antropólogo. Paralelo/15: Brasília – DF.
- OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. 2011. Processo de Construção da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI: Possibilidades, limites e desafios do diálogo entre estado e povos indígenas no Brasil. FUNAI/GIZ: Brasília – DF.
- OLIVEIRA FILHO, 1988. João Pacheco (org.). *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Contra Capa Livraria Rio de Janeiro – RJ.
- CRUZ, A.F. 2008. *Política Estatal e o Desafio Indígena: COIAB – Trajetória e Novo Campo de Ação de uma Organização Indígena na Amazônia*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Amazonas – UFAM: Manaus-AM.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. 2009. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. Cosac Nayfy: São Paulo-SP (p. 311-375).
- DE PAULA, Luís Roberto; VIANNA, Fernando de Luiz Brito. 2011. *Mapeando Políticas Públicas para os Povos Indígenas*. Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ: Rio de Janeiro – RJ.
- ELIAS, Norbert. 1980. *Introdução à Sociologia*. Pax: Braga..
- EVANS-PRITCHARD, E.E. 1978. *Os Nuer*. Editora perspectiva: São Paulo – SP
- FORTES, M & EVANS-PRITCHARD, E.E.1981. *Sistemas políticos africanos*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- GEERTZ, Clifford. 1991. *Negara. O Estado-teatro no século XIX*. : Difel: Lisboa.
- GLUCKMAN, Max. 1987 [1958]. “Análise de uma situação Social na Zululândia moderna”. In: Feldman-Bianco, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Global: São Paulo – SP.
- FOUCAULT, Michel. 2003. *Estratégia, Poder-Saber*. Forense Universitária: Rio de Janeiro – RJ.
- FOUCAULT, Michel. 2005. *Microfísica do Poder*. Forense Universitária: Rio de Janeiro – RJ.
- FUNAI, 2018. *HISTÓRICO DO PAPEL DA FUNAI NA SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS*. Fonte: ASCOM/FUNAI <www.funai.gov.br>. Acesso: 23 de setembro de 2018.
- FUNAI. 2016. *Conferência Nacional dos Povos Indígenas, em 12 a 19 de abril de 2006, Brasília - D.F. - Documento Final*. Brasília: FUNAI/CGDTI.

LEACH, Edmund Ronald. 1996. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. (tradução: Danesi et al.,) Editora Universidade de São Paulo: São Paulo-SP.

LUCIANO (Baniwa), Gersem José dos Santos .2011. *Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real* (Tese). PPGAS/UNB. Brasília/DF.

LUCIANO (Baniwa), Gersem José dos Santos .2007. "Movimentos e políticas indígenas no Brasil Contemporâneo". *Tellus*, ano 7, n. 12, p. 127-146. Campo Grande - MS.

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. 2003. *Identidade como articulação de novas possibilidades: etnohistória e afirmação étnicos dos Cambeba na Amazônia*. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus – AM.

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. 2009. *Da proa da canoa: por uma etnografia do movimento indígena em Tefé*. Revista Somalu, ano 9, nº2, jul/dez.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. 2006. *Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: Experiências exemplares no Vale do Javari*. Tese de Doutorado da Universidade Estadual de Campinas: Campinas – SP.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. 1997. *O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

RAMOS, Alcida Rita. 2015. "Sobre malentendidos interétnicos". *Universitas Humanística*, núm. 80, julho/diciembre, 2015, pp. 53-75. Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, Colombia.

RAMOS, Alcida Rita. 1994. *Índio Hiper Real*. In: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs> (publicado originalmente na *Critique of Anthropology*, vol. 14, nº2/153-172.)

RAMOS, Alcida Rita. 1990. *Indigenismo de resultados*. Série Antropologia 100, Brasília.

SILVA, Rosa Helena Dias da. 1999. "A autonomia como valor e articulação de possibilidades: O movimento dos professores indígenas do Amazonas, de Roraima e do Acre e a construção de uma política de educação escolar indígena." *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº 49, Dezembro/99.

SEEGER, A. 1982. "Os índios e o desenvolvimento nacional". In: SANTOS, S. C. (Org). *O índio perante o Direito*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 25-30.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMAN, M.; IGLESIAS, Marcelo M. P.; GARNELO, Luiza; PACHECO DE OLIVEIRA, J. 2004. "A administração pública e os povos indígenas". In: INESC. (Org.). *A era FHC e o Governo Lula: transição?* . 1 ed. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, , v. , p. 293-326.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. 1995. *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Vozes: Petrópolis – RJ.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 2002. "Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: “reflexões a partir da administração indigenista no Brasil” ". In: BASTOS, C; ALMEIDA, M. V. de; FELDMAN-BIANCO, B. (Coord.) 2002. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. p. 151-172.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 2012. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, V. 55 Nº 2.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 2015. "Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI". *MANA* 21(2): 425-457.

WARREN, Kary B. 2000. “Os movimentos indígenas como um desafio ao paradigma do movimento social unificado na Guatemala”, In. *Cultura política nos Movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, p. 257-300.

WEBER, Max. 1995. “Comunidades étnicas”. In. *Economia e Sociedade*. Vol. 2. Editora UNB: Brasília – DF, p. 105-122.

WEBER, Max. 1995. “Comunidades Políticas”. In. *Economia e Sociedade*. Vol. 2. Editora UNB: Brasília – DF, p. 155-186.

WEBER, Max. 1995. “Estrutura e Funcionamento da Dominação”. In. *Economia e Sociedade*. Vol. 2. Editora UNB: Brasília – DF, p.187-322.

4.2- REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios Etnoeducacionais. DECRETO Nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Centro de Documentação e Informação.

COIAB. 1989. Relatório da 1ª Assembleia da COIAB – Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Manaus- Am.

COIAB. 1990. Relatório da 2ª Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Manaus- Am.

COIAB. 1996. Relatório da V – Assembleia Geral Ordinária da COIAB. Manaus-Am.

COIAB. 2000. Relatório Anual da COIAB. Manaus – AM.

COIAB. 2001. Estatuto Social da COIAB. Manaus – AM.

COIAB. 2003. Relatório CONDEF/COIAB 2º semestral 2003. Manaus - AM.

COICA. 2004. Organizações indígenas representadas na Amazônia. (www.coica.com). Acesso: jun.2008.

COIAB. 2005. Cartilha de Subsídios da Reestruturação do Movimento Indígena Amazônico. Manaus –AM.

COIAB. 2007. II Fórum dos Povos indígenas da Amazônia, (www.coiab.com.br). Acesso: jan. 2008.

COIAB. 1990. 500 anos de invasão das Terras Indígenas. Boletim Informativo Nº3 Ano I. Junho de 1990: Manaus-AM.

COIAB. 1991. A Caminhada da COIAB. Boletim Informativo Ano II Nº04. Manaus-Am. Fevereiro /91.

COIAB. 1991. Índios Articulam-se em Defesa de Seus Direitos. Boletim Informativo Ano II Nº 05. Manaus-Am. Março/91.

COIAB. 1992. Informativo da COIAB Nº 12 Junho /92 Manaus-Am. A Vez E A Voz! Do Povo Indígena. COIAB- Um passo decisivo para a melhoria de vida. Pág. 03.

COIAB. Um Retrato Atualizado Do Movimento Indígena da Amazônia – Ação Da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira 1998/2001. Manaus, maio 2001.

COIAB. 2002. Programa Trienal de Fortalecimento Institucional do Movimento Indígena da Amazônia 2002-2004. Manaus-AM.

COIAB. 1999. Projeto de Revitalização do Movimento Indígena da Amazônia 1999 a 2001 (Projeto elaborado sob a responsabilidade da atual Coordenação Executiva a partir dos resultados da Avaliação e Planejamento Estratégico da COIAB em dezembro de 1998). Manaus-AM.

COIAB. 2011. Movimento Indígena na Amazônia e o diálogo entre parentes. In; Informativo TROCANO – A voz dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira. Manaus-AM.

CIMI. 1975. 2ª Assembleia de Chefes Indígenas. Missão Cururu: Belém – PA.

FNEEI. 2015. Ato de fundação do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena do Brasil. Luziânia-GO.

FOREEIA. 2014. Histórico da criação do Fórum de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas – FOREEIA.

FOREEIA. 2015. Relatório da coordenação do FOREEIA com parceiro. Manaus-AM.

FOREEIA. 2015. 1ª Marcha pela Educação Escolar Indígena. Manaus- AM.

FOREEIA. 2017. Posicionamento público da III Marcha da Resistência Indígena no estado do Amazonas. Manaus-AM.

FOREEIA. 2017. Posicionamento político do FOREEIA diante das ameaças dos direitos indígenas. Manaus-AM.

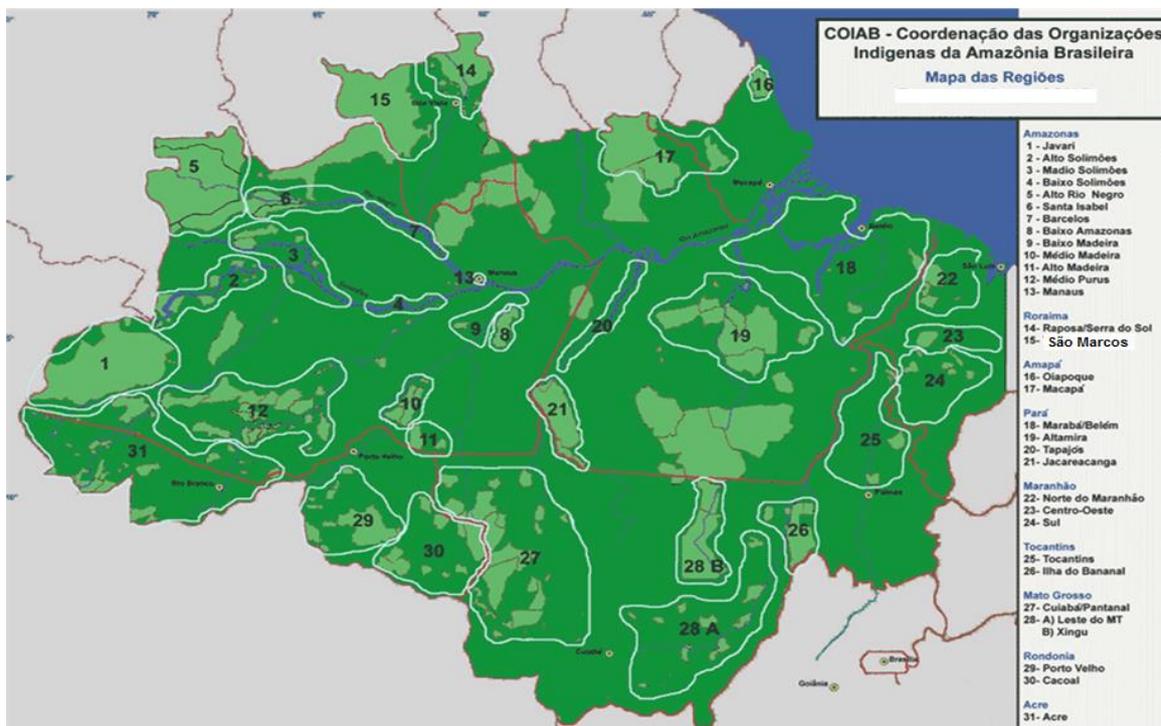
FUNAI. 2006. Conferência Regional dos Povos Indígenas: Documentos Finais (1.Documento Final Maceió – AL; 2. Documento Final Dourados –MS; 3. Documento Final Florianópolis – SC; 4. Documento Final Pirenópolis – GO; 5.Documento Final CUIABÁ – MT; 6. Documento Final Manaus – AM; 7. . Documento Final Porto Velho – RO; 8. Documento Final São Vicente – SP; . Documento Final Belém – PA).

4.3- DOCUMENTÁRIO

REMISSÕES sobre o Rio Negro.2010. Direção de Erlan Souza e Fernanda Bizarria. Brasil, AM.

ANEXO 1 - MAPAS E LOGOTIPO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

FIGURA 1: MAPA DAS REGIÕES DE ABRANGENCIA DA COIAB



Fonte: Apresentação Institucional COIAB, 2009.

FIGURA 2: LOGOTIPO DA COIAB E LEMA



Unir para organizar, fortalecer para conquistar

Fonte: Apresentação Institucional COIAB, 2009.

FIGURA 3: LOGOTIPO DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS DO BRASIL



Fonte: Apresentação Institucional COIAB, 2009.

FIGURA 4: Logotipo da - Coordindora de las Organizaciones Indigenas de la Cuenca Amazônica - COICA em destaque e logotipo das demais Organização Indígena os Países Amazônicos, que assim como a COIAB são membros da COICA. Demonstrando a articulação política indígena a nível internacional.



Fonte: Apresentação Institucional COIAB, 2009.

ANEXO 2 – DOCUMENTOS / COIAB

DOC. 1: DADOS DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS PRESENTES NA I ASSEMBLEIA DA COIAB/1989.

I ASSEMBLÉIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Manaus, 17 a 21 de abril de 1989

Organizações Indígenas presentes na Assembléia:

Roraima

CIR - Conselho Indígena de Roraima

Amazonas

UNI - AM - União das Nações Indígenas - regional Amazonas

Rio Negro:

FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

ACITRUT - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Taraquã, Uaupés, e do Rio Tiquiô.

ACIRI - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana

UCIRT - União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié

AMARN - Associação das Mulheres do Alto Rio Negro

OCITRU - Organização Central Indígena das Tribos do Rio Uaupés

ACIRX - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié

CEARN - Casa do Estudante Autóctone do Rio Negro

Alto Solimões:

CGTT - Conselho Geral da Tribo Ticuna

OGPTB - Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues

Médio Solimões:

UNI - Tefé - União das Nações Indígenas - regional Tefé

Médio Amazonas:

CGTSM - Conselho Geral da Tribo Sateré Maué

OCIM - Organização do Conselho Indígena Munduruku

Acre

UNI - Acre - União das Nações Indígenas - regional Acre

Rondônia

Organização Metaredã - Povo Indígena Suruí

*Povos Indígenas representados na Assembléia:

Roraima

Macuxi

Wapixana

Acre

Yawanawa

Apurinã

Kaxinawa

Manchineri

Amapá

Karipuna

Rondônia

Karitiana

Suruí

Cinta Larga

Oro Wari

Amazonas

Ticuna

Kambeba

Sateré Maué

Werikena

Tukano

Baré

Arara

Dessana

Tariana

Pira Tapuia

Iauareté Tapuia

Munduruku

TOTAL: 17 Organizações Indígenas presentes

23 Povos Indígenas representados

52 Indígenas representantes

ASSEMBLEIA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZONIA BRASILEIRA

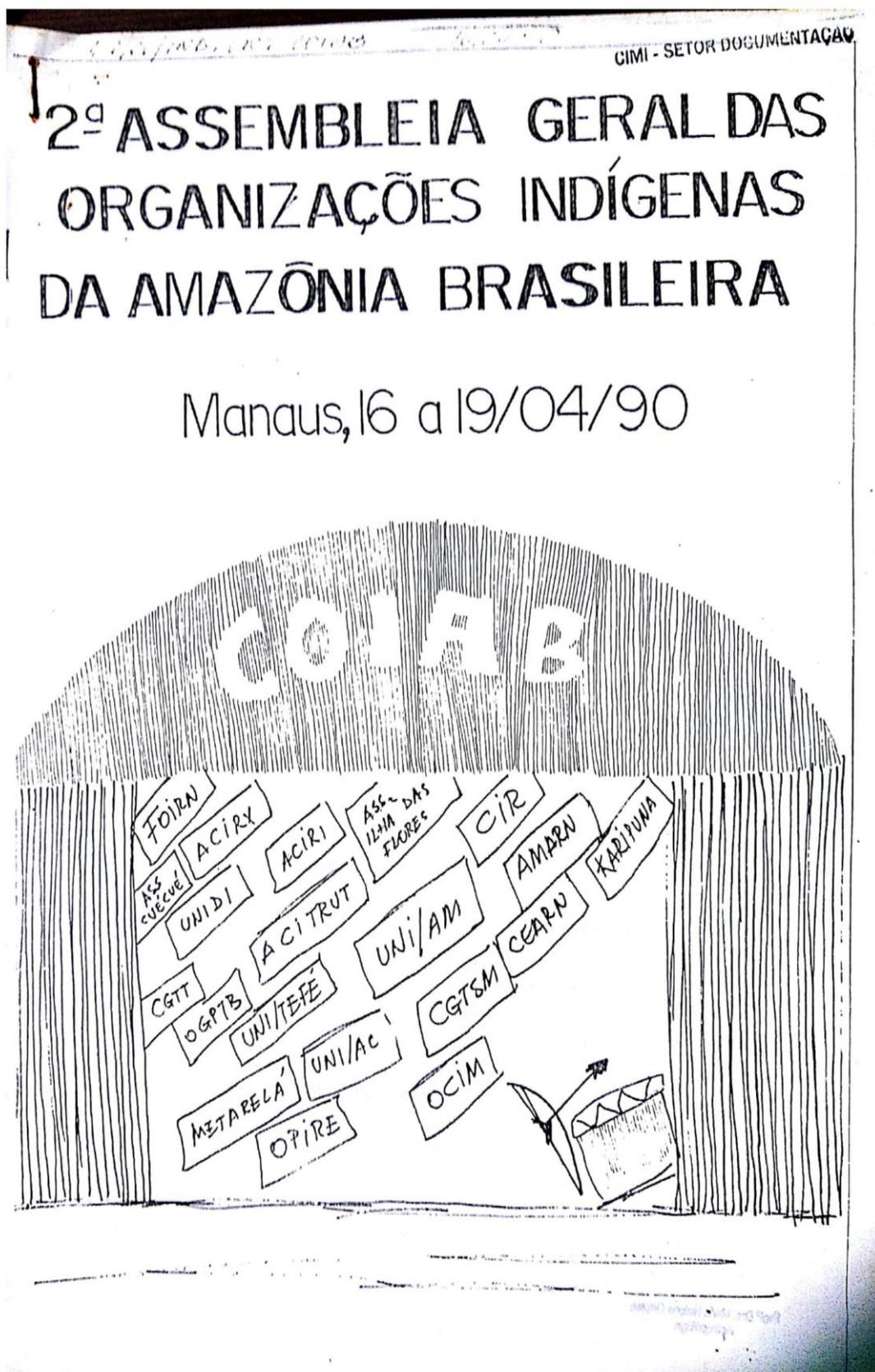
Manaus 17 a 21 de abril 1989

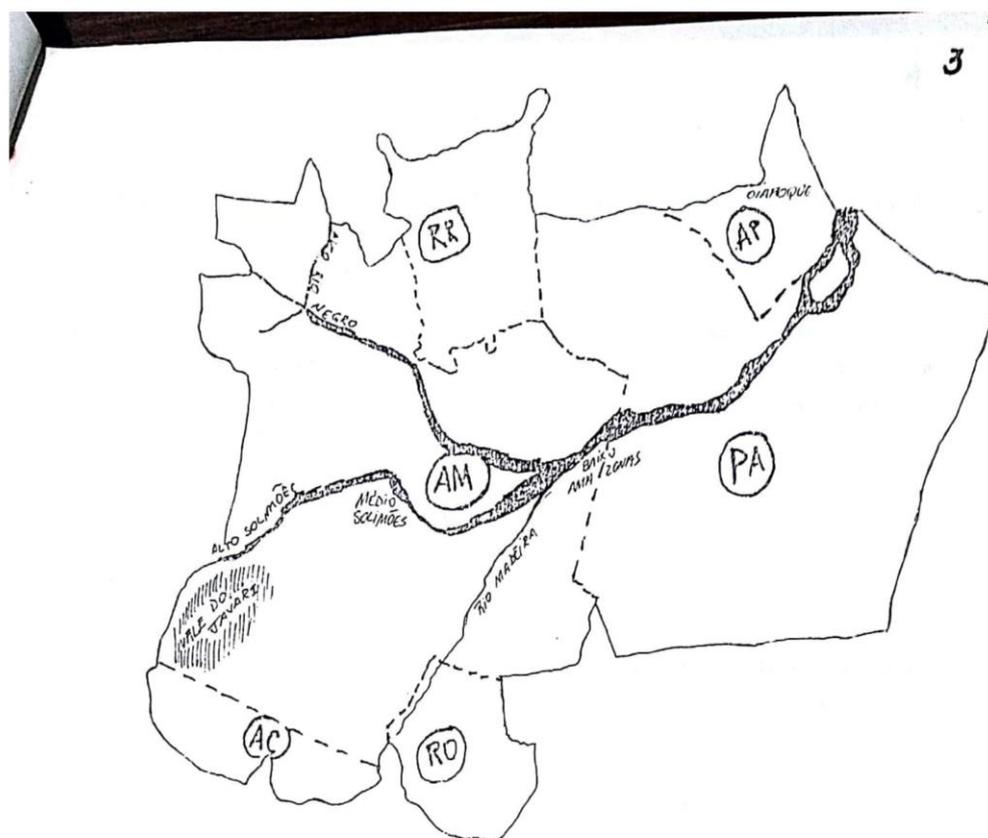
PARTICIPANTES

NOME	POVO	ORGANIZAÇÃO	ESTADO
Jaci de Souza	Makuxi	CIR	Roraima
2. Clovis Ambrosio	WAPICANA	"	"
3. Orlando de Souza	Makuxi	"	"
4. Augustinho Paulino	"	"	"
5. Raimundo Saldanha	"	APIR	"
6. Manoel Silva Santos	"	"	"
7. Pedro Meireles	Tucano	SOCTRU	Amazonas
8. Braz de O. França	Baré	ACBRN	"
9. Francisco Davila	Baniwa	UCIRI	"
0. José Maria de Lima	TARIANO	UCIY	"
1. Sebastião M. Fer.	TARIANO	FOIRN	"
12. Pedro Garcia Flavio <i>Cavalle - Manoel</i>	<i>Cavalle - Manoel</i>	<i>FOIRN</i>	"
13. Artur Gilberto	KURIPAKO	"	"
14.	"	"	"
5. Pedro Mendes	TICUNA	CGTT	Amazonas
16. Pedro Inacio P.	"	"	"
17. Aureliano M. Gab.	"	"	"
18. Alirio M. Morais	"	OGPTB	"
19. Nino Fernandes	"	"	"
20. Clovis	MARUBO	"	"
21. José Severino	MANTINERI	UNI/ACRE	Acre
22. Manoel Roque	YAWANAWA	"	"
23. Antonio Fer. S.	APURINÁ	"	"
24. Julio Barbosa	KAXINAWÁ	"	"
25. Itabira	SURUI	"	Rondonia
26. Henrique	"	"	"
27. Garcia	KARITIANA	"	"
28.	ARARA	"	"
29.	GAVIÃO	"	"
30. Mario Santos	KARIPUNA	"	Pará
31. Romualdo Hipólito	GALIBI	"	"
32. Manoel	MUNDURUKU	"	Amazonas
33. Francisco	"	"	"
34. André Cruz	MAYORUNA <i>KAMBERA</i>	"	"
35. Agemiro	TICUNA	"	"
36. Ismael Moreira	TARIANO <i>TARIANO</i> (Manaus) <i>Ames</i>	"	"
37.	"	"	"
38. Manoel Moura	UNI - AM.	"	"
39. Orlandino Melg.	"	"	"
40. Manoel B. Rib.	"	"	"
41. Deolinda	MAYORUNA <i>DESANO</i> <i>AMARN</i>	"	"
42.	<i>TUCANO</i>	"	"
43.	SATERÉ	"	"

Scanned by CamScanner

DOC. 2: DADOS DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS PRESENTES NA II ASSEMBLEIA DA COIAB/1990.





RELAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE PARTICIPARAM DA ASSEMBLÉIA DAS ORGANIZAÇÕES
INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA - 16 A 19 DE ABRIL/90

<u>AMAZONAS</u> (AM)	<u>ACRE</u> (AC)	<u>RONDÔNIA</u> (RO)	<u>ROAÍMA</u> (RR)	<u>AMAPÁ</u> (AP)
<u>Alto Rio Negro</u>	Manchineri	Karitiano	Macuxi	Karipuna
Arapaso	Apurinã		Wapixana	Galibi
Baré	Ruyana			
Tucano	Yananawa			
Piratapuia	Kaxinawa			
Tariano				
Arara				
Dessana				
Werikena				
Baniwa				
Miriti-tapuia				
Cuenana				
<u>Alto Solimões</u>				
Ticuna				
<u>Vale do Javari</u>				
Marubo				
Kanamari				
<u>Médio Solimões</u>				
Kambeba				
Koëama				
Mayoruna				
<u>Baixo Amazonas</u>				
Sateré - Mawé				
Mura				
<u>Rio Madeira</u>				
Torá				
Apurinã				

Obs.: Participaram desta assembleia dois líderes do povo Kaingang, do estado do Rio Grande do Sul.

17

II ASSEMBLÉIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

PARTICIPANTES

- 1) Emiliano Alexandre - Wapixana - Roraima - RR
- 2) Moisés Maia - Tucano - Rio Uaupês - AM
- 3) Edilson Nunes Dias - Kanamari - Rio Javari - AM
- 4) Pedro Inácio da Silva - Ticuna - Alto Solimões - AM
- 5) Wilson Miguel - Marubo - Rio Javari - AM
- 6) Paulino Lana - Dessana - Rio Negro - AM
- 7) Gregório Correia Maia - Tucano - Rio Negro - AM
- 8) Gilberto Martins Garrido - Baré - Rio Negro - AM
- 9) Manoel Baltazar - Werikena - Rio Xié - AM
- 10) Euclides Campelo - Baré - Rio Negro - AM
- 11) Ernesto Solano - Tucano - Rio Negro - AM
- 12) Marciano Fernandes - Baniwa - Rio Negro - AM
- 13) Basílio Rozeno Marques - Ticuna - Alto Solimões - AM
- 14) Armando Guedes Batalha - Ticuna - Alto Solimões - AM
- 15) Gotinho Baltazar - Werikena - Rio Xié - AM
- 16) Eduardo dos Santos - Baré - Rio Negro - AM
- 17) Germano Malaquias - Baniwa - Rio Negro - AM
- 18) Antonio Januário Samias - Kokama - Alto Solimões - AM
- 19) Clarindo Gagas Campos - Tariano - Rio Negro - AM
- 20) Graciliano Soares - Tucano - Rio Negro - AM
- 21) Guilmar Tereza Lins Soares - Tucano - Rio Negro - AM
- 22) Cândido Ribeiro - Tucano - Rio Negro - AM
- 23) Quintino Maia - Tucano - Rio Negro - AM
- 24) Joaquina Árias - Dessana - Rio Negro - AM
- 25) Francisco Peixoto - Tariano - Rio Negro - AM
- 26) Joana Fonseca - Arapasso - Rio Negro - AM
- 27) Maria Aparecida Dias - Tucano - Rio Negro - AM
- 28) Guilherme Moura Lopes - Tucano - Rio Negro - AM
- 29) Maria dos Anjos - Mirititapuia - Rio Negro - AM
- 30) Sebastiana Sodrê Maia - Tariana - Rio Negro - AM
- 31) Joao Moura Lopes - Tucano - Rio Negro - AM
- 32) Evangelina da Cruz Saldádo - Cuewana - Rio Negro - AM
- 33) Constâncio Constantino - Makuxi - Roraima - RR
- 34) Ilda Matos Moura - Tucano - Rio Negro - AM
- 35) José Maria Viana - Dessana - Rio Uaupês - AM
- 36) Aurora Costa da Silva - Mirititapuia - Rio Negro - AM
- 37) Vera Lúcia Pena - Tucano - Rio Negro - AM

- 38) Reginaldo Pereira da Silva - Baré - Rio Negro - AM
- 39) Antonio Bararuã dos Santos - Paracuãba - Autaz - AM
- 40) Gracila Arapasso - Ticuna - Alto Solimões - AM
- 41) Carlos Roberto Noronha - Tucano - Rio Negro - AM
- 42) Angelina Cordeiro Lana - Piratapuia - Rio Negro - AM
- 43) Jaci José de Souza - Makuxi - Roraima - RR
- 44) Orlando Melgueiro - Baré - Rio Negro - AM
- 45) Ada da Costa Souza - Sateré - Barreirinha - AM
- 46) Tertulino Mendes - Ticuna - Alto Solimões - AM
- 47) João Cruz - Ticuna - Solimões - AM
- 48) Osvaldo Mendes - Ticuna - Alto Solimões - AM
- 49) Elso João Félix - Ticuna - Alto Solimões - AM
- 50) Sebastião Ramos Nogueira - Ticuna - Alto Solimões - AM
- 51) Alirio Mendes - Ticuna - Alto Solimões - AM
- 52) Ismael Tariano - Tariano - Rio Negro - AM
- 53) Maria de Lourdes Severino - Manchinere - Acre
- 54) André Cruz - Kambeba - Tefé - AM
- 55) Difirina Carvalho Neto - Ticuna - Solimões - AM
- 56) Valdemir Alexandre - Ticuna - Solimões - AM
- 57) Valdir Mendes - Ticuna - Solimões - AM
- 58) Manoel Severino Eduardo - Ticuna - Solimões - AM
- 59) Valdomiro Firmino Araújo - Arara - Rio Içana - AM
- 60) Aviano da Costa dos Santos - Baré - Rio Negro - AM
- 61) Davina Malaquias - Ticuna - Solimões - AM
- 62) Angela Mendes - Ticuna - Solimões - AM
- 63) Rosarina Maria Ramos - Ticuna - Solimões - AM
- 64) Miguelina Cipriano Ramos - Ticuna - Solimões - AM
- 65) Rosineide da Silva Ribeiro - Maioruna - Tefé - AM
- 66) Odete Ribeiro da Silva - Maioruna - Tefé - AM
- 67) Antonio Mariano Apurinã - Apurinã - Rio Madeira - AM
- 68) Antonio Apurinã - Apurinã - Acre
- 69) Rock de Souza - Yawanawa - Acre
- 70) Julio Barbosa - Kaxinawa - Acre
- 71) Mário Cordeiro de Lima - Ruyanwa - Acre
- 72) Nelson Karitiano - Karitiano - Rondônia
- 73) Jacira Ferreira - Sateré - Andirá - AM
- 74) Laurindo Minquilies - Sateré - Andirá - AM
- 75) Evaristo Minquiles - Sateré - Andirá - AM
- 76) Alípio dos Santos - Sateré - Andirá - AM
- 77) Adolfo Sateré - Sateré - Andirá - AM
- 78) Orlando de Oliveira - Sateré - Andirá - AM
- 79) Alcinei de Oliveira - Sateré - Andirá - AM
- 80) Orlandinho Oliveira - Sateré - Andira - AM
- 81) Antonio Ferreira - Sateré - Andirá - AM

- 82) Adelino Guilherme - Saterê - Andirá-AM
- 83) Maria Ferreira - Saterê - Andirá- AM
- 84) Claudia de Oliveira - Saterê - Andirá-AM
- 85) Ivanilda de Oliveira - Saterê - Andirá-AM
- 86) Geraldo Carvalho - Saterê - Andirá-AM
- 87) Fernando Avelino - Saterê - Marau-AM
- 88) Aristides Miquiles - Saterê - Marau-AM
- 89) Lúcio Batista - Saterê - Andirá-AM
- 90) Dionisio Brás - Saterê - Marau-AM
- 91) Agripino de Oliveira - Saterê - Andirá-AM
- 92) Paulo da Costa - Saterê - Andirá-AM
- 95) Amado Ferreira - Saterê - Andirá-AM
- 94) Vitor Batista - Saterê - Andirá-AM
- 95) José Luiz - Saterê - Andirá- AM
- 96) Darcy Duarth - Marubo - Javari -AM
- 97) Regina Duarth - Tucano - Rio Negro-AM
- 98) José Ferreira - Saterê - Andirá-AM
- 99) Marcelino de Souza - Saterê - Andirá -AM
- 100) Gervasio Miquiles - Saterê - Andirá-AM
- 101) Lourival da Silva - Saterê- Andirá-AM
- 102) Manoel Ivan - Marubo - Javari-AM
- 103) Adelino Manoel Florentino - Ticuna - Solimões-AM
- 104) Brás de Oliveira França - Baré - Rio Negro-AM
- 105) Obadias Batista Garcia - Saterê- Andirá-AM
- 106) Bernardino Miquiles - Saterê - Andirá-AM
- 107) José Pereira nogueira - Saterê- Andirá-AM
- 108) Raimundo Miquilês - Saterê - Andirá-AM
- 109) Glaucio Bastos - Saterê - Andirá-AM
- 110) Nilcilene Miquiles - Saterê - Andirá-AM
- 111) José Ferreira - Saterê - Andirá-AM
- 112) Luiz Calixto - Saterê - Andirá -AM
- 113) Franqueline Sebastião - Saterê- Andirá-AM
- 114) João Ferreira de Souza - Saterê - Andirá-AM
- 115) Brito Ferreira - Saterê - Andirá-AM
- 116) Cesar silva Sebastião - Saterê - Andirá-AM
- 117) Assis Miquiles - Saterê - Andirá - AM
- 118) Leonardo Batista - Saterê - Andirá-AM
- 119) Rainha Miquiles - Saterê - Andirá-AM
- 120) Oscar da Paz - Saterê- Andirá-AM
- 121) Sebastião Duarte - Tucano - Rio Negro-AM
- 122) Zeila da Silva - Saterê - Manaus-AM
- 123) Zelinda da Silva - Saterê - Manaus-AM
- 124) Amazonina da Silva - Saterê -Manaus-AM
- 125) Marta da Silva - Saterê- Manaus-AM

- 126) João da Silva Freitas - Sateré - Manaus-AM
- 127) Antonio Marcos Sodré - Tariano - Yauaretê-AM
- 128) Manoel Ribeiro Borges - Tucano - Yauaretê-AM
- 129) Estefania Aguiar Marinho - Tucano - Manaus-AM
- 130) Vitória Carvalho - Dassana - Manaus-AM
- 131) Conceição Pedrosa - Dessana - Manaus-AM
- 132) Clara Souza da Silva - Sateré - Manaus-AM
- 133) Tereza Ferreira da Silva - Sateré - Manaus-AM
- 134) Juraci Ferreira de Oliveira - Sateré - Manaus-AM
- 135) Genaro Manoel da Silva - Ticuna - Solimões-AM
- 136) Elvia Maria Lins Soares - Tucano - Rio Negro -AM
- 137) Bernadete Freires Campos - Tariano - Rio Negro-AM
- 138) Inês de Lima - Tucano - Rio Negro - AM
- 139) Amarildo - Tucano - Rio Negro - AM
- 140) Zenilda da Silva - Sateré - Andirá -AM
- 141) Jorge de Lima- Piratapuia - Rio Negro-AM
- 142) Luiz Gomes Lana - Dassana - Rio Negro-AM
- 143) Máximo dos Santos - Torá - Rio Madeira-AM
- 144) Paulo Roberto - Galibi - Amapá
- 145) Romualdo Karipuna - Karipuna - Amapá
- 146) Claudio Pereira - Mura - Altazes-AM
- 147) Cecílio Correia - Mura - Altazes-AM
- 148) Messias - Sateré - Andirá-AM
- 149) Manoel Moura - Tucano - Rio Negro-AM
- 150) Pedro Mendes - Ticuna - Solimões-AM
- 151) Sandoval - Dessana - Rio Negro-AM
- 152) Alisio - Macuxi - Roraima
- 153) Apóstolo - Macuxi - Roraima
- 154) Gregório - Macuxi - Roraima
- 155) Orlando - Macuxi - Roraima
- 156) Clóvis - Macuxi - Roraima
- 157) Jones - Wapixana - Roraima
- 158) Francisco - Macuxi - Roraima
- 159) Agostinho Mulato - Apurinã - Am
- 160) Gabriel Gentil - Tucano - Rio Negro-AM
- 161) Carlos Ribeiro - Kaingang - RS
- 162) Nelson Xangre - Kaingang - RS
- 163) Pedro da Silva - Sateré - Andirá-AM
- 164) Cloudecir da Silva - Baré - Rio Negro-AM
- 165) Artur Gilberto - Apurinã - AM

COIAB

COORD. DAS ORG. INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

no 1 nº 01 Manaus, Am março - 1990

RENASCE A
ESPERANÇA
-PELAS ORGANIZAÇÕES



MISSEIÃO DA COIAB: Articulações, Organizações,
Objetivos ...

11ª ASSEMBLÉIA DA COIAB - Manaus - 16 a 19 /04/90

"Divulgar é promover a auto-determinação dos povos indígenas, através de um trabalho coletivo que incentive, aglutine em torno da área de educação, saúde, alternativas econômicas etc. Promover é valorizar a etnia indígena, resgatando as formas de discriminação. Por isso, vamos nos organizar, ficando de "olho" nas demandas das terras indígenas, mantendo informações sobre tudo que é de interesse do índio".

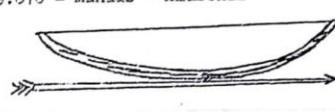
Guiriquitã

COORDENAÇÃO

Manuel Moura - Tukano	- UNI-AM	- Tukano
Jaci José de Souza	- CIR	- Macurá
Alfrio Mendes Moraes	- CCFAB	- Tikuna
Teuro Mendes Gabriel	- CETA	- Tikuna
José Sivilino	- UNI-AM	- Macapianelli
Orlando Melgarejo	- CBO, COIAB - Boré	

ENVIAR NOTÍCIAS PARA:

COIAB
Av. Leopoldo Berez, 373 - Eduandópolis
Cx. Postal 3264
69.070 - Manaus - Amazonas



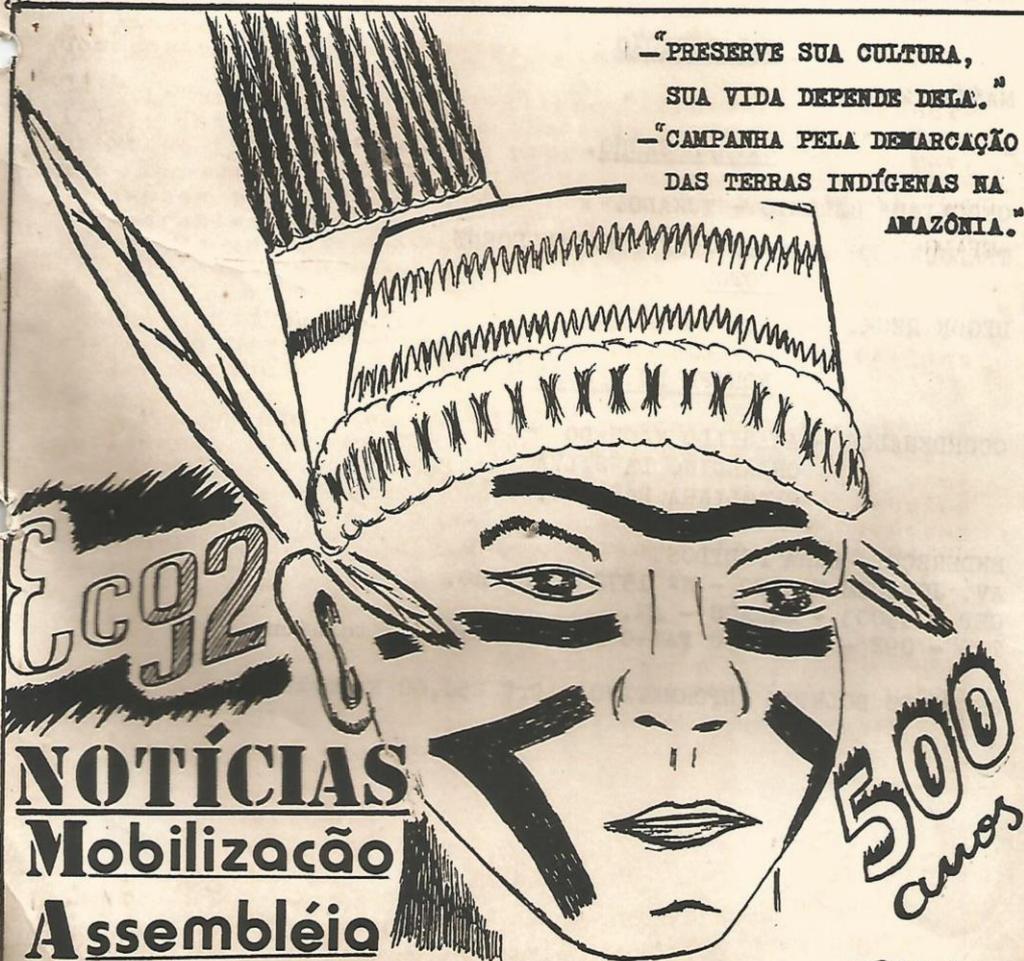
COIAB

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA-COIAB

BOLETIM INFORMATIVO Nº 11 - MAIO DE 1992 - MANAUS-AM.

CIRCULAÇÃO INTERNA.

“PRESERVE SUA CULTURA,
SUA VIDA DEPENDE DELA.”
“CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO
DAS TERRAS INDÍGENAS NA
AMAZÔNIA.”



Ec92

NOTÍCIAS
Mobilização
Assembléia

500
anos

Pabulista-92

C.O.I.A.B

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.
"ORGANISMO GENUINAMENTE INDÍGENAS".

BOLETIM INFORMATIVO - Nº 11. - MAIO/92 - MANAUS - AM.
RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO - SECODI - SETOR DE COMUNICAÇÃO E DIVUL.

EDITOR

AMARILDO MACHADO - DOETIRO - TUKANO.

COLABORAÇÃO

MANUEL MOURA .

CAPA/DESENHO.

CEBOLINHA BARRETO - TUKANO.

TRADUÇÃO EM FRANCÊS - SILVIO CAVUSCENS

FOTOS

HEGON RECK.

EQUIPE DO SECODI

COORDENADOR - AMARILDO MACHADO
ORLANDINO DA SILVA
CEBOLINHA BARRETO.

ENDEREÇO: PARA PEDIDOS.

AV. JOAQUIM NABUCO - Nº 1572 - CENTRO.

CEP - 69003 - MANAUS - AM.

TEL - 092 - 233-0548 FAX-0 mesmo número de telefone.

PREÇO DO BOLETIM INFORMATIVO - Cr\$ 250,00 Exemplar.

EDITORIAL

01

Nous avons le plaisir d'être avec, chefs, leaders ou " Caciques ", membres des communautés, par le biais de ce bulletin informatif N.11, qui vous apportent des informations, des nouvelles et des faits qui se passent dans notre lutte quotidienne.

Dans l'histoire du Brésil, la destruction des peuples indigènes s'intensifie chaque fois plus. Cette destruction ne se passe pas seulement quand on lance une bombe atomique (génocide), mais aussi quand d'autres formes de destruction des plus faibles sont utilisées par l'influence d'idéologies fortes et dominantes, qui se traduisent en ethnocide.

La société dite " civilisée " continue à répandre l'idée que l'indien est un obstacle au développement et provoque le retardement du progrès du pays. Ce progrès, que la société " des blancs " impose aux peuples indigènes a toujours eu des conséquences terribles et irréparables. Même aujourd'hui, après 500 ans de contact, nous sentons dans notre peau les conséquences de tel " développement " .

Aujourd'hui encore, à la porte du XXI siècle, nous résistons bravement à ce " progrès " apportés par les " blancs éduqués et civilisés " .

Peu à peu, les peuples indigènes s'unissent et deviennent plus forts à travers leurs organisations. Ces dernières sont devenues une arme de défense pour garantir la survie physique et culturelle des peuples indigènes, et pour enseigner à la société moderne comment vit une société démocratique, sans préjugés et égalitaire.



III ASSEMBLÉE GÉNÉRALE DE LA COIAB

La Coiab a réalisé sa III Assemblée Générale entre le 17 et le 22 avril de cette année à Manaus. Plus de 180 leaders indigènes de toute l'Amazonie se sont retrouvés, représentant 45 peuples et 32 organisations régionales ou locales en provenance des États de l'Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso et Acre, ainsi que des représentants du sud du Brésil.

Lors de cette rencontre, d'importantes décisions ont été prises dans le sens de promouvoir la solidification du processus d'organisation des peuples indigènes de l'Amazonie et de garantir une ample participation des organisations régionales au sein de la COIAB.

Un fait important à noter lors de cette III Assemblée, s'est traduit par la prise de conscience des leaders du besoin de plus grande union et articulation entre les organisations indigènes ainsi que du renforcement du mouvement indien avec maturité, plus de compétence et dédication de ses leaders et à travers un processus démocratique.

Pour cela, l'Assemblée a discuté et a approuvé un nouveau Statu de la COIAB, qui redéfinit la structure interne de l'organisation qui fonctionne avec une équipe de Coordination, un Conseil Fiscal et une Coordination Exécutive.

La Coordination est composée de représentants élus à la base au sein des principales organisations régionales. L'Assemblée Générale confirme l'équipe de Coordination et élit le Conseil Fiscal et la Coordination Exécutive de la COIAB qui travaille à Manaus.

Cette nouvelle forme de fonctionnement prétend fournir une réponse aux grandes difficultés de communication et isolement des peuples et organisations indigènes de l'Amazonie et favoriser la participation de toutes les organisations, stimulant celles qui possèdent moindre expérience.

Cette initiative propose finalement de faire de la COIAB une organisation réellement représentative qui soit soutenue par ses bases et dont les lignes d'action soient tracées à partir de la volonté politique et la participation direct des peuples et organisation de toute l'Amazonie brésilienne.

**Unir para organi-
zar e fortalecer
para conquistar**

NOME DOS COORDENADORES INDICADOS E ELEITOS PELA ASSEMBLÉIA GERAL
COM MANDATO DE QUATRO ANOS

Coordenadores indicados por Região:

Orlando Baré	FOIRN	Antenor Karitiano	Articulação - RO.
Amarildo Tukano	FOIRN	José Urias	UNI-Acre
Pedro Mendes	CGTT	João Saterê	CGTSM
Clóvis Rufino	CIVAJA	Paulo Galibi	Amapá
Midas dos Santos	UNI-Tefé	Claudio Mura	CIM

COORDENAÇÃO EXECUTIVA ELEITA PELA ASSEMBLÉIA GERAL

Coordenador Geral: Orlando Melgueiro da Silva - Baré - FOIRN

Coordenador Regional: João Ferreira de Souza - Sateré-Mawé - CGTSM

Coordenador Administrativo: José Severino da Silva-Manchinery-UNI-Acre

Coordenador de Educação, Saúde e Subsistência: Pedro Mendes - CGTT

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Imprensa: Amarildo Machado
Tukano - FOIRN

Coordenação de Rodízio: Claudio Mura Clóvis Rufino
Antenor Karitiana Midas Mayoruna
Paulo Roberto Galibi

CONSELHO FISCAL:

Lúcio Menezes - Sateré-Mawé	Cecílio Mura - Mura
André Cruz - ...Kambeba	Messias Batista - Sateré-Mawé
Orlando Katukina - Katukina	Darcy Komapa - Marubo

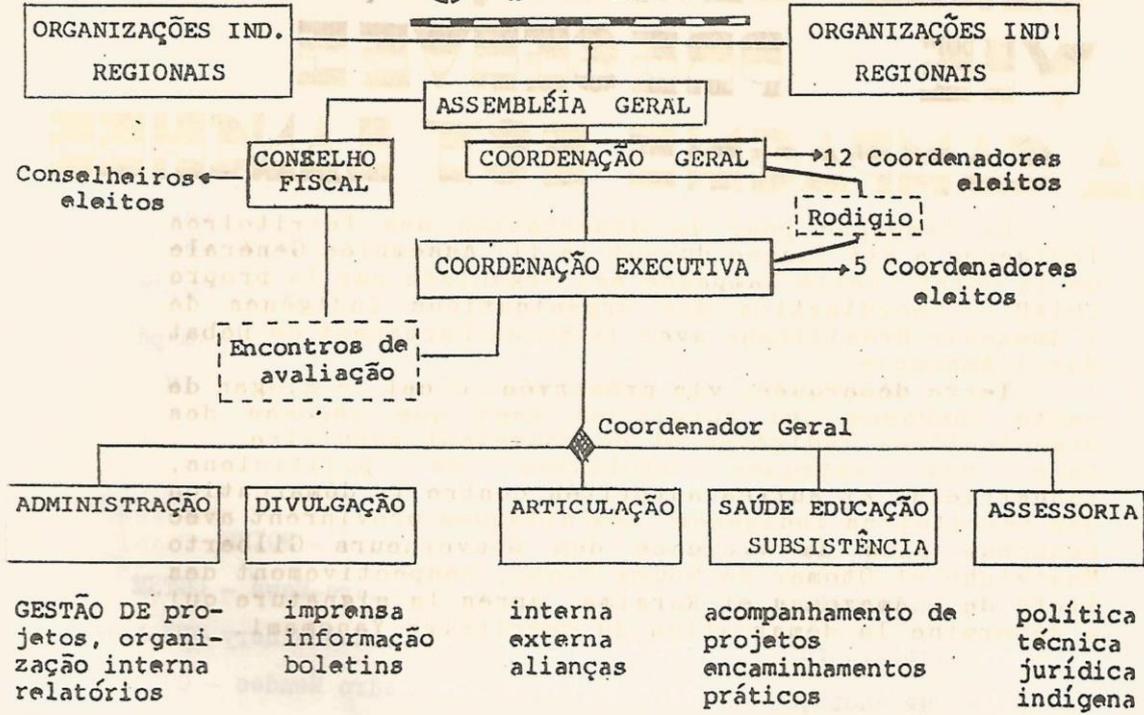
Proposta de Planejamento aprovado pela III- Assembléia-COIAB.

- Pressionar o Governo Para DEMARCAÇÃO
- Articular com movimentos populares e entidades.
- Divulgação de situação de Saúde, Educação, Subsistência e organizações
- Acompanhar os movimentos dos povos e projetos ligados a questão indígena.
- Realizar visitas periódicas as bases.
- Estabelecer um programa de trabalho conjunto com as organizações.
- Elaborar e difundir o boletim informativo.
- Ter assessoria jurídica e de imprensa.
- Prosseguir o rodízio dos coordenadores e conseguir financiamento.
- Fazer balancete financeiro anual.

A Assembléia deliberou ainda que o Conselho Fiscal se reúna 2 vezes ' por ano, conjuntamente com a Coordenação nos encontros de avaliação.

01

COIAB



TERRA DEMARCADA VIDA PRESERVADA

A CAMPANHA ESTÁ LANÇADA

Demarcação Já!



TERRA DEMARQUEE, VIE PRESERVEE LA CAMPAGNE EST LANCHEE

La Campagne pour la démarcation des Territoires Indigènes a été lancée durant la III Assemblée Générale de la COIAB. Cette Campagne est organisée par la propre COIAB - Coordination des Organisations Indigènes de l'Amazonie Brésilienne avec le Forum Permanent de Débat sur l'Amazonie.

Terre démarquée, vie préservée: c'est le slogan de cette Campagne qui surgit en tant que réponse des organisations indigènes et du mouvement populaire face aux attaques violentes de politiciens, industriels, et autres autorités contre la démarcation des territoires indigènes. Ces attaques provinrent avec beaucoup plus de violence des Gouverneurs Gilberto Mestrinho et Otomar de Souza Pinto, respectivement des Etats de l'Amazonas et Roraima, après la signature qui a déterminé la démarcation du territoire Yanomami.

1993, DELAI POUR LA DEMARCATIION DE TOUS LES TERRITOIRES INDIGENES

L'année prochaine s'achèvera le délai établi par la Constitution Fédérale pour la démarcation de tous les territoires indigènes du Brésil. Tant qu'elle ne sera conclue, les peuples indigènes résisteront à l'invasion de leurs terres par les bûcherons, paysans, colons et autres envahisseurs.

Dans tout le Brésil les peuples indigènes s'organisent et s'articulent dans le but de d'établir des pressions envers le gouvernement et les organes responsables pour que le processus de démarcation soit accéléré et le délai constitutionnel respecté.

En Amazonie brésilienne 36 organisations indigènes, représentant plus de 180 milles indiens et 760 peuples se mobilisent pour la garantie de leurs droits à la terre et à l'autonomie.

Faisant partie de cette lutte, la Campagne pour la Démarcation des Territoires Indigènes est une manière d'unir tous les segments de la société pour la défense de la vie des indiens au Brésil.

Des 368 aires indiennes localisées en Amazonie, 120 (33,69 %) sont démarquées, reconnues et enregistrées officiellement. 187 aires indiennes (50,80 %) doivent encore être démarquées et 57 (15,48 %) se trouvent sans quelconque providence.

Dans le cas de ces dernières, malgré que les organes officielles ont conscience de l'existence de groupes indigènes, elles ne sont pas reconnues

96 mobilisation indigènes de Brasilia

A la fin du mois d'avril, après la III Assemblée Générale de la COIAB, 131 leaders indigènes de l'Amazonie brésilienne ont participé d'une grande mobilisation indienne à Brasilia, qui a réuni plus de 350 leaders indiens de tout le pays.

L'organisation de cette rencontre a été prise en charge par une équipe d'articulation indienne qui se réunit régulièrement depuis juin 1991, et qui est composée de membres de la COIAB, de l'articulation este/nordeste, de la ONI/sul et du Comité Terena.

Un des objectifs de cette mobilisation a été de présenter des propositions et amendements aux trois versions du Statu de l'Indien présentées par le Gouvernement, par le CIMI (Conseil Indigéniste Missionnaire) et par le NDI (Nucléo des Droits Indiens). La proposition du Gouvernement a été conçue par le Pouvoir Exécutif et traite " du Statu de l'Indien ". La Proposition du CIMI traite du " Statu des peuples indigènes " et a été présentée par le Député Tuga Angerami (PSDB-SP) avec 21 autres parlementaires de plusieurs partis. La propositions du NDI traite " du Statu des sociétés indigènes " et a été présenté par les Députés Aloizio Mercadante (PT-SP), Fabio Feldmann (PSDB-SP), José Carlos Sabóia (PSB-MSA), Nelson Jobim (PMDB-RS), et Sidney de Miguel (PV-RJ).

Ces projets visent la révision de la loi 6001/73, le fameux Statu de l'indien, et sont en train d'être analysés par la Commission de Défense du Consommateur, Milieu Ambiant et Minorités, qui est formée de 20 Députés titulaires et 20 remplaçants.

Les leaders indigènes se sont manifestés au Congrès National et auprès du Procureur Général de la République dans le but de faire des pressions les autorités compétentes pour l'approbation rapide du Statu de l'indien et pour que la démarcation des territoires indigènes soit accélérée, respectant le délai constitutionnel (nov. 93).

Un autre objectif important de cette mobilisation a été de discuter la question polémique de la représentation nationale. Plusieurs propositions ont été soumises par les organisations indiennes locales et régionales, qui ont finalement opter, après votation pour la création du " **CONSEIL D'ARTICULATION DES PEUPLES ET ORGANISATIONS INDIGENES DU BRESIL** ". Ce Conseil est composé de 28 représentants des organisations régionales de tout le pays et a été chargé des tâches suivantes :

- identifié les organisations indiennes et promouvoir leur renforcement;
- créer des mécanismes de contact, d'articulation et d'échange d'informations entre les peuples et organisations indigènes;

- 07
- réaliser des actions communes en appui à un peuple ou un ensemble de peuples à travers de Campagnes, mobilisations, dénonciations, etc...;
 - accompagner tous les projets de loi relatif aux peuples indigènes en cheminement au Congrès National;
 - élaborer une politique d'alliance avec les secteurs populaire de la société brésilienne;
 - à partir d'une évaluation commune, chercher à répondre pour l'ensemble des peuples et organisations lors de la participations à des manifestations; congrès, face au gouvernement et aux organisations nationale et internationale;
 - élaborer un agenda de travail et indiquer les membres du Conseil pour réaliser les tâches de représentation;
 - accompagner l'élaboration du budget de l'Union pour 1993, et organiser des pressions pour qu'il y aie des ressources suffisantes pour la démarcation des terres, la santé et l'éducation indigène, etc...

CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL.

1. WALDIR TOBIAS-POVO MACUXI-CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA CIR-RR
2. PAULO XAVANTE-POVO XAVANTE-MT
3. MARIANO W BABATY-POVO XAVANTE-MT
4. JOSÉ UTÊ-PVO-KAIAPÓ-PA
5. PAULO MERY EKUREU-P.OVO BORORO-MT
6. CELIO FRANCISCO-POVO TERENA-COMITE TERENA-MS
7. LOURENÇO KRIKATI-POVO KRIKATI-ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO -MA
8. PERKRARTE-POVO GAVIAO-PA
9. PAULO TAPIRAPÊ-POVO TAPIRAPÊ-MT
10. DIONISIO KARIPUNA-POVO KARIPUNA-AP
11. HENRIQUE IABADAI-POVO SURUI-ART. DOS POVOS IND. DE RO e NORTE DO MT-RO
12. MOISES DA SILVA PINHATA-POVO ASHANINKA-AC
13. FRANCISCO AVELINO BATISTA-POVO APURINÁ-UNIAO DAS NAÇÕES INDIGENAS DO ACRE e SUL DO AMAZONAS UNI/ACRE-AC
14. NAILTON MUNIZ PATAXÓ-POVO PATAXÓ HAHAAE-COM. ART. LESTE NORDESTE
15. BRUNO KAINGANG-POVO KAINGANG-ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES IND. DO SUL-RS
16. MAURICIO DA SILVA GONÇALVES-POVO GUARANI-NEMBOATI GUASU GUARANI-SP
17. SEVERO FERREIRA-POVO GUATO-MT
18. HIPOLITO MARTINS-POVO GUARANI NHANDÉVA-ANTIGUASU GUARANI-MS
19. ORLANDO BARÉ- COORD. DAS ORG. IND. DA AMAZONIA BRASILEIRA+COIAB-AM
20. DARCY DUARTE COMAPA-POVO MARUBO-CONSELHO IND. DO VALE DO JAVARI-CIVAJA-AM
21. CLAUDIO PEREIRA-POVO MURA-CONSELHO INDIGENA MURA CIMI-AM
22. JOAO SATERE-POVO SATERE-CONSELHO GERAL DA TRIBO SATERE CGTSM-AM
23. VALDIR MENDES-POVO TIKUNA-CONSELHO GERAL DA TRIBO TIKUNA-CGTT-AM
24. MARIANO CRUZ-POVO KAMBEBA-UNIAO DAS NAÇÕES INDIGENAS DE TEFÉ-UNI/TEFÉ-AM
25. FLAVIO CARVALHO-POVO DESSANA-FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES IND. DO RIO NEGRO-
26. VITORINO SOARES-POVO GUAJAJARA-ART.DOS POVOS INDIGENAS DO MARANHÃO-MA

POINTS DE VUES

La mobilisation indigène qui a eu lieu à Brasilia entre le 24 et 30 avril dernier a eu ses moments forts qui peuvent être exprimés par les faits suivants:

- 1) LUTTER POUR LES MEME DROITS: Les 350 participants indiens, représentant 101 peuples différents et de nombreuses organisations avaient le même objectif: LUTTER POUR OBTENIR LA GARANTIE DE LEURS DROITS PAR LA LOI, DEFENDRE LEURS TERRES ET LEURS CULTURES ET S'ORGANISER.
- 2) UNION DES PEUPLES INDIGENES: Le grand désir de tous les peuples présents a été l'UNION ENTRE TOUS LES PEUPLES INDIGENES. C'est seulement par l'union qu'il sera possible d'atteindre nos objectifs. Le manque d'union peut laisser le chemin libre pour la destruction de nos peuples indigènes.
- 3) AU SEIN DE L'UNITE, LES DIFFERENCES: Avoir les mêmes objectifs, lutter pour la même cause ne signifie pas ignorer les différences qui existent entre les personnes. Et c'est bien ainsi ! Chaque participant a été capable d'être ce qu'il est, et a représenté son peuple. La diversité rend plus riche les expériences d'unité. Ces expériences ont fait que cette mobilisation soit plus forte, plus unie et plus indienne.
- 4) LES EXPERIENCES SE CHOQUENT: Chaque indien a participé à sa manière, mais les différents stages et niveaux de contact de chaque peuple avec la société a impressionné. Chaque peuple du Brésil vit sa propre expérience. On ne peut valoriser un peuple plus qu'un autre. Ce qui est nécessaire, c'est le RESPECT.
- 5) DES REACTIONS DIFFERENTES FACE A LA SOCIETE ET SES PROBLEMES: On s'est aperçu que l'expérience négative de certains, peut être positive pour d'autre. Ce que les uns défendaient, les autres rejetaient sévèrement. Les peuples indigènes du Brésil doivent savoir prendre des attitudes correctes, des résolutions qui ne bénéficient pas à peine un individu mais toute la communauté. C'est ainsi que chaque peuple s'est comporté: pour lutter, définir et prendre en charge ce qui sera favorable pour tous les peuples indigènes du Brésil.

... ET MAINTENANT ? ...

Le travail continue avec sérieux et beaucoup de respect pour les communautés. Un leader ne peut utiliser le nom d'un peuple pour se promouvoir. C'est le peuple qui doit savoir utiliser ses leaders et représentants, car ceux-ci sont ses portes-paroles, ils sont instruments du peuple. QUI NE REPRESENTE PAS OU NE FAIT PAS CE QUE LE PEUPLE LUI DEMANDE SE TROUVE SUR LE CHEMIN DE LA TRAHISON.

LETTRE DE LA COIAB

Durant les premiers jours du prochain mois de juin, les chefs de gouvernements de tous de monde se réuniront à Rio de Janeiro à la Conférence des Nations Unies sur le Milieu Ambiant et le Développement. Durant cette réunion, les leaders politiques des différents continents signeront des accords au sujet des principales questions liées au milieu ambiant et au future écologique de notre planète.

Comme l'indique le nom de la propre Conférence, la question du milieu ambiant ne peut être séparée de la question du développement, des modèles de développement, de la démocratie et de la participation effective des secteurs populaires et des peuples indigènes dans les décisions d'Etats et dans les décisions internationales qui traitent de sujet de leur intérêt.

Il est vrai que dans l'histoire du continent latino-américain, nous avons vécu 500 ans de colonisation marqués par la violence contre les peuples indigènes. Lors de ces 500 ans, des décisions importantes et des traités internationaux ont été signés en Europe et aux Etats-Unis sans notre participation, et nous les peuples indigènes en souffrons aujourd'hui encore les dures conséquences.

Il est également important de nous souvenir des traces laissées par telles décisions, qui ont provoqué l'extermination ou la mutilation de peuples entiers autant dans notre continent que dans les continents africain ou asiatique.

Il y a aujourd'hui une Campagne continentale de 500 ans de Résistance Indigène et Populaire, à travers laquelle les secteurs populaires et les peuples indigènes de toute l'Amérique Latine dénoncent l'oppression historique et proposent la construction d'une nouvelle société et d'un nouvel ordre international, ayant pour base la justice et l'égalité de droits, autant au niveau national que dans la sphère des relations internationales.

La COIAB prend part à cette Campagne, et par son biais, concrétise son alliance avec les secteurs populaires historiquement opprimés au Brésil et dans toute l'Amérique Latine, secteurs formés par les paysans, travailleurs urbains, chômeurs, habitants des bidons-villes et marginalisés.

Fazendo parte de esta luta mais ampla, e com o objetivo de prosseguir a luta dos povos indígenas da Amazônia Brasileira, a COIAB tem desencadado a **CAMPANHA PARA A DEMARCAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA**.

Sem o reconhecimento efetivo dessas terras, é muito difícil que os outros direitos indígenas à cultura, à saúde ou à educação sejam efetivamente garantidos.

A COIAB em sua III Assembleia Geral dos povos e organizações indígenas da Amazônia:

- **exige** dos chefes de governos reunidos em Rio de Janeiro (Eco 92), que quaisquer acordos ou tratados assinados durante esta conferência sejam submetidos à discussão e aprovação dos povos indígenas e dos setores populares diretamente afetados por suas consequências e que correspondam aos instrumentos internacionais já existentes como a Convenção 169 da OIT assim como pelo capítulo relativo aos direitos dos povos indígenas na Constituição Brasileira;

- **reafirma** sua aliança com os povos indígenas e os setores populares do Brasil e de toda a América Latina através das ações programadas no âmbito da Campanha Continental dos 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular;

- **declara** o lançamento, a partir desta data, da Campanha para a Demarcação dos Territórios Indígenas de toda a Amazônia Brasileira e lança um apelo para que todos os setores organizados da sociedade brasileira participem conosco desta Campanha.

Dentro do âmbito desses 500 anos de resistência, nós, povos e organizações indígenas da Amazônia Brasileira, exigimos o respeito integral aos nossos direitos históricos de terra, de cultura e de liberdade e de um futuro fruto de nós mesmos.

TERRA DEMARCADA VIDA PRESERVADA

Índios temem que o pior possa ocorrer

Garimpeiros vão continuar nas áreas indígenas demarcadas

Cimi vê arbitrariedades

Ticunas sacos há muito tempo

Seculares do Alto

Coíab pede apoio à causa indígena

11

UNE DES QUESTIONS INDIENNES LES PLUS DEBATTUES
ACTUELLEMENT A NIVEAU INTERNATIONAL TRAITE DU FOND POUR
LE DEVELOPPEMENT DES PEUPLES INDIENNES D'AMERIQUE
LATINE ET DES CARAIBES

D'OU VIENT L'INITIATIVE DU FOND

De la réunion de Gadalaraja, en juillet 91, qui a réuni les chefs des Etats Ibero-américains où ils ont reconnu:

" l'immense contribution des peuples indigènes au développement et à la pluralité de nos sociétés. e nous réaffirmons notre engagement avec leur bien-être économique et social ainsi que l'obligation de respecter leurs droits et identité culturelle ".

Ils établirent les objectifs suivants:

" La création d'un Fond Ibero-américain avec l'appui d'organisations internationales, pour le développement des peuples originaires, au-deça de quelconque sens de " réserves indigènes ou de compensations paternalistes ".

ORGANISATIONS INTERNATIONALES IMPLIQUEES

- BID - Banque Interaméricaine de Développement
- FIDA - Fond International pour le Développement Agricole
- PNUD - Programme des Nations Unies pour le Développement
- OIT - Organisation Internationale du Travail
- OEA - Organisation des Etats Américains
- UNESCO - Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture
- Gouvernement Bolivien comme promoteur de la proposition.

ORGANISATIONS INDIGENES ET INDIGENISTES ACTUELLEMENT IMPLIQUEES

- CMPI - Conseil Mondial des Peuples Indigènes
- COICA - Coordination des Organisations Indigènes de la Région Amazonienne
- III - Institut Indigéniste Interaméricain

12

OBJECTIFS DU FOND

Etablir un mécanisme financier destiné à appuyer des programmes et projets proposés et exécutés par les peuples et communautés indigènes, qui contribuent à créer des conditions et des opportunités pour leurs survies et développement matériel et culturel.

AIRES PRIORITAIRES POUR L'APPLICATION DES RESSOURCES

- Protection et récupération des ressources naturelles et territoriales;
- renforcement des organisations et de leur capacité d'auto-gestion;
- valoriser et déployer l'identité culturelle et le respect social.

EVALUATION ACTUEL DU PROJET PAR LA COICA

Aspects positifs

La proposition de la création d'un 'Fond' International est importante car elle a pour base la reconnaissance des peuples indigènes de la part des gouvernements américains, tel il l'a été dit lors de la rencontre de Gadalajara.

La deuxième version du projet maintient différentes propositions importantes au sujet des droits indiens, entre autres:

- respect de l'opinion indigène et de ses propositions alternatives;
- l'importance d'appuyer le développement organisationnel indigène et le respect à l'autonomie, évitant le paternalisme et la manipulation;
- l'importance de l'innovation et la revitalisation apportée par le mouvement indien amazonien;
- le besoin d'une participation majoritaire des indiens dans le fonctionnement du Fond;
- la priorité de la démarcation des territoires indigènes;
- une réglementation du Fond, non rigide, mais adaptée à la diversité de situations et en accord avec les organisations indigènes.

Ainsi, plusieurs propositions de la COICA ont été acceptées et incluses dans le texte de la deuxième version. D'autres n'ont pas été modifiées et restent des points de doutes ou alors sont considérées comme étant négatives par la COICA.

Cette organisation a établi quelques conditions minimum nécessaires d'être incluses dans la proposition du Fond pour que celle-ci soit acceptée par le mouvement indien.

OPINION

IL EST FACILE AUJOURD'HUI D'ÊTRE INDIEN

Quand on traitait de la question indienne auparavant, c'était toujours très compliqué. Pour cela nous devons remercier tous les indiens qui ont lutté, collaboré pour notre survie et pour notre lutte. De même pour les grands missionnaires, chercheurs qui ont eu le courage de prendre position et de défendre les peuples indigènes de l'Amazonie et du Brésil.

Si quelqu'un désirait connaître quelque chose au sujet de la question indienne, il devait se diriger auprès de chercheurs étrangers pour obtenir des informations.

Ainsi a surgit le mouvement indien du Brésil, simultanément avec les grands mouvements populaires qui luttent pour leurs droits. Il existe aujourd'hui des organisations indigènes dans tout le Brésil et toute l'Amérique Latine. Au Brésil, les organisations ont d'abord surgit à niveau régional, entre les membres de plusieurs communautés ou peuples. Quelques unes ont été créées lors de grandes assemblées indigènes, où les représentants ont été choisis et élus pour représenter l'organisation. De nombreux dirigeants se sont fait noter à niveau national et international, d'autres ont abandonné par manque d'expérience, pour des raisons familiales ou encore à cause d'autres difficultés, et certains sont devenus dictateurs. D'autres encore ont été complètement immobilisés par les entreprises minières, forestières, par les projets de développement du gouvernement et de la propre FUNAI - Fondation Nationale de l'indien, d'autres finalement sont devenus propriétaires des organisations.

Le mouvement indien au niveau du Brésil a pris de l'importance, a avancé et a réussi à obtenir l'inclusion de lois qui garantissent les Droits des Peuples Indigènes dans la Constitution de 1988.

Après cette victoire initial, de nombreux frères ont également commencé à s'identifier et luttent avec chaque fois plus de responsabilité dans le but d'atteindre les objectifs des organisations. Le slogan actuel est :

" Unir les peuples indigènes pour la lutte "

Jusqu'à présent, le mouvement indien et les organisations du Brésil n'ont pas de contact continu avec les mouvements indiens de Bolivie, Colombie, Venezuela, Equateur, Pérou, Argentine, Chili et autres pays de l'Amérique Latine pour discuter des objectifs communs.

En résumé, la crainte du mouvement indien est de voir surgir des leaders ou des représentants clandestins.

13

CONDITIONS FONDAMENTALES POUR L'ACCEPTATION DU PROJET
PAR LE MOUVEMENT INDIEN

- votation paritaire indigènes-gouvernements à l'Assemblée et au sein du Comité Exécutif du Fond Indigène;
- les uniques requérants de projets sont les organisations indigènes;
- l'utilisation des comptes bancaires du Fond doit être pris en charge par un représentant des Gouvernements et d'un autre représentant des indiens;
- il ne doit pas y avoir de relation du Fond avec les programmes de l'Etat Espagnol au sujet du 5ème Centenaire;
- il est nécessaire de délimiter les attributions des conseillers techniques afin d'éviter tout types de bureaucratie;
- les étapes de constitution et de mise en opération du Fond doivent coïncider sans quelconque retard.

FOTO: HEGON RECI.



COORDENAÇÃO ELEITA DA COIAB - ABR/92.

ANEXO 3: DOCUMENTO FOREEIA: Posicionamento público da III Marcha da Resistência Indígena no estado do Amazonas.

Posicionamento público da III Marcha da Resistência Indígena no estado do Amazonas.

Nós lideranças, povos e organizações indígenas do Estado do Amazonas e instituições aliadas, participantes da III Marcha da Resistência indígena, que contou com mais de mil e quinhentos lideranças nos dias 16 a 20 de abril de 2017 em Autazes e Manaus/AM, declaramos de público a nossa disposição de impedir, por todos os meios ao nosso alcance, o planejado retrocesso dos direitos indígenas, por forças políticas que de forma ilegítima, se apropriaram de instituições como a Presidência da República.

O atual governo federal, alçado ao poder por um golpe do Congresso Nacional sob suspeição, integrado por uma quantidade escandalosa de parlamentares sobre os quais pesam denúncias contundentes de corrupção (inclusive envolvendo o Presidente do Senado e da Câmara), se arvora no direito de promover uma impensável destruição dos direitos humanos, sociais e indígenas, bem como os das mulheres, com base num programa para o qual não teve o respaldo do mandato popular que vem das urnas, a fim de resguardar, em tempos de crise, os privilégios de uma elite política e econômica inescrupulosa.

O desmonte dos direitos dos trabalhadores, aposentados, dos povos indígenas, comunidades tradicionais, e da natureza está sendo feita de forma acelerada, sustentada ideologicamente através de um bombardeio midiático pelas grandes empresas de comunicação, para que a fraude não fique evidente para a maioria da população evitando sua reação.

Sua concretização está se dando através do congelamento dos gastos públicos por 20 anos, da reforma da previdência, da reforma trabalhista, da PEC 215, da PEC 255, da PEC 210 e de outras iniciativas legislativas para promover o saque das riquezas naturais existentes nas terras indígenas e das comunidades tradicionais, da flexibilização da legislação ambiental, da privatização do patrimônio público e do desmonte dos programas sociais e principalmente da política indigenista.

O ataque aos direitos de nossos povos, das comunidades tradicionais e contra a natureza tem como objetivo manter os esbulhos e disponibilizar as terras em nosso poder para serem esburacadas pela exploração mineral, as matas devastadas pela ação madeireira e aniquiladas pelo agronegócio e os rios obstruídos nos seus cursos naturais por hidrelétricas e envenenados por metais pesados e agrotóxicos. Essa lógica predatória atenta não só contra a vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, mas contra toda população.

O governo Temer ao nomear o ruralista Osmar Serraglio, que foi o relator da PEC 215 na Comissão Especial na Câmara, para Ministro da Justiça explicitou

Recebi em:
18-04-17

Luiz Antonio de Souza

sua intensão de afrontar os direitos indígenas. Ao assumir, o Ministro declarou que "terra não enche barriga" numa acintosa manifestação de que se recusa a cumprir, enquanto governo, a determinação constitucional de demarcar e de assegurar o direito sagrado de nossos povos à terra. Algo inaceitável num país que se pretende democrático. Para concretizar suas intenções passou a inviabilizar a Funai, órgão indigenista governamental responsável pela demarcação e proteção dos territórios indígenas, cortando recursos humanos e financeiros. Essas medidas decretam inclusive o extermínio de povos indígenas isolados, em situação de absoluta vulnerabilidade diante dos invasores de suas terras.

No Amazonas, acompanhamos com indignação o posicionamento de toda a bancada de deputados federais pedindo a anulação de atos demarcatórios de terras indígenas. Por favor, parem de ser hipócritas e não se apresentem outra vez nas nossas comunidades em 2018 pedindo votos. No Estado, ainda existem mais de 160 reivindicações de demarcação de terras indígenas que sequer tiveram iniciado o procedimento demarcatório.

Diante deste cenário assumimos a intensificação de nossa mobilização e luta:

Pelo arquivamento imediato da PEC 215, PEC 255, PEC 210 e dos outros projetos e iniciativas legislativas que afrontam os direitos de nossos povos e das comunidades tradicionais.

Pela retomada imediata da demarcação das terras indígenas e proteção dos povos indígenas "isolados".

Pelo respeito ao direito de consulta prévia, livre, informada e vinculante de nossos povos e comunidades tradicionais em todas as medidas administrativas e legislativas que nos afetam.

Por políticas de educação e saúde indígenas a serviço dos projetos de vida próprios de nossos povos.

Pela revisão da política indigenista governamental atual em nível federal, estadual e municipal, que está sendo corroída não atendendo a atual realidade dos povos indígenas.

Pelo fim da violência, da criminalização dos movimentos sociais, das nossas lideranças, do preconceito e da discriminação.

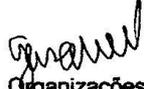
Pela dotação dos recursos humanos e financeiros necessários para que a Funai cumpra seu papel de demarcar e proteger os territórios indígenas.

Por fim afirmamos nossa disposição de juntar forças com todos os setores populares na luta contra a destruição, em curso, dos direitos sociais.

Ao contrário do que pensam algumas autoridades, não paramos no tempo. Pensamos no futuro de todos. *"Para nós desenvolvimento é ter nossa terra com saúde, permitir que nossos filhos vivam de forma saudável, num lugar cheio de vida"* (Davi Kopenawa, líder Yanomami)

Manaus, 19 de abril de 2017.

III Marcha da Resistência Indígena no Amazonas



Organizações indígenas do Amazonas

Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e entorno-COPIME

Organização dos Professores Indígenas Mura-OPIM

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN

Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro-COPIARN

Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro-AMARN

Conselho Geral do Povo Ticuna-CGTT

Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue-OGPTB

Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawê-CGTSM

Conselho Indígena Mura-CIM

Conselho Indígena do Vale do Javari-UNVAJA

União dos Povos Indígenas

Organização das lideranças Indígenas Mura- Careiro da Várzea- OLIMCV

Associação dos professores Indígenas do Alto Rio Negro-APIARN

Associação dos Ticuna em Manaus - ACW

Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawê-AMISN

Associação Indígena Sahu-apê - AISA

União dos Povos Indígenas do Médio-Solimões-UNIP-MSA

Povos Indígenas e Municípios



ANEXO 4: REGISTRO FOTOGRÁFICO

4.1. Evento FOREEIA: “Mobilização Nacional dos Povos Indígenas pelo Direito de Viver”



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Manaus, 2016.

4.2. Evento FOREEIA: “Mobilização Nacional dos Povos Indígenas pelo Direito de Viver”



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Manaus, 2016.

4.3. Evento FOREEIA: “III Encontro de Lideranças Indígenas do Estado do Amazonas”



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Aldeia São Félix, TI Mura, Autazes-AM, 2017.

4.4. Evento FOREEIA: “III Encontro de Lideranças Indígenas do Estado do Amazonas”



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Aldeia São Félix, TI Mura, Autazes-AM, 2017.

4.5. Evento FOREEIA: “III Encontro de Lideranças Indígenas do Estado do Amazonas”



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Aldeia São Félix, TI Mura, Autazes-AM, 2017.

4.6. Evento FOREEIA: “III Marcha da Resistência Indígena no Estado do Amazonas”



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Manaus, 2017.

4.7. Evento FOREEIA: “III Marcha da Resistencia Indígena no Estado do Amazonas”



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Manaus, 2017.

4.8. Evento FOREEIA: “III Marcha da Resistencia Indígena no Estado do Amazonas”



Fonte: trabalho de campo, Andrezinho Cruz: Manaus, 2017.